



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (FIC)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO (PPGCOM)

ISABELA LEFOL ARRUDA

**A RESISTÊNCIA NARRADA EM REDE: O FEMINISMO POR
HASHTAG #JUSTIÇAPORMARIFERRER**

GOIÂNIA
2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Isabela Lefol Arruda

3. Título do trabalho

A RESISTÊNCIA NARRADA EM REDE: O FEMINISMO POR HASHTAG #JUSTIÇAPORMARIFERRER

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.

Documento assinado eletronicamente por **Magno Luiz Medeiros Da Silva, Professor do Magistério Superior**, em 15/09/2022, às 11:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do



art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **ISABELA LEFOL ARRUDA, Discente**, em 15/09/2022, às 11:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3191517** e o código CRC **439AB8E3**.

ISABELA LEFOL ARRUDA

**A RESISTÊNCIA NARRADA EM REDE: O FEMINISMO POR
HASHTAG #JUSTIÇAPORMARIFERRER**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para obtenção do título de Mestre em Comunicação. Área de Concentração: Comunicação, Cultura e Cidadania.

Linha de Pesquisa: Mídia e Cidadania.

Orientação: Prof. Dr. Magno Medeiros

Coorientação: Profa. Dra. Kátia Kelvis

GOIÂNIA
2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Arruda, Isabela Lefol
A RESISTÊNCIA NARRADA EM REDE [manuscrito] : O
FEMINISMO POR HASHTAG #JUSTIÇAPORMARIFERRER / Isabela
Lefol Arruda. - 2022.
165 f.: il.

Orientador: Profa. Dra. Magno Luiz Medeiros da Silva; co
orientadora Dra. Kátia Kelvis Cassiano.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Informação e Comunicação (FIC), Programa de Pós
Graduação em Comunicação, Goiânia, 2022.

Bibliografia. Anexos.
Inclui siglas, fotografias, abreviaturas, tabelas, lista de figuras, lista
de tabelas.

1. Feminismo por Hashtag. 2. Ciberfeminismo. 3. Narrativas. 4.
Twitter. 5. #JustiçaPorMariFerrer. I. Silva, Magno Luiz Medeiros da,
orient. II. Título.

CDU 007



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº **20/2022** da sessão de Defesa de Dissertação de **Isabela Lefol Arruda**, que confere o título de Mestra em **Comunicação**, na área de concentração em **Comunicação, Cultura e Cidadania**.

Aos **vinte e nove dias de agosto de dois mil e vinte e dois**, a partir das **nove horas**, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada **“A RESISTÊNCIA NARRADA EM REDE: O FEMINISMO POR HASHTAG #JUSTIÇAPORMARIFERRER”**. Os trabalhos foram instalados pelo Orientador, Professor Doutor **Magno Luiz Medeiros da Silva (PPGCOM/FIC/UFG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professora Doutora **Kátia Kelvis Cassiano (coorientadora/PPGCOM/FIC/UFG)**, avaliadora titular interna; Professor Doutor **Tiago Mainieri de Oliveira (PPGCOM/FIC/UFG)**, avaliador titular interno, e Professora Doutora **Liliane Maria Macedo Machado (PPGCOM/FAC/UNB)**, avaliadora titular externa, com a participação de todos por **videoconferência**. Também participou por **videoconferência**, a Professora Doutora Marina Magalhães de Moraes (DCS/UFAM), como suplente. Durante a arguição os membros da banca não fizeram sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido a candidata **APROVADA** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor **Magno Luiz Medeiros da Silva**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata, que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos **vinte e nove dias de agosto de dois mil e vinte e dois**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Magno Luiz Medeiros Da Silva, Professor do Magistério Superior**, em 30/09/2022, às 15:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tiago Mainieri De Oliveira, Professor do Magistério Superior**, em 30/09/2022, às 20:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Liliane Maria Macedo Machado, Usuário Externo**, em 03/10/2022, às 15:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Katia Kelvis Cassiano Lozano, Professor do Magistério Superior**, em 14/10/2022, às 10:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?



[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#), informando o código verificador **3232080** e o código CRC **8981B64F**.

Referência: Processo nº 23070.042161/2022-66

SEI nº 3232080

Aos meus pais, ainda que não seja nada perto
de tudo o que fizeram por mim.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por quem é, pelo seu Filho Jesus, por me salvar, pelo Espírito Santo que me acompanha. Por eu receber capacidade para finalizar este trabalho, mesmo com dificuldade.

À minha família, que sempre me apoiou e acreditou em mim. Obrigada pai, obrigada mãe, obrigada irmãzinha. Só foi possível me concentrar neste trabalho sabendo que teria uma casa que me acolheria e me daria condições para ficar por horas a fio lendo e estudando. Poucos tem esse tipo de privilégio.

À minha igreja, que caminha comigo nos momentos alegres e difíceis.

Aos meus amigos, próximos ou distantes. Vários estiveram comigo nessa caminhada, ouvindo minhas dores e comemorando cada vitória. Seria impossível ter aguentado tanta coisa nos últimos anos sem vocês.

Aos meus orientadores, professor Magno e professora Kátia. Obrigada por desde o início me ajudarem a avançar nesta empreitada, com indicações, correções e aprendizados. Com toda certeza, não teria conseguido sem vocês.

À UFG, em especial, à FIC, que me acolheu tão bem desde a graduação. Ah, como eu amo esse lugar! Como aprendi. Sou eternamente grata por todas as experiências enriquecedoras que pude ter. Agradeço também aos meus orientadores e banca da graduação por terem me incentivado a tentar o mestrado. Nunca pensei que seria capaz de uma coisa dessas.

Obrigada aos meus colegas de classe, vários que nunca vi presencialmente, apenas pela tela. Somos guerreiros por termos feito um mestrado em anos tão incertos, tão atípicos, tão tristes. Em especial, agradeço ao grupo “mestradas em ascensão” por compartilhar as dúvidas, angústias e também conquistas. Vocês me ajudaram a ter uma caminhada mais leve, mesmo em um cenário tão desesperador.

À CAPES, por me agraciar com a bolsa que me permitiu me dedicar exclusivamente ao mestrado por boa parte dele. Outro privilégio que poucos tem.

Agradeço à cultura *hacker*, que trabalha pela ciência livre.

Ao meu amor, Pedro, que entrou na minha vida de uma forma que não estava esperando e me ajudou a encontrar a paz e sempre me incentivou. Obrigada por todas as vezes que esteve ao meu lado enquanto escrevia.

À estas palavras escritas, que mal sei como saíram da minha cabeça. Obrigada por me darem a oportunidade de aprender, de olhar a realidade por uma perspectiva diferente. O mestrado é uma experiência intensa, e vivi isso no meio de uma pandemia mundial, um término de noivado e um trabalho em tempo integral. *Sola Gratia*.

Mulher da Vida

Mulher da Vida,
Minha irmã.
De todos os tempos.
De todos os povos.
De todas as latitudes.
Ela vem do fundo imemorial das idades
e carrega a carga pesada
dos mais torpes sinônimos,
apelidos e apodos:
Mulher da zona,
Mulher da rua,
Mulher perdida,
Mulher à toa.

Cora Coralina

RESUMO

A luta das mulheres por direitos e para se reconhecerem como cidadãs é extensa. Com as tecnologias digitalmente mediadas, surgem novas expressões de resistência, como o ciberfeminismo. Diversas manifestações ciberativistas tem utilizado *hashtags* como parte de sua estratégia discursiva. Os casos que concernem a mobilizações das mulheres ficaram conhecidas como feminismo por hashtag (*hashtag feminism*). Este é um fenômeno que se multiplicou e se repetiu ao redor de todo o mundo, inclusive no Brasil. Por meio das *hashtags*, diferentes narrativas são criadas, mesclando histórias individuais em uma narrativa maior, conectiva, que reverbera pelas diferentes mídias digitais e pode alcançar as ruas. Para compreender as novas formas de mobilização e ação política contidas em tal fenômeno, a presente pesquisa se propõe a analisar o caso da jovem Mariana Ferrer e os desdobramentos da *hashtag* #JustiçaPorMariFerrer, que circulou no Twitter. O objeto de estudo também levanta questões de como o público e privado se encontram nesse tipo de movimento, tensionado tanto pela visão feminista de ‘o pessoal é político’, como pela espetacularização da vida privada que ocorre na internet. A discussão teórica tem por base autores como Castells (2003; 2017), Clark (2016) Papacharissi (2002; 2011; 2015), Polletta (1998, 2009), Young (2002), Sibilia (2008), Fraser (1985;1990), entre outros. A metodologia de análise adotada foi a Análise de Conteúdo de Bardin (2011), por meio da análise categorial, amparada pelos procedimentos do KDD, pelo grande volume de dados extraídos das redes sociais, com auxílio de softwares como Power BI e Iramuteq. O estudo tem como principal objetivo compreender as narrativas de resistência feminista, que são construídas no meio digital. Busca-se, dessa forma, analisar como o movimento se constrói ao longo do tempo, as mensagens que constroem sua narrativa e como elas podem ter consequências políticas. A análise evidenciou a solidariedade entre os atores e o repúdio direcionado às instituições oficiais do Estado, além de revelar características do movimento ciberfeminista na atualidade e sua dualidade entre as esferas pessoais e públicas, com a formação de públicos afetivos.

Palavras-chave: Feminismo por Hashtag; Ciberfeminismo; Narrativas; Twitter; #JustiçaPorMariFerrer.

ABSTRACT

The struggle of women for rights and to recognize themselves as citizens is extensive. With digitally mediated technologies, new expressions of resistance emerge, such as cyberfeminism. Several cyberactivist manifestations have used hashtags as part of their discursive strategy. The cases concerning the mobilization of women became known as hashtag feminism (hashtag feminism). This is a phenomenon that has multiplied and repeated itself around the world, including Brazil. Through hashtags, different narratives are created, merging individual stories into a larger, connective narrative that reverberates through different digital media and can reach the streets. To understand the new forms of mobilization and political action contained in this phenomenon, the present research proposes to analyze the case of the young Mariana Ferrer and the consequences of the hashtag #JustiçaPorMariFerrer, which circulated on Twitter. The object of study also raises questions about how the public and private meet in this type of movement, tensioned both by the feminist vision of 'the personal is political', and by the spectacularization of private life that occurs on the internet. The theoretical discussion is based on authors such as Castells (2003; 2017), Clark (2016) Papacharissi (2002; 2011; 2015), Polletta (1998, 2009), Young (2002), Sibilia (2008), Fraser (1985;1990), between others. The analysis methodology adopted was Bardin's Content Analysis (2011), through categorical analysis, supported by KDD procedures, by the large volume of data extracted from social networks, with the help of software such as Power BI and Iramuteq. The study's main objective is to understand the narratives of feminist resistance, which are built in the digital environment. In this way, we seek to analyze how the movement is built over time, the messages that build its narrative and how they can have political consequences. The analysis evidenced the solidarity between the actors and the repudiation directed to the official institutions of the State, in addition to revealing characteristics of the cyberfeminist movement today and its duality between the personal and public spheres with the formation of affective publics.

Keywords: Hashtag Feminism; Cyberfeminism; Narratives; Twitter; #JustiçaPorMariFerrer.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | | |
|---------------------|--|-----|
| Figura 1 | – Imagem da primeira postagem sobre o caso no Instagram..... | 30 |
| Fotografia 1 | – Manifestações pedindo justiça por Mari Ferrer..... | 32 |
| Fotografia 2 | – Mulheres pedindo justiça por Mari Ferrer..... | 32 |
| Gráfico 1 | – Tweets sobre o julgamento de acordo com pesquisa Internetlab (2020)..... | 33 |
| Figura 2 | – Pôster da VNS Matrix..... | 49 |
| Figura 3 | – Nuvem de palavras da campanha #PrimeiroAssédio..... | 52 |
| Figura 4 | – Capa da Revista Época em 2015..... | 55 |
| Figura 5 | – Interesse do termo “feminismo” no Brasil de 2010 até 2021..... | 56 |
| Figura 6 | – Exemplo da interface do Twitter com principais assuntos em 19 de julho de 2022.. | 59 |
| Figura 7 | - Percurso teórico-metodológico da pesquisa..... | 96 |
| Figura 8 | - Etapas do processo do KDD segundo Fayyad (1996)..... | 104 |
| Figura 9 | – Visão geral dos tweets 28/09/19 – 04/01/20..... | 111 |
| Figura 10 | – Visão geral dos tweets 07/08/20 – 26/09/20..... | 112 |
| Figura 11 | – Visão geral dos tweets 21/09/19 – 08/11/20..... | 112 |
| Figura 12 | – Postagem com primeiro relato do caso no Twitter..... | 118 |
| Figura 13 | – Exemplo de postagem com hashtag #Maribferrer..... | 119 |
| Figura 14 | – Tweet sobre conta desativada..... | 119 |
| Figura 15 | – Tweet sobre censura..... | 120 |
| Figura 16 | – Reportagem G1 Santa Catarina..... | 121 |
| Figura 17 | – Tweet comentando a absolvição..... | 121 |

| | | | |
|------------------|---|--|-----|
| Figura 18 | - | Nuvem de palavras com tweets de setembro de 2020..... | 122 |
| Figura 19 | - | Grafo de Similitude..... | 123 |
| Figura 20 | - | Classificação Hierárquica do corpus textual..... | 124 |
| Figura 21 | - | Dendograma do corpus textual..... | 125 |
| Figura 22 | - | Exemplo de Tweet Classe 1..... | 127 |
| Figura 23 | - | Exemplo de Tweet Classe 1..... | 127 |
| Figura 24 | - | Exemplo de Tweet Classe 2..... | 128 |
| Figura 25 | - | Exemplo de Tweet Classe 3..... | 128 |
| Figura 26 | - | Exemplo de Tweet Classe 3..... | 129 |
| Figura 27 | - | Exemplo de Tweet Classe 3..... | 130 |
| Figura 28 | - | Reportagem do The Intercept Brasil..... | 131 |
| Figura 29 | - | Nuvem de palavras do corpus textual de novembro de 2020..... | 132 |
| Figura 30 | - | Grafo de similitude..... | 132 |
| Figura 31 | - | Classificação Hierárquica do corpus textual..... | 134 |
| Figura 32 | - | Dendograma do corpus textual..... | 136 |
| Figura 32 | - | Exemplo de Tweet Classe 1..... | 139 |
| Figura 33 | - | Exemplo de Tweet Classe 1..... | 139 |
| Figura 34 | - | Exemplo de Tweet Classe 2..... | 140 |

| | | | | | | |
|------------------------|-----------|---|-----------|-----|-------|-------------|
| Figura | 35 | - | Exemplo | de | Tweet | Classe |
| 3..... | | | | | | 142 |
| Figura | 36 | - | Exemplo | de | Tweet | Classe |
| 3..... | | | | | | 143 |
| Figura | 37 | - | Exemplo | de | Tweet | Classe |
| 3..... | | | | | | 143 |
| Figura | 38 | - | Capa | de | vídeo | de canal no |
| YouTube..... | | | | | | 146 |
| Figura | 39 | - | Tweet | com | a | hashtag |
| #mariferrermentiu..... | | | | | | 146 |
| Figura | 40 | - | | | Tweet | contra |
| #mariferrermentiu..... | | | | | | 146 |
| Fotografia | 3 | - | Protestos | | em | São |
| Paulo..... | | | | | | 150 |

LISTA DE TABELAS

| | | | | | | | | |
|--------|---|---|----------|-------|---------------|------------|----------|-----------------------|
| Quadro | 1 | - | Relação | entre | AC | e | KDD | |
| | | | | | | | | 101 |
| Quadro | 2 | - | Técnicas | da | Análise | de | Conteúdo | |
| | | | | | | | | 102 |
| Quadro | 3 | - | Resumo | dos | dados | com | a | hashtag |
| | | | | | | | | #JustiçaPorMariFerrer |
| | | | | | | | | 114 |
| Quadro | 4 | - | | | Interpretação | | das | classes |
| | | | | | | | | 128 |
| Quadro | 5 | - | Exemplo | de | tweets | | por | classe |
| | | | | | | | | 128 |
| Quadro | 6 | - | | | Interpretação | | das | classes |
| | | | | | | | | 138 |
| Quadro | 7 | - | Exemplos | de | tweets | publicados | por | classe |
| | | | | | | | | 139 |

LISTA DE ABREVIATURAS

| | |
|-------|--|
| AC | Análise de Conteúdo |
| API | Application Programming Interface |
| Conep | Comissão Nacional de Ética em Pesquisa |
| KDD | Knowledge-Discovery in Databases |
| LGPD | Lei Geral de Proteção de Dados |

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| INTRODUÇÃO | 31 |
| 1. SER CIDADÃ NA CIBERSOCIEDADE | 31 |
| 2.1 #JustiçaPorMariFerrer | 32 |
| 2.2 A Sociedade em Rede e o Ciberativismo..... | 36 |
| 2.3 Das Ciborgues às Hashtags: O Ciberfeminismo..... | 46 |
| 2.3.1 O Feminismo por Hashtag | 55 |
| 2. NARRATIVAS DE RESISTÊNCIA | 61 |
| 3.1 A Construção de Narrativas no Ambiente Conectado | 61 |
| 3.2 Narrativas Pessoais e Conectivas Como Ação Política | 70 |
| 3.3 Disputando Narrativas: a Violência de Gênero e a Cultura do Estupro | 76 |
| 3. POLITIZAÇÃO DA VIDA PRIVADA | 82 |
| 4.1 O Pessoal é Político: A Dualidade Conectada | 83 |
| 4.2 Política, emoções e afeto..... | 88 |
| 4.3 A política da Identidade | 94 |
| 4. PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS | 98 |
| 5.1 Abordagem da Pesquisa..... | 102 |
| 5.3 Sistematização e Análise de Dados | 103 |
| 5.4 A Análise de Conteúdo | 105 |
| 5.4.1 Análise Categorical | 107 |
| 5.5 O KDD..... | 108 |
| 5.5.1 Extração de dados do Twitter..... | 112 |
| 5.5.2 A Lei Geral de Proteção de Dados | 112 |
| 5. NARRANDO #JUSTIÇAPORMARIFERRER | 114 |
| 5.1 OS PERSONAGENS: quem constrói a história | 119 |
| 5.2 O INÍCIO | 122 |
| 5.2.1 Setembro de 2020: A absolvição do réu..... | 126 |

| | |
|---|------------|
| 5.3 A CRISE | 136 |
| 5.3.1 Novembro de 2020: ‘Estupro Culposo’ e protestos | 137 |
| 5.4 A REINTEGRAÇÃO | 149 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 155 |
| REFERÊNCIAS | 163 |
| ANEXOS..... | 168 |

INTRODUÇÃO

Em maio de 2019, Mariana Ferrer passou a utilizar seus perfis na Internet para denunciar a violência sexual que havia sofrido, primeiro no Instagram e alguns meses depois, no Twitter. Aos poucos, diversas pessoas passaram a demonstrar apoio a jovem, compartilhando e comentando sua história, pedindo por justiça. De tempos em tempos, a história ganhava mais força nas plataformas na Internet e voltava a ser mais comentada. O caso ganhou tanta notoriedade que no Brasil inteiro houve mobilizações em novembro de 2020. Durante este período, várias hashtags foram criadas para fazer alusão ao caso, como a #JustiçaPorMariFerrer.

Os movimentos sociais fazem parte da história da civilização humana. De diferentes formas, em diferentes lugares, pessoas se unem para reivindicar sua posição. E neste processo, fica evidente a importância da Comunicação. Segundo a visão defendida por Signates e Moraes (2016), não é possível falar de cidadania sem levar em consideração os processos comunicacionais. Assim, ao longo dos anos, movimentos fazem uso de variadas estratégias comunicacionais para conseguirem alcançar seu objetivo.

Parte-se de uma visão não determinista das tecnologias comunicacionais e informacionais, mas com a compreensão que cada novidade impacta diretamente as relações em sociedade. Com o advento das máquinas digitais, a maneira que as pessoas se articulam mudou drasticamente. Mais que um simples meio, a Internet é uma nova forma de moldar a vida. Como Castells (2003, p. 7) afirma, “a Internet passou a ser a base tecnológica para a forma organizacional da Era da Informação: a rede”. Antes, pessoas e pensamentos estavam restritos há um tempo e espaço, agora conseguem viajar longas distâncias em poucos minutos. Não é de se espantar, então, que cada indivíduo também leve suas reivindicações para esta nova dimensão. Na realidade, desde os primórdios a Internet foi marcada por disputas de

poder. Seu uso, inicialmente, era restrito a fins militares, nas mãos de poucos. Contudo, isso logo se alterou com o movimento hacker, que desafiava o monopólio, ‘hackeando’ as narrativas dominantes e inserindo novas histórias.

Desta forma, logo diferentes movimentos passaram a usar as ferramentas e possibilidades do digital. E mais, pessoas passaram a colocar seus próprios interesses individuais na rede pública. Essa foi uma importante mudança: se antes era mais difícil ter acesso aos meios de mídia tradicionais, seja pelas burocracias ou dificuldades de conseguir equipamentos, a Internet democratizou este uso. Com o advento dos smartphones, por exemplo, as pessoas conseguem alcançar milhares de informações e se expressar em poucos segundos, de qualquer lugar. Podem expressar publicamente suas posições políticas, suas indignações ou reivindicações. Mesmo assim, a Internet não deve ser romantizada. Ainda há muito o que se avançar na democratização das novas tecnologias.

Cada um dos ambientes conectados possui características diferentes, que vão desde a construção da interface, público, forma de participação e o próprio algoritmo. Por isso, cada aparato tecnológico possui sua especificidade. É comum que na linguagem coloquial se utilize o termo ‘rede social’ para se referir a ferramentas de conversação, como Facebook¹, o antigo Orkut², Instagram³, entre outros. Contudo, redes sociais são estruturas de agrupamento humanos e, como Recuero (2012) conceitua, tais portais são considerados ‘sites de redes sociais’. No presente trabalho, porém, utilizaremos de forma intercambiável o termo ‘sites de redes sociais’ e ‘redes sociais’ para facilitar a compreensão, se aproximando da linguagem comum.

Algumas funcionalidades se tornaram tão usadas e comuns aos usuários que se multiplicaram por diversas plataformas, como é o caso das hashtags. Hashtag vem do inglês *hash*, que representa o símbolo ‘#’ e *tag*, que significa “etiqueta”. Ela surge justamente para ‘etiquetar’ os assuntos nas redes sociais digitais, ou seja, para agrupar tópicos semelhantes,

¹ Site de rede social do conglomerado estadunidense Meta, fundado em 2004. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/>. Acesso em 10 jun 2021.

² Orkut foi um site de rede social filiado ao Google, criado em 2004 e desativado em 2014.

³ Site de rede social criado em 2010, adquirido pelo grupo Meta em 2012. Disponível em: <https://www.instagram.com/>. Acesso em 10 jun 2021.

como forma de indexação. A primeira plataforma a incorporar a funcionalidade foi o Twitter⁴, em 2009. Logo, diferentes sites a adotaram. Por meio dela, é possível pesquisar por um tema específico e ver o que outros usuários comentam e postam sobre o mesmo assunto. Isso facilitou a interação, pois ajudou a categorizar as discussões nas plataformas.

Como grande parte das tecnologias e funcionalidades, ao longo do tempo seu uso foi sendo modificado e extrapolou seu objetivo inicial. A pesquisadora Shapp (2014) identificou hashtags sendo utilizadas para complementar o que foi dito, exclusivamente para adicionar significado semântico ao texto, e não para categorização. Em outros contextos, a hashtag se torna um slogan, em campanhas publicitárias ou ainda em manifestações ativistas. O recurso, criado para ser um *hiperlink*⁵, começa a aparecer em outros meios, como em cartazes de protestos. A multiplicidade de possibilidades e contextos revela como as hashtags passaram a representar algo bem maior que um simples atributo de uma plataforma. Elas passaram a carregar nós de conexões com características da cibersociedade.

#OccupyWallStreet, #ArabSpring, #BlackLivesMatter, são apenas alguns exemplos de manifestações ao redor do globo que começaram com articulações na Internet e utilizaram hashtags como parte de sua estratégia de comunicação. Seja no ambiente digital ou mesmo extrapolando, com hashtags em bandeiras, cartazes, outdoors, camisetas. A esse fenômeno, teóricos têm chamado de ativismo de/por hashtag (*hashtag activism*). Segundo Yang (2016), ativismo por hashtag pode ser definido como um “[...] protesto discursivo nas redes sociais unido por meio de uma palavra, frase ou frase com hashtag” (YANG, 2016, p. 13). Mais que isso, as hashtags são um importante recurso na construção das narrativas de tais movimentos. As histórias são importantes para manter os indivíduos conectados a uma causa ou organização pois elas exprimem o sentido de identidade e pertencimento (MALINI; ANTOUN, 2013). Nos movimentos conectados, elas são escritas de forma colaborativa, muitas vezes desafiando a mídia tradicional.

⁴ Site de rede social criado em 2006. Disponível em: <https://twitter.com/>. Acesso em 10 jun 2021.

⁵ Hiperlink é qualquer elemento de um hiper texto (páginas web) que é clicável e leva o usuário para outra página.

No início da popularização da Internet, os blogs⁶ eram meios de expressão muito comuns, com histórias formadas por um misto de pessoal com político. O Twitter surge em 2006, em formato de *microblog*. Ele carrega em sua concepção os resquícios da mescla entre informação com testemunho, mas desta vez com textos curtos e uma conectividade ainda maior. A narrativa, dessa forma, se torna hipertextual e a narrativa vitoriosa é aquela que obtém a confiança da opinião pública (MALINI; ANTOUN, 2013). Nesse sentido, Yang (2016, p. 14, tradução nossa) define a “agência narrativa no ativismo de hashtag como a capacidade de criar histórias nas redes sociais por meio de hashtags de forma coletiva e reconhecida pelo público.”⁷. Entre diversos tweets⁸, carregados de opinião pessoal, o uso de uma hashtag específica automaticamente conecta os usuários. Forma-se um conglomerado de pensamentos, que podem incorporar o ciberativismo.

Nesse contexto, as mulheres passaram a ‘hackear’ a Internet para expor suas causas, opiniões e necessidades. Para grupos minoritários, o meio digital se tornou um espaço de agência política de identidade, um território para explorar narrativas alternativas e trocar experiências (DE ABREU, 2017). Tais articulações ganharam novo fôlego com o que ficou conhecido como a Primavera das Mulheres. A partir de 2010, mas principalmente em 2015, emergiram diversas campanhas feministas no Twitter. Várias delas foram marcadas por hashtags, como #PrimeiroAssedio, #MeuAmigoSecreto, #MeToo, #HeForShe, entre tantas outras.

Como em diversos movimentos, as feministas também passaram a escrever suas narrativas de forma colaborativa. Os casos que de alguma forma tangenciam a causa das mulheres e são marcados por hashtags ficaram conhecidos como feminismo por/de hashtag (*hashtag feminism*). Clark (2016) argumenta que a lógica narrativa de uma hashtag, ou seja, sua capacidade de produzir e conectar histórias individuais, alimenta seu crescimento político. Essa nova forma de mobilização, contudo, não existe sem que também levante controvérsias. Se antes, as mobilizações eram encabeçadas por coletivos e agrupamentos, cada vez mais há a

⁶ Um blog é um site (ou parte de um site) que contém conteúdo frequentemente atualizado sobre um ou múltiplos tópicos, de acordo com os interesses do autor. No início da expansão da Internet, esse tipo de site se tornou popular por muitos usuários utilizarem como ‘diário de rede’.

⁷[...] narrative agency in hashtag activism as the capacity to create stories on social media by using hashtags in a way that is collective and recognized by the public (YANG, 2016, p. 14).

⁸ Termo utilizado para designar postagens no Twitter.

descentralização, sintoma que não é exclusivo dos movimentos feministas, mas sim de toda a cibercultura (CASTELLS, 2017). A falta de posicionamentos e estratégias claras se tornou uma das principais críticas ao ciberfeminismo (DE ABREU, 2017). Além disso, os movimentos da atualidade são marcados pela ‘personalização’ da ação política, em que os indivíduos escolhem como e quando participar, sem necessariamente se comprometer integralmente (BENNETT; SEGERBERG, 2013). Essa é uma característica alimentada pela Internet, de forma que o privado e o público ficam divididos por limites cada vez mais tênues.

Tal tensionamento é ainda maior quando se considera as particularidades do movimento feminista. A célebre frase “o pessoal é político” surgiu no final dos anos 60 nos Estados Unidos, como parte da conscientização do Women’s Liberation Movement. Ela foi cunhada após a percepção de que os problemas do cotidiano tinham raízes sociais, na medida em que a dinâmica do poder estrutura tanto a esfera pública quanto a pessoal, sendo essas divisões ilusórias (SARDENBERG, 2018). Além disso, as hierarquias que constituem a vida privada restringem a participação das mulheres na chamada esfera pública, uma vez que as construções de sentido do que é feminino impõe barreiras à participação política (BIROLI, 2018). Assim, os limites entre público e privado são colocados em debate por feministas há muito tempo e essa discussão se complexifica na sociedade conectada. Para Biroli (2018), a dualidade do que é público e do que é privado não é tão problematizada na maioria das teorias democráticas. Esse debate coloca em jogo o que é relevante para a esfera política e, conseqüentemente, quem será reconhecido para participar e interferir. Assim, o que é de interesse “geral” e o que é de interesse “particular” pode alterar toda uma agenda política. Muitos assuntos não são tratados como problemas da sociedade ou da democracia, mas são reduzidos a problemas de gênero ou ainda, como algo isolado da vida pública.

A Internet em si não pode ser considerada como uma esfera pública. Porém, ela oferece um suporte tecnológico com potencial de interação inédito, e com isso, permite com que a sociedade chegue a uma percepção mais ampla de seus próprios problemas (MAIA, 2008). Mesmo assim, ter acesso a uma tecnologia não significa efetiva participação política. De acordo com Maia (2018) a questão da participação deixa em evidência o complexo problema da formação discursiva da vontade, que diz respeito a uma cultura política favorável ao desenvolvimento do potencial discursivo. Aumentar o interesse político é um bom primeiro passo para que a população em geral passe a compreender mais sobre política e para

participar ativamente, e para este propósito a Internet se mostra muito eficaz. Porém, como a autora expõe, sem ações práticas, sem um envolvimento mais profundo, a participação ainda não será plena. Uma grande quantidade de visões sendo expostas não necessariamente significa um alto nível de ativismo político. Assim, o ambiente online facilita o acesso à informação e dá voz a mais pessoas. Contudo, ele por si só não possui o mesmo efeito de ter representantes diversos dentro das instituições de poder, como forma de garantir a multiplicidade de visões onde as decisões são tomadas.

Entre tantos exemplos e discussões, chama a atenção o caso de Mariana Ferrer. No dia 20 de maio de 2019, a jovem pela primeira vez usou suas redes sociais para relatar sua história. Mari expôs que havia sido violentada sexualmente. Ela tornou sua história pessoal pública para pedir por justiça. A partir deste dia, ela passou a dar mais detalhes do seu caso, tanto no Instagram como no Twitter. Com o passar do tempo, diferentes pessoas começaram a se sensibilizar com sua história e diversas hashtags a favor da jovem surgiram, sendo uma das mais representativas a #JustiçaPorMariFerrer. Mariana nunca deixou de falar nas redes sociais, falando da violência que havia sofrido e denunciando seu agressor. Aos poucos, seu caso foi ganhando mais notoriedade e destaque, inclusive com famosos comentando e veículos de imprensa cobrindo os fatos. A movimentação, entretanto, não ficou apenas nas redes sociais. Em novembro de 2020, uma matéria do The Intercept Brasil⁹ abordando aspectos do julgamento gerou tanta indignação que diversas manifestações foram organizadas no Brasil inteiro. Em diferentes cidades, mulheres saíram as ruas a favor de Ferrer.

O caso em questão é um exemplo de vários tensionamentos que são frutos da cibernociedade. Põe em discussão como a Internet afeta a democracia e o exercício da cidadania, como mulheres reivindicam seus direitos na sociedade conectada, como pode ser entendida a esfera pública virtual neste novo cenário, em que os limites entre privado e público estão cada vez mais tênues. Ainda, revela a importância da construção de narrativas de resistência, que engajam diferentes pessoas e se produzem de forma colaborativa, especialmente no meio digital. Assim, a presente pesquisa busca explorar tais questões, utilizando o caso de Mariana Ferrer e a hashtag #JustiçaPorMariFerrer como objeto de estudo.

A existência de tantos movimentos ativistas na atualidade que fazem o uso de hashtags

⁹ Matéria pode ser encontrada nos anexos do presente trabalho.

não deve ser mera coincidência. Vale destacar as diferentes ações de mulheres no Twitter. O que há por trás das mobilizações nas redes sociais? Por que o uso de hashtags é tão recorrente? É possível identificar novas práticas de cidadania digitalmente mediadas? Como tantos tweets podem ser úteis para a causa das mulheres? E as narrativas? Qual o papel delas para as pessoas se engajarem neste tipo de movimento? Como o público e o privado se misturam nas narrativas na Internet e na vida política? São muitos questionamentos que levam para uma reflexão mais aprofundada.

Historicamente, as mulheres têm lutado para serem reconhecidas como cidadãs e terem seus direitos garantidos. No contexto democrático, a visão deliberativa proposta por Habermas constitui a esfera pública, que pode ser entendida como “uma estrutura intermediária que faz a mediação entre o Estado e o sistema político e os setores privados do mundo da vida” (LUBENOW, 2010, p. 236). Dentro da proposta de Habermas, a deliberação deve existir até que seja possível encontrar uma posição consensual, evitando a discordância. Contudo, como Fraser já apontava, o modelo habermasiano se distancia dos movimentos sociais. Mulheres, assim como outros grupos minoritários, acabam deixadas de lado na esfera pública burguesa. O consenso pleno é utópico e talvez nem seja desejável. Reconhecer as limitações e manter viva a contestação democrática é uma maneira muito mais receptiva para entender a democracia dentro das complexas estruturas da sociedade (MOUFFE, 2005).

Assim, as mulheres visam expor demandas frequentemente deixadas de lado, em especial quando se considera que a representação feminina é mínima na vida pública. A própria definição do que constitui a esfera pública e a esfera privada é cara aos movimentos feministas. Quando uma mulher expõe publicamente uma violência que sofreu, isso revela as falhas do sistema. As feministas da segunda onda já clamavam: o pessoal é político. Se uma violência é sofrida por várias, então não é um caso isolado, se constitui como um problema muito maior. Mariana conta sua história não apenas para ganhar atenção, mas para que ela denuncie uma grave agressão e tenha seus direitos como cidadã garantidos. Ainda, sua história tem tanta repercussão justamente porque diversas mulheres se identificam e se solidarizam com Ferrer. Entre tantas possibilidades de mobilização, a hashtag #JustiçaPorMariFerrer surge como um emblema das apoiadoras da jovem. No Twitter, a narrativa de Mariana se funde com tantas mulheres. Assim, começa a se formar mais um feminismo por hashtag, uma das expressões do ciberfeminismo da atualidade.

O Twitter possui uma estrutura que estimula os usuários a compartilharem suas vidas pessoais e permite que elas se engajem em assuntos semelhantes. Dessa forma, as hashtags funcionam como conexões entre diversas pessoas e narrativas, construindo histórias de ciberativismo. A hashtag #JustiçaPorMariFerrer e tantas outras conectam pessoas, opiniões, posições políticas, reivindicações, memórias, vidas. A vida conectada digitalmente conecta também todas as esferas da vida. As narrativas individuais começam a se fundir em narrativas maiores, que podem se tornar movimentos ciberativistas, que engajam milhares de pessoas que se encontram na Internet. Assim, se as mobilizações, ações cívicas e participação política cada vez mais ganham o espaço digital, fica difícil definir os limites entre afeto e ideologia, razão e emoção, público e privado.

Muitos aspectos podem ser considerados, porém a pergunta que guiará este trabalho é: de que forma são criadas as narrativas de movimentos ciberfeministas, digitalmente mediadas no Twitter por meio da hashtag #JustiçaPorMariFerrer, e há a possibilidade delas expressarem formas de manifestação política? Dessa forma, buscamos tanto entender o papel das narrativas, seja na forma de se expressar e de se identificar no mundo, seja na construção de um movimento, e compreender como o feminismo por hashtag representa a busca das mulheres para serem vistas como cidadãs, utilizando recursos da Internet para se fazerem ouvidas.

O caso de Mariana é complexo e envolve difíceis questões jurídicas. O objetivo deste trabalho, contudo, é se ater a forma como o relato individual de uma jovem ganhou tanta força nas redes sociais a ponto de integrar um movimento maior, inclusive com manifestantes indo até as ruas para protestar. Principalmente, compreender como as hashtags atuam como conexões entre diversas histórias e narrativas, formando assim a narrativa maior de um movimento social que luta por mulheres. Como desdobramentos da questão, a investigação propõe tais objetivos secundários: investigar, por meio da análise das postagens do movimento, quais as formas de mobilização cívica e expressão política desenvolvidas a partir do feminismo de hashtag do caso estudado; compreender, por meio da análise empírica, qual a relação entre o público e o privado na construção de tais narrativas.

Dessa forma, o caso de Mariana chama a atenção por ter sido uma mobilização que partiu de uma denúncia pública de uma mulher que sofreu violência sexual. Ela escolhe contar sua história pessoal nas redes sociais para pedir por justiça. Contudo, Mariana não contou sua

história sozinha. Com o passar do tempo, diversas pessoas passaram a se juntar a Mariana em sua dor e indignação. Assim, diversas hashtags começaram a surgir para mobilizar a causa, como a #JustiçaPorMariFerrer. Mas a mobilização não ficou apenas na Internet: a partir de um evento que causou ainda mais comoção, pessoas, principalmente mulheres, no Brasil inteiro foram até as ruas protestar, pedir por justiça. Não era mais apenas sobre Mariana, mas sobre mulheres do país inteiro que não se conformavam mais com as violências e injustiças sofridas.

O presente trabalho aborda um caso de ciberfeminismo, além de utilizar as problematizações entre público e privado proposto pelas visões feministas. Contudo, a proposta da pesquisa não é abordar todos os aspectos das diversas Teorias Feministas, uma vez que não há espaço em uma dissertação para abordar com profundidade e de forma apropriada todas as discussões. Assim, é necessário entender o contexto da luta das mulheres, mas com o foco na relação das mídias digitais/internet/tecnologias. Entre as diversas expressões ciberfeministas, a pesquisa se concentra no feminismo por hashtag, sendo a principal referência Clark (2014; 2016), além dos diversos trabalhos do portal *Hashtag Feminism*, organizado por Tara L. Conley¹⁰.

Para continuar a reflexão, são necessárias referências que tornem possível compreender os diferentes aspectos das narrativas, como elas se constroem na internet e qual o papel político delas na democracia e nos movimentos sociais. Dessa forma, Polletta (2009) mostra como os movimentos sociais são construídos por narrativas; Young (2002) fala do papel das narrativas em uma democracia mais inclusiva; Sibilia (2008) fala das narrativas de si; Malini e Antoun (2013), além de falarem de ciberativismo, expõe como se constroem as narrativas na Internet, especialmente no Twitter e em movimentos mediados por hashtags; Yang (2016) fala da agência narrativa do ativismo por hashtag.

Por fim, era preciso compreender as relações entre público e privado, especialmente no contexto politizado da Internet e com as implicações feministas para a discussão. Por conseguinte, primeiro é necessário compreender o conceito proposto por Habermas, ainda que de forma simplificada. Então, recorre-se a Nancy Fraser (1985; 1990), especialmente em relação a crítica feminista a visão habermasiana de esfera pública. Papacharissi (2002; 2011;

¹⁰ Disponível em: <https://www.hashtagfeminism.com/>. Acesso em 22 jun 2022.

2015) complementa a discussão, abordando os limites das esferas nas mídias digitais e apresentando o conceito de públicos afetivos.

Dessa forma, a presente pesquisa busca analisar como as mulheres podem exercer sua cidadania através da comunicação, especialmente na internet e com o uso de hashtags. A história de Mariana auxilia a compreender como se dá este processo e o que pode ser considerado uma ação cívica na democracia conectada. Para além disso, é necessário compreender como a sociedade se organiza na nova realidade digitalmente mediada, e em especial, qual o lugar das mulheres e de suas lutas nesse contexto.

Para continuar a explorar as questões da pesquisa, o conceito ‘ciber’ é um prefixo muito utilizado no presente trabalho: cibersociedade, cibercultura, ciberfeminismo, ciberativismo. Quando utilizado, dá a ideia de algo ligado a tecnologia, ao meio digital, mas não apenas isto. Ele vem de ‘cibernética’, definição proposta por Norbert Wiener e “é a área do saber que se dedica a estudar as relações entre informação e um sistema.” (MARTINO, 2014, p. 21). Um sistema é um conjunto de elementos de interação, como nas diferentes máquinas digitalmente mediadas, há uma delimitação do que a tecnologia permite. Porém, a interação humana afeta diretamente como esse sistema funciona e como a informação circula. Dessa forma, quando é colocado o prefixo ‘ciber’, parte-se da compreensão de como um conjunto de usuários/elementos interage dentro dos limites tecnológicos, que se diversificam e complexificam cada vez mais. É importante compreender que, no fundo, são dois processadores de informação: o chip do computador e o cérebro do usuário. Wiener propõe pensar na equivalência entre o cérebro humano e os computadores (MARTINO, 2014).

Existem diversos termos para designar as manifestações que surgem no meio digital: ativismo em rede, movimentos em rede, ciberativismo, net-ativismo, entre outros. Alguns autores defendem que o conceito ‘ciber’ talvez não consiga abarcar todas as complexidades dos processos atuais. Massimo Di Felici, por exemplo, é um autor que utiliza o termo net-ativismo, muito em sinergia com os pensamentos de Bruno Latour e a teoria ator-rede (TAR). Segundo tal linha de pensamento, existem actantes humanos e não humanos, que formam um novo tipo de ecologia com a *Internet das coisas*. Segundo ao autor, o net-ativismo “nasce como a tentativa de interpretar tais ecologias reticulares a partir das especificidades conectivas derivadas do processo de digitalização, entendido como processo de alteração de todas as substâncias” (DI FELICI, 2018, p. 08). Tal conceito e linha de pensamento será útil

para explorar mais aspectos das relações entre máquinas e mulheres, contudo, não será descartado o conceito de ciberativismo, nem será o foco do trabalho explorar a TAR.

Assim, o ciberfeminismo diz respeito principalmente a como as mulheres interagem com a tecnologia, e especialmente, como lutam na nova realidade. Existem diversas vertentes e estudo que abordam os estudos de gênero com tecnociência, contudo no presente trabalho o foco está na proposta de Sadie Plant (1999). A teórica passou a utilizar o termo ciberfeminismo para identificar qualquer problemática relacionada às mulheres e tecnologia.

As expressões do ciberfeminismo são variadas. Neste estudo, o feminismo por hashtag (*hashtag feminism*) é o principal foco. O ativismo por hashtag (*hashtag activism*) pode ser definido como um tipo de protesto com uma reivindicação social ou política que se inicia nas redes sociais com um grande número de postagens atrelados a uma palavra, frase ou sentença em formato de hashtag (YANG, 2016). Os casos relativos à igualdade de gênero, então, são os chamados de feminismo de hashtag (CLARK, 2016). Esse fenômeno possui diversas especificidades, que serão abordadas ao longo do trabalho, mas chama a atenção pelo seu caráter narrativo, com o concatenamento de diversas histórias pessoais em uma narrativa maior, que se torna a narrativa do movimento.

A teórica Polletta (2006) fala sobre as narrativas em protestos e na política, enquanto Young (2002) fala da importância das narrativas em uma democracia mais inclusiva. Existem diversas formas de se compreender uma narrativa. Na presente pesquisa, parte-se do pressuposto que as narrativas são uma forma de compreender a realidade, um formato discursivo que tem sua força em sua complexidade e ambiguidade, ao mesmo tempo que é de fácil reconhecimento. Uma pessoa pode não saber como articular argumentos, mas sabe como contar uma história. Sibilia (2008) fala das narrativas de si e em como cada pessoa se reconhece a partir das histórias que conta. Ainda segundo a autora, na internet as pessoas constantemente falam de si, expõe sua intimidade, tornando o privado cada vez mais público. Tal discussão abre portas para os próximos conceitos relevantes para esta pesquisa, a relação entre o pessoal e político, tema importante para as feministas e cada vez mais tensionado na realidade conectada.

Assim, se inicia o questionamento de qual é o procedimento para que uma opinião não seja apenas uma fala solta, mas se torne de fato ação política, construída dentro da deliberação e do acordo entre as partes envolvidas. Segundo a linha de pensamento proposta por

Habermas, do procedimento deliberativo, surge o ‘poder comunicativo’, que toma forma na esfera pública e contrapõe o poder político-administrativo. Uma das principais críticas ao autor vem da teórica Nancy Fraser. Para a autora, a política proposta por Habermas se afasta dos movimentos sociais além disso, se apoia em um entendimento elitista e burguês da dinâmica interna da esfera pública (LUBENOW, 2010). Fraser aponta que a teoria habermasiana não leva em consideração as disparidades sociais e assim, acaba excluindo as mulheres. A discussão se acentua na medida que a dimensão entre as esferas se torna cada vez mais difusa.

As feministas da segunda onda levantaram a bandeira de “o pessoal é político” após compreenderem que dificuldades que passavam na vida privada e acreditavam ser um problema individual, na realidade, era um problema sistêmico. A internet vem então para tornar as linhas ainda mais tênues, uma vez que a vida privada se torna um espetáculo (SIBILIA, 2008) e os movimentos sociais vão se tornando cada vez mais descentralizados e personalizados. Papacharissi (2011) discute a extensão da esfera pública particular em uma sociedade conectada. Para a autora, as mídias digitais afetam diretamente a intersecção entre o social e o particular.

Castells (2017) ao falar dos movimentos sociais na era da internet, aponta que, dado um nível suficiente de inquietação e revolta, o uso generalizado das mídias sociais pode tornar revoltas individuais em protestos. Os movimentos sociais, de forma geral, sempre estiveram profundamente ligados com identificação e identidade. Contudo, é possível observar uma descentralização política em curso, em que as instituições formais e coletivos perdem a relevância. A ação conectiva (BENNETT; SEGERBERG, 2013) é a força motriz, em um novo contexto em que as pessoas participam das reivindicações de uma forma mais personalizada, sem se afiliar a instituições, e sem renunciar ao que acreditam em prol do bem comum. O feminismo de hashtag é um fenômeno fruto de tal realidade, que revela diversos aspectos da cibersociedade.

Papacharissi (2015) defende a ideia de que multidões se mobilizam por meio de redes online de apoio de maneiras que discursivamente se tornam Públicos Afetivos. Segundo a autora, Públicos Afetivos podem ser definidos como “formações públicas em rede que são

mobilizadas e conectadas ou desconectadas por meio de expressões de sentimento”¹¹ (PAPACHARISSI, 2015, p. 125, tradução nossa). Nesse sentido, o Twitter pode ser visto como uma plataforma potencial para performances do *self* através de declarações condensadas, que frequentemente manifestam uma resposta convergente a questões socioculturais, econômicas e políticas. As expressões de sentimento conectam pessoas que, ainda que não se conheçam, se reconhecem uma nas outras, compartilhando suas histórias e identidades, ainda que de forma temporária, mas com força suficiente para dar origem a um movimento maior.

Assim, a presente pesquisa se utiliza de diversos conceitos para construir a discussão teórica e compreender de forma mais aprofundada o desvelar de movimentos como o impulsionado pelos relatos da jovem Mariana Ferrer e a utilização de diversas hashtags no Twitter, até culminar nos protestos que invadiram as ruas de todo o país. Tais formulações auxiliam a compreender como as mulheres buscam seus direitos de cidadã na cibernética e quais os processos que afetam diretamente as formulações políticas e democráticas atuais. A utilização de tantos autores requer cautela, contudo revela a complexidade da realidade.

Portanto, no presente trabalho, o primeiro capítulo será dedicado a compreender como é ser cidadã na sociedade em rede, primeiro compreendendo mais a história de Mariana Ferrer e depois se aprofundando nos aspectos do ciberativismo e ciberfeminismo. O segundo capítulo fala das narrativas de resistência, como elas se constroem e como são importantes para dar origem a ação política, além de compreender as disputas de narrativas que ocorrem, como as disputas de sentido pelo que é violência de gênero e estupro. O capítulo três é focado em compreender mais aspectos da célebre frase ‘o pessoal é político’, buscando as nuances da vida privada e pública e como isso afeta as mulheres e as manifestações atuais. Por fim, no último capítulo são analisadas diferentes momentos da hashtag #JusticaPorMariFerrer, buscando compreender a narrativa do movimento que se formou e se propagou na Internet.

¹¹ “[...] networked public formations that are mobilized and connected or disconnected through expressions of sentiment” (PAPACHARISSI, 2015, p. 125).

1. SER CIDADÃ NA CIBERSOCIEDADE

*O ciberfeminismo é um dos muitos feminismos, e o
feminismo não desapareceu
(doll yoko, VNS Matrix)*

O capítulo é destinado a apresentar o caso da jovem Mariana Ferrer, como se iniciou e quais seus desdobramentos, até o momento em que mulheres de todo o Brasil foram as ruas protestar. Considera-se que o caso é uma expressão do ciberfeminismo. Dessa forma, é necessário explorar as origens do movimento, desde os primeiros questionamentos da relação das mulheres com a tecnologia até o feminismo por hashtag, que é o foco da presente pesquisa. Por fim, busca-se compreender mais esse fenômeno, especialmente no cenário de disputa de narrativas.

2.1 #JustiçaPorMariFerrer

No dia 20 de maio de 2019 a jovem Mariana Borges Ferrer utilizou suas redes sociais, no Instagram e no Twitter para falar o que havia acontecido com ela. Mariana era conhecida por ser uma das embaixadoras do Café de La Musique, um beach club em Florianópolis-SC, conhecido por ser de luxo. Segundo relatos da jovem, no dia 15 de dezembro de 2018 ela participou de um evento no local e neste dia, foi drogada e estuprada. No dia seguinte, ela registrou boletim de ocorrência. Até o momento, a jovem nunca havia tido relações sexuais.

Figura 1 – Imagem da primeira postagem sobre o caso no Instagram



Fonte: captura de tela do Instagram de perfil público, 2021.

Desde que Mari Ferrer, como ficou conhecida nas redes sociais, começou a expor sua versão dos fatos, o caso ganhou grande repercussão. A jovem decidiu tornar público seu caso, pois o processo não seguia. Mari frequentemente postava o que havia acontecido, pedia apoio das pessoas, pedia justiça. Ela divulgou prints de conversas que teve no dia, fotos de suas roupas e inclusive a foto de quem ela acusava ser seu agressor, o empresário André de Camargo Aranha. Em julho de 2019, ele se tornou réu do caso, investigado por estupro de vulnerável.

Foi neste contexto que hashtags ligadas ao caso surgiram, sendo a mais representativa a #JustiçaPorMariFerrer. No começo as hashtags eram mais simples, como #MariFerrer ou #MariBFerrer. Contudo, conforme o caso ia ganhando mais repercussão, a hashtag foi se desenvolvendo conforme o sentimento dos que simpatizavam com Mariana. Não bastava mais apenas 'taguear' com o nome da jovem, mas sim criar um slogan, uma frase de reivindicação, que conseguiria unir todas em um único propósito.

É importante pontuar que, mesmo recebendo apoio de muitas pessoas, inclusive de pessoas famosas, Mariana sofreu diversos ciberataques. Além de comentários depreciativos direcionados a jovem, Mariana teve sua conta pessoal no Instagram suspensa por um período, rede social que ela também utilizava para falar sobre o caso e fazer constantes atualizações. Contudo, ela nunca se calou, mesmo ficando períodos sem postar. Sempre retornava, ainda pedindo por justiça, ainda cobrando as instituições.

Na segunda semana de setembro de 2020, a hashtag alcançou os *Trending Topics* e o motivo foi o fim do julgamento do caso. O empresário foi considerado inocente pela 3ª Vara Criminal de Florianópolis. O resultado do julgamento revoltou muitas pessoas que acompanhavam a história de Mari Ferrer já há algum tempo, especialmente ativistas feministas. Durante julgamento em 1ª Instância, o juiz Rudson Marcos entendeu que o réu não tinha como saber da vulnerabilidade da vítima. Contudo, no dia 3 de novembro de 2020 o caso ganhou uma nova dimensão. O The Intercept Brasil publicou com exclusividade alguns trechos da audiência da jovem. O título da matéria era “Julgamento de influencer Mariana Ferrer termina com sentença inédita de ‘estupro culposo’ e advogado humilhando jovem”. Em um trecho do vídeo publicado, o advogado Cláudio Gastão da Rosa Filho mostra fotos do antigo perfil do Instagram de Mariana, que ele considera como “ginecológicas” e fala coisas como “peço a Deus que meu filho não encontre uma mulher que nem você”. Mariana insiste para o advogado se ater aos fatos e implora por respeito.

As falas do advogado, a falta de interrupção por parte do juiz, o choro de Mariana, causaram grande revolta nas redes sociais. Mas além disso, o mais grave foi o termo “estupro culposo”. Ainda segundo reportagem do The Intercept Brasil, o estupro de vulnerável se tornou estupro culposo na tese final da defesa, ou seja, sem a intenção. “Para o novo promotor, não foi possível comprovar que Mariana não tinha capacidade para consentir com o ato sexual, desqualificando assim o crime de estupro de vulnerável descrito na denúncia pelo seu colega” (ALVES, 2020).

A reportagem gerou uma nova onda de revoltas, ainda maior que as anteriores. Além das hashtags utilizada anteriormente, outras surgiram como #EstuproCulposoNãoExiste, #NaRuaPorMariFerrer. Atos e manifestações foram organizados em cidades de todo o país, como Goiânia-GO, Porto Alegre-RS, Belo Horizonte-MG, Aracaju-SE, Belém-PA, entre outros.

Fotografia 1 – Manifestações pedindo justiça por Mari Ferrer



Fonte: Wsimag, 2021.¹²

Fotografia 2 – Mulheres pedindo justiça por Mari Ferrer



Fonte: Folha de São Paulo, 2020.¹³

Os atos, contudo, não ocorreram sem que houvesse polêmica. Logo, pessoas se manifestaram e disseram que na realidade, “estupro culposo” nunca foi utilizado no processo. O termo na realidade foi fruto de uma interpretação jornalística. Apesar de realmente ter sido uma resolução controversa do caso, o fato da autora da reportagem não deixar explicitado como o termo surgiu causou grande confusão. Dias depois, o veículo foi obrigado a editar a reportagem por conta de uma ordem judicial provisória. Além disso, surgiu a hashtag #MariFerrerMentiu, com pessoas analisando o caso e acusando falta de provas.

Segundo pesquisa realizada pelo Internetlab (2020)¹⁴, menos de 1% dos tuítes sobre julgamento foram a favor da sentença. Após publicação do vídeo pelo The Intercept Brasil, foram gerados em média 20 tuítes por minuto. Ainda segundo a pesquisa, alguns dos aspectos

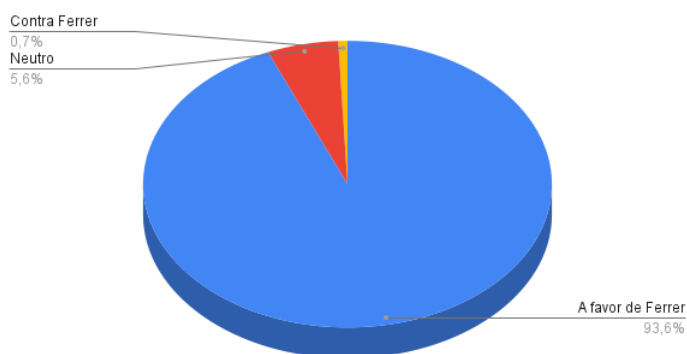
¹² Disponível em: <https://wsimag.com/pt/economia-e-politica/66079-estupro-culposo>. Acesso em: 10 set 2021.

¹³ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/11/mais-de-10-cidade-tem-atos-pedindo-justica-para-mariana-ferrer.shtml>. Acesso em: 10 set 2020.

¹⁴ Disponível em: <https://www.internetlab.org.br/pt/desigualdades-e-identidades/caso-mari-ferrer-menos-de-1-dos-tuites-sobre-julgamento-foram-a-favor-da-sentenca/>. Acesso em 10 jun 2021.

que mais chamaram a atenção na análise foram uma grande quantidade de cobrança por posicionamento e a descrença em relação à Justiça e a sociedade brasileira. Além disso, a maioria dos xingamentos identificados não eram direcionados a Mari Ferrer, mas sim indicavam revolta.

Gráfico 1 – Tweets sobre o julgamento de acordo com pesquisa Internetlab (2020)



Fonte: elaborado pela autora, 2021.

O caso é extenso, complexo e o objetivo do trabalho não é de forma alguma analisar a parte jurídica do processo. Como Silva (2012) bem pontua, as hashtags devem ser vistas como nós, dramas sociais, que revelam mais sobre o cidadão da cibercultura e auxiliam na compreensão de como as relações se organizam nesta realidade cada vez mais conectada. Ao analisar o caso de Mariana pela perspectiva midiática-digital, Neves, Castro e Lima (2021) revelam que os conteúdos midiáticos persistem nas práticas narrativas que revitimizam as mulheres vítimas de estupro, revelando como o ativismo em rede é mais que a simples replicação de uma hashtag, mas envolve diversos aspectos de como a sociedade e a mídia tratam uma mulher vítima de violência sexual.

O caso de Mariana ganhou destaque na mídia, mas é um entre vários no contexto brasileiro. Diariamente, mulheres sofrem violência e se veem sem justiça. Alguns dados do Instituto Patrícia Galvão¹⁵ revelam a profundidade do problema: uma menina ou mulher é

¹⁵ Plataforma que reúne pesquisas, fontes e sínteses sobre o problema no Brasil, com o objetivo de mostrar a violência contra a mulher em dados. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/>. Acesso em 10 jul 2022.

estuprada a cada 10 minutos, 8 em cada 10 mulheres já tiveram que substituir produtos de higiene menstrual por outros itens, mais de 3 casos de perseguição de mulheres são registrados no Brasil por hora, entre outros tantos dados que chocam e mostram como a violência se dá por várias formas. Assim, expor seu relato na Internet e ganhar o apoio de diversas outras vozes demonstra um movimento de solidariedade. Há quem questione os reais impactos que um simples tweet possa causar, contudo, é na multiplicidade de atores digitalmente mediados que um movimento maior começa a ganhar forma. Não é mais apenas uma mulher falando sozinha, mas várias que, ainda que não se conheçam, ainda que nada mais façam que um simples post curto, se juntam a causa. A Constituição Federativa Brasileira no art. 5º, inciso IX, diz que “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”. Assim, o ato de falar na Internet em si já é exercer um direito fundamental garantido pela Constituição do país. É exercer a cidadania.

2.2 A Sociedade em Rede e o Ciberativismo

Segundo Castells (2003), vive-se a Era da Informação, organizada em rede, e a Internet deu nova vida a essa estrutura social. Em 1994, a World Wide Web começou a se popularizar. O que antes era restrito a fins militares e científicos começou, pouco a pouco, a adentrar a casa de pessoas comuns. A Internet é uma tecnologia da comunicação, profundamente maleável, que é suscetível a ser alterada por sua prática social (CASTELLS, 2003). Uma das maiores mudanças proporcionadas pela Internet foi a possibilidade de existir vários produtores de mensagem, que alcançam diversos indivíduos, que por sua vez, interagem entre si.

As formações sociais em rede não são novas, contudo, a internet dá um novo significado a tais interações. Antes, as mídias eram marcadas especialmente por poucos emissores que distribuíam a mensagem para uma audiência de massa, com quase nenhum poder de expressão. Com a internet, a lógica começou a se alterar. Não que antes as pessoas não tivessem acesso a tecnologias da comunicação, afinal, as formas de comunicar são diversas. Contudo, apenas a arquitetura da internet possibilitou o alcance da mensagem de pessoas comuns para tantas outras pessoas e lugares.

A Internet como se conhece hoje é fruto especialmente de uma fusão singular entre estratégia militar, cooperação científica, iniciativa tecnológica e inovação contracultural (CASTELLS, 2005). A primeira rede de computadores se chamava ARPANET e era especialmente para fins militares norte-americanos. Ela conectava também pesquisadores que colaboravam com o Departamento de Defesa dos EUA, até que as pessoas passaram a utilizar o meio também para conversas pessoais. A Internet, então, de seu propósito militar, começou também a conectar pessoas com suas conversas diárias, se expandindo em uma rede de colaboração

Diversos experimentos e empreitadas de inovação passaram a abrir espaço para uma comunicação a nível mundial e de forma instantânea. Além disso, buscando se desvencilhar das determinações do Estado, iniciativas contraculturais passaram a popularizar o acesso à internet. Assim nasceram os ‘hackers’. No início, eles buscavam divulgar diferentes tecnologias gratuitamente, com o objetivo de espalhar ao máximo a capacidade de comunicação. Dessa forma, a Internet passou a ser a espinha dorsal da comunicação global por computadores, a rede que liga todas as redes. É importante pontuar, porém, que há desigualdades de acesso à internet. Em muitos locais, ainda há um acesso precário ou inexistente. Por isso, é importante não perder de vista que, mesmo sendo uma tecnologia que possibilitou o acesso de muitos, ainda está longe de um ideal realmente democrático e universal.

Ainda assim, a Internet tem tido um índice de penetração mais veloz que qualquer outro meio de comunicação na história (CASTELLS, 2005). Rapidamente ela tem se infiltrado em diversos espaços ao redor do mundo todo. Segundo Castells (2005), as redes de CMC tem como características: a penetrabilidade, descentralização multifacetada e flexibilidade. Com apenas alguns cliques, pessoas podem se conectar com outras a milhares de quilômetros de distância. Esse novo paradigma que é trazido pela Internet é de extrema importância pois, ao contrário da televisão, receptores também podem ser produtores sem necessidade de tanto esforço. Não é necessário ter todo aparato e dinheiro de um estúdio de TV para que sua mensagem chegue para muitos. Com apenas um *smartphone*, os usuários podem criar conteúdo para uma grande audiência.

Henry Jenkins (2015, p.25) fala da Cultura da Convergência que é “onde as velhas e as novas mídias colidem, onde mídia corporativa e mídia alternativa se cruzam, onde o poder do

produtor de mídia e o poder do consumidor interagem de maneiras imprevisíveis”. Segundo o autor, há a convergência dos meios de comunicação, cultura participativa e inteligência coletiva. Os meios são múltiplos e altamente conectados, não há mais espectadores passivos, mas sim participantes e a construção de saber é um processo coletivo, podendo ser uma fonte alternativa de poder midiático. Dentro dessa perspectiva, com uma conectividade tão grande e uma multiplicidade de conexões, é mais fácil encontrar pessoas que compartilham as mesmas convicções. Assim, a comunicação em rede também propiciou o agrupamento de interesses e projetos, criando então comunidades virtuais. Na Cultura da Convergência, essas comunidades se comportam como comunidades de fãs em torno de assuntos específicos, como um filme ou um famoso, mas também passam a integrar a vida política. Como Jenkins (2015, p. 319) mostra, essa é

[...] uma mudança no papel do público no processo político, aproximando o mundo do discurso político das experiências de vida dos cidadãos; estão falando em mudar a maneira como as pessoas pensam sobre comunidade e poder, para que sejam capazes de mobilizar a inteligência coletiva e transformar o governo; e estão falando em substituir o conceito do cidadão individualmente informado pelo conceito cooperativo do cidadão monitor.

Da mesma forma que o poder midiático era muito centralizado, o poder político por muitas vezes ficava longe da vida da população, não tendo espaço para que cidadãos comuns expressassem suas opiniões. Assim, as comunidades na Internet também passaram a se unir para falar de transformações na sociedade, de dores que antes eram individuais e passaram a ser coletivas, buscando novas formas de agir ativamente na vida política, burlando os processos burocráticos do Estado.

As comunidades que surgem neste novo contexto, contudo, podem também ser denominadas de “comunidades pessoais”. Barry Wellman, em uma série de estudos, evidenciou que a maioria dos vínculos em comunidades virtuais são especializados e diversificados, ou seja, as pessoas criam seus “portfólios pessoais” de interação e ingressam em diferentes grupos conforme seus diferentes gostos e valores. As comunidades, nesse sentido, são formadas por centenas de laços fracos, de pessoas que mal se conhecem e tem pouca intimidade, mas quando compartilham um interesse específico em comum, se reconhecem.

A rede, dessa forma, é especialmente apropriada para a geração de múltiplos laços

fracos com conhecidos ou desconhecidos. Castells (2005) aponta que existem indícios substanciais que tais comunidades compartilham de uma solidariedade recíproca ainda que seja entre usuários ligados por laços fracos. Isso porque não importa o quão íntimo você é de uma pessoa, mas sim como você se identifica com ela em um contexto específico. Assim, as pessoas se afiliam de forma múltipla e parcial a diversas comunidades conforme seus interesses. Elas se associam a causas específicas conforme se identificam e constroem sua identidade.

Neste sentido, os vínculos cibernéticos também dão oportunidade para que se criem comunidades que talvez não sobreviveriam em outros contextos ou que são constantemente cerceados e limitados, como pessoas que são marginalizadas ou sofrem algum tipo de privação, violência. A internet, assim, pode oferecer uma nova oportunidade de fortalecimento, de troca, de solidariedade, de reivindicação. Pessoas podem expor sua dor, podem reivindicar por direitos, podem lutar pelos ideais em comum e para isso não é necessário que elas se conheçam profundamente, basta que dividam ao menos uma ideia em comum. Assim, indivíduos que talvez não teriam a oportunidade de se encontrar antes, ou até mesmo não teriam possibilidade e força para contar sua história, dar sua opinião, encontram nas comunidades online um refúgio e uma nova oportunidade para ter voz.

Da segurança do ciberespaço, pessoas de todas as idades e condições passaram a ocupar o espaço público, num encontro às cegas entre si e com o destino que desejavam forjar, ao reivindicar seu direito de fazer história – sua história -, numa manifestação da autoconsciência que sempre caracterizou os grandes movimentos sociais (CASTELLS, 2017, p. 18).

O ciberespaço logo passou a ser tomado por diferentes movimentos que buscam continuar a reescrever a história. E não apenas movimentos que antes já existiam passaram a ocupar as redes digitais, mas novas formas de manifestação começaram a ser constituídas. A internet se tornou um meio de comunicação poderoso e mais, passou a remodelar a própria vida em sociedade. Dessa forma, logo ficou claro que a virtualidade também é política, tanto pelas oportunidades de acesso à informação e conexão com outros como pelas novas formas de reivindicação por direitos que nascem na internet.

Por conseguinte, o conceito de ser cidadão também se complexifica na Sociedade em Rede. Em um entendimento básico, ser cidadão é ter direitos e deveres, é fazer parte de uma sociedade. Parte-se da compreensão proposta por Signates e Moraes (2016) que não há

definição de cidadania que não tenha inserida, de alguma forma, diferentes processos comunicacionais. De forma geral “negar a comunicabilidade a um sujeito, dentro de uma sociedade de direitos, é negar-lhe a própria cidadania” (SIGNATES; MORAES, 2016, p. 15). O ser se constitui a partir do momento em que se comunica, assim, calá-lo ou não dar voz é uma forma de apagamento. Em diferentes momentos da história, diversas comunidades foram apagadas ou deixadas de lado por não serem consideradas, por não terem poder de escolha nem de manifestação. É da indignação que surgem os movimentos sociais, reivindicando por direitos, por poder, por voz, para serem de fato cidadãos.

Se se vive em uma realidade hiperconectada, não é possível deixar a dimensão da virtualidade fora do entendimento do que é exercer a cidadania. O Marco Civil da Internet (2014) em seu Art. 4º fala que o uso da internet no Brasil tem por objetivo a promoção do direito de acesso à internet a todos (Inciso I) e do acesso à informação, ao conhecimento e à participação na vida cultural e na condução dos assuntos públicos (Inciso II). Além disso, no Art. 7º define que o acesso à internet é essencial ao exercício da cidadania. Assim, é impossível separar o que é ser cidadão na Sociedade em Rede sem levar em consideração como as pessoas possuem acesso a essa nova galáxia da internet.

Contudo, o autor José Murilo de Carvalho (2002) aponta que o ideal de uma cidadania plena, que combine liberdade, participação e igualdade para todos, é um pensamento ocidental, muito provavelmente inatingível. Por isso, para compreender melhor tal aspecto, tornou-se costume desdobrar a cidadania em direitos civis, políticos e sociais. Os direitos civis se referem aos direitos fundamentais à vida, à igualdade, à vida em sociedade. Os direitos políticos designam a participação do cidadão no governo, como o direito ao voto. Já os direitos sociais são os que garantem a participação na riqueza coletiva. Um cidadão pleno teria acesso as três esferas, o que para mulheres, por exemplo, ainda é difícil de acontecer. Assim, são cidadãs incompletas ou até, em alguns casos, não-cidadãs. No Brasil, o regime militar fez com que o sonho da cidadania plena retrocedesse ainda mais. A redemocratização no país é recente no período histórico, e isso reflete em todos os aspectos de nossa sociedade. Se voltarmos um pouco mais na história, veremos que a escravidão também não está tão longe assim. Como Carvalho (2002) mostra, não há apenas um caminho para a cidadania e, no Brasil, muitos percalços dificultam a trilha para o ideal de cidadania.

Justamente por não se sentirem cidadãos ou terem seus direitos lesados, surgem

grupos que se manifestam e lutam para serem vistos e ouvidos. Os diferentes ativismos surgem pelo fato de alguém sofrer por conta de ser ou ter uma característica que é subjugada, ou seja, muitas pessoas possuem sua cidadania negada por simplesmente serem quem são. Assim, diferentes formas de manifestação surgem, entre diferentes grupos. Diferentes movimentos sociais ao longo da história surgiram e diversos deles perduram até hoje, mesmo que com formas de atuação diferente. Na Sociedade em Rede, diversos grupos marginalizados podem se organizar, e criar novas formas de lutar e até mesmo de ser cidadão. Ter acesso as redes e ocupá-las é um ato de resistência e é uma forma de buscar por direitos, tanto pelo acesso à informação, pela capacidade de se comunicar quanto por existir nessa nova realidade.

Nesse sentido, Signates e Moraes (2016) desdobram tipos de cidadania que podem ser propostos a partir da centralidade da comunicação. Tais tipologias auxiliam a compreender como o caso do Mari Ferrer, por exemplo, está profundamente conectado com o conceito de cidadania comunicacional, que demonstra a importância da comunicação para um sujeito se constituir em uma sociedade. Dessa forma, alguns tipos de cidadania propostos são: 1) *Cidadania como meio*: ela pode ser vista como meio de comunicação para conseguir direitos em uma determinada sociedade. No trabalho apresentado, Mariana Ferrer conta sua história para buscar seus direitos, em um processo que leva várias mulheres a fazerem o mesmo com ela; 2) *Cidadania do direito à informação e do consumo*: todo cidadão tem direito ao acesso às informações sobre suas condições civis, políticas e sociais. Assim como os grupos de conscientização foram extremamente importantes para as feministas da segunda onda, o compartilhar de experiência na internet dá as mulheres condições de compreenderem sua condição na sociedade; 3) *Cidadania da liberdade de expressão*: participação em termos da opinião pública. A internet possibilitou que diversas mulheres pudessem expressar suas opiniões e histórias, com uma facilidade e alcance nunca vistos antes. No caso da jovem Mariana Ferrer, as redes sociais foram essenciais para que a jovem pudesse expressar seu lado da história; 4) *Cidadania como direito de expressão de direitos*: a cidadania comunicacional é o direito básico que permite elaboração comunitária dos termos de sua própria justiça. É no compartilhar de diversos pontos de vista na internet que diversas mulheres podem compreender seus direitos e articular suas demandas. Clamar ‘#JustiçaPorMariFerrer’ e ‘#NãoExisteEstuproCulposo’ é desafiar o sistema que pode oprimir as mulheres; 5) *Subcidadania comunicacional*: condição do subcidadão, aquele que é silenciado. Se a

cidadania está relacionada com o comunicar, aquele que não fala tem seus direitos silenciados, se torna subcidadão. Durante muito tempo mulheres foram silenciadas de diversas maneiras e ainda hoje isto acontece, como é o caso de Mari que teve sua conta suspensa. 6) *Cidadania como incomunicabilidade*: sujeito subjugado às condições de silenciamento, e, portanto, de submissão. Especialmente para as mulheres, tal categoria é muito relevante, uma vez que ao longo da história a cidadania para as mulheres foi diversas vezes negada. Em muitos momentos, as mulheres foram vistas como o ‘segundo sexo’, submissas aos homens e menos importantes.

Dessa forma, com a nova realidade da Sociedade em Rede, as manifestações começaram a ocorrer de diferentes formas. O próprio nascimento da Internet foi marcado por reações contraculturais e de indignação, com os hackers. É possível considerar o ano de 1984 como o ano do nascimento do ciberespaço, especialmente com os *hackeadores* da rede, que passam a fazer de um instrumento militar um dispositivo que também promove a conversação, as relações comunitárias, a construção de afetos. É também no mesmo ano que tal comunicação distribuída passa a suportar uma série de ativismos. Como Malini e Antoun (2013, p.20) mostram, 1984 é o ano em que surge o ciberativismo como “sinônimo de ações coletivas coordenadas e mobilizadas coletivamente através da comunicação distribuída em rede interativa”.

Essa nova forma de ativismo rompe até mesmo com o próprio ativismo social que até então se realizava no campo da comunicação social. Isso porque antes, a “guerrilha midiática” ocorria especialmente com a produção de contrainformação. No ciberespaço, a luta encontra uma versão *hacker* e comunitária, de modo mais distribuído, com mais vozes, em vários locais. O midialivrismo de massa produz sua luta em conjunto a movimentos sociais organizados, com mídias comunitárias e populares. Já o midialivrismo nos moldes da cibercultura é pautado por experiências singulares, colaboração em rede, sem intermediação, baseado na produção livre. Assim, ambas as formas buscam a libertação e ir contra os monopólios, porém de formas diferentes. O ciberativismo tem sua genealogia nos movimentos de contracultura e não tanto em movimentos sociais organizados, apesar de se inspirar muito neles. O ciberativismo, de forma geral, rejeita hierarquias e instituições.

Assim, Malini e Antoun (2013) definem o midialivrista como ‘*hacker* de narrativas’, pois continuamente está produzindo narrativas alternativas, que destoam das mídias de massa

e das instituições oficiais. É uma forma de escrever e reescrever novas versões sobre um mesmo evento, dar visibilidade para diferentes opiniões. Essa narrativa *hackeada* está a disposição de muitos e é formada por muitos. É uma narrativa compartilhada, múltipla, subjetiva, cheia de conflitos e perspectivas.

Em síntese: os hackers de narrativas fazem dos grupos de discussão uma estrutura de mídia que permite a toda informação vazar nas mais distintas comunidades virtuais; ao mesmo tempo, que peritos em programação computacional – os hackers de código – não param de inventar linhas de comando que tornam a Internet mais livre, num período em que a ideologia proprietária em torno dos direitos autorais se intensifica entre os desenvolvedores de tecnologia (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 20).

Assim, a luta é tanto pelo código, pela tecnologia quanto pela informação e pela ‘versão oficial’ da história. A luta é para democratizar o acesso, mas também para que diferentes visões de mundo ganhem visibilidade. Dessa forma, os midialivristas da Internet se baseiam em práticas performáticas e dessa forma vão criando o ciberespaço. Como uma derivação da contracultura, o ciberativistas não buscam um mediador, mas sim dar poder a mais pessoas, em uma cultura de ‘faça você mesmo’. “Que cada subjetividade se arrisque a produzir seu movimento na rede” (MALINI, ANTOUN, 2013, p. 24). Ou seja, apesar da internet dar a possibilidade de diferentes pessoas se conectarem e assim criar comunidades, cada um, de forma individual, pode se expressar e contribuir da forma que achar melhor.

A arquitetura *peer-to-peer* (P2P)¹⁶ da Internet tirou a centralidade da mídia dos conglomerados, de uma relação comunicacional de um para muitos. As redes digitais, dessa forma, contribuem para a expansão do conceito de globalização, que é o processo de aproximação de diferentes nações e comunidades ao redor do mundo, tanto no âmbito econômico, cultural, social. Nesse sentido, a colaboração em rede vai de encontro ao conceito de Adela Cortina (1998), que fala de uma cidadania cosmopolita, ou seja, um ideal semelhante para todos. Segundo a autora, a sociedade deve se organizar de tal forma que consiga gerar em cada um de seus membros o sentimento de pertencimento e, conseqüentemente, a convicção de que vale a pena trabalhar para melhorar. Forjar uma cidadania cosmopolita é um projeto de converter os seres humanos em uma comunidade, não

¹⁶ É uma arquitetura de redes em que cada par, ou nó, coopera entre si para prover serviços um ao outro, sem a necessidade a priori de um servidor central. Todos os pares são clientes e servidores.

no sentido de que vão necessariamente estabelecer relações interpessoais, mas no sentido de sobretudo ter uma causa em comum. Universalizar a cidadania social é buscar construir um futuro melhor para todos, é sobre ser cidadão do mundo, protegendo os direitos humanos e lutando por um mínimo de justiça. Dessa forma, “lutar por uma globalização ética, pela globalização da solidariedade e da justiça, é a única maneira de converter o que Jesús Conill chamou de ‘Selva Global’ em uma comunidade humana, na qual todos os povos e todas as culturas humanizadoras” (CORTINA, 1998, p. 219). Assim, ainda que a Internet contribua para as trocas universais e criação de novas comunidades, o individualismo que também percorre as redes pode ser um empecilho para que realmente haja um projeto universal de cidadania.

As formas de ciberativismo são diversas e podem se dar em diferentes plataformas e contextos. Elas podem se dar tanto no contexto *hacker*, expondo e compartilhando informações privilegiadas, tanto com expressões pessoais ou de comunidades, *hackeando* narrativas. Os chamados *blogs* foram uma das primeiras formas de expressão e de identificação, assim como os fóruns. Os *blogs* nasceram como ‘diários’ em que as pessoas poderiam publicar o que quisessem, para qualquer pessoa que acessasse sua página. Neles, as pessoas poderiam acompanhar uma a vida das outras de acordo com suas afinidades, ou ainda expor relatos e versões alternativas sobre eventos noticiados pelos conglomerados de mídia. Já os fóruns reuniam diferentes pessoas discutindo sobre um mesmo tópico, podendo assim ser um aglutinador de diferentes opiniões. Cada uma dessas plataformas suporta formas de ativismo diferente.

Com o passar do tempo, diferentes plataformas foram surgindo, cada qual com sua proposta e foco diferente. Uma das chamadas ‘redes sociais’ que mais se tornou palco de diversos embates ciberativistas foi o Twitter. Em 140 caracteres, qualquer usuário poderia se expressar, em uma *timeline*¹⁷ infinita que sempre se atualiza, se conectando a diferentes assuntos através das *hashtags*. Assim, com poucas palavras, logo o Twitter se tornou um cenário perfeito para pessoas exporem suas opiniões, se atualizarem rapidamente, se conectarem umas às outras e criarem narrativas alternativas, utilizando o discurso como

¹⁷ Do inglês ‘linha do tempo’, termo comum em diversas redes sociais para designar a atualização frequente das postagens.

principal arma e as *hashtags* como instrumento de alcance e viralização.

Di Felice (2018) aponta que a primeira fase do ativismo digital se caracterizou pela passagem da mídia alternativa para mídia participativa, em mais que utilizar a mídia para produzir contrainformação, passava-se a utilizar os meios digitais como campo de estratégia e atuação ativa. Já a segunda fase é marcada pela consolidação de uma nova forma de participação, em um processo de expansão e descentralização. Essa nova dinâmica começa a produzir diferenças qualitativas na performance dos conflitos, sendo necessário expandir o universo de significados que designavam o ciberativismo. Assim, com a intenção de superar limites do termo e enfatizar a dimensão da conectividade, passou-se a utilizar net-ativismo. O ciberativismo limita as formas de participação ao ciberespaço, marcado especialmente pela troca de informações na web 1.0¹⁸. O termo net-ativismo surge para tentar abarcar diferentes esferas e conceitos que circundam a nova forma de participação digital,

[...] tendo sua origem indicada no advento de nova cidadania em rede, não mais limitável ao âmbito das antinomias global/local, que, partindo de uma perspectiva de participação planetária, e local ao mesmo tempo, facilitada pela expansão da Internet em nível mundial, em vez de negar as diversidades e as especificidades identitárias locais, assumia com maior força as reivindicações graças às dimensões descentralizadas proporcionadas pela web – que oferecia amplo poder de comunicação global a cada pequena realidade e a cada particular etnia ou movimento (DI FELICE, 2018, p. 97-98).

Dessa forma, as novas formas de ação são marcadas pela fértil interação das tecnologias em rede e os sujeitos, fazendo emergir um novo tipo de participação que não se limita ao ciberespaço, mas toma dimensões mundiais, reforçando esse novo tipo de cidadania. As culturas locais e os territórios passam a se construir também em rede, criando conflitualidades que dialogam com o restante do mundo. Surgem diferentes tipos de comunidades e grupos, conectados em rede pela solidariedade, mas também pela autonomia. Assim, por mais que o termo ‘ciber’ ainda seja muito utilizado para expressar o ativismo em rede, deve-se levar em conta as diferentes percepções conceituais propostas por diferentes autores. Contudo, o que é mais relevante são as dinâmicas dessa nova forma de participação política.

¹⁸ Termo utilizado para designar a dinâmica da Internet em seus primórdios, com ainda pouca interatividade entre usuários e mais sites de conteúdos estáticos.

2.3 Das Ciborgues às Hashtags: O Ciberfeminismo

O que significa ser cidadã na Sociedade em Rede? A cidadania está diretamente conectada ao pleno exercício de direitos em uma sociedade, como é o direito à liberdade de expressão. E mais, a comunicação é um instrumento pelo qual a cidadania pode ser alcançada (SIGNATES; MORAES, 2016). Só é possível ser cidadã dentro de uma sociedade, dentro de um coletivo.

Em outras palavras, a vida de relação – não qualquer uma, mas aquela especificada politicamente por condições de legitimação, reconhecimento polêmica e reivindicação de direitos passíveis de universalização –, constitui condição da cidadania, qualquer que seja a definição que se adote (SIGNATES; MORAES, 2016, p. 04).

Nessa perspectiva, quando uma parcela da população tem seus direitos negados ou sua voz silenciada, as manifestações que surgem a partir disto são lutas para resgatar sua cidadania. Assim, os movimentos sociais são conflitos importantes para a construção do ambiente democrático. Não há apenas uma definição de movimentos sociais, o que se pode afirmar é que os movimentos, na maioria das vezes, estão questionando as estruturas de poder e propondo novas formas de organização à sociedade política (GOHN, 1997). Nas democracias, os movimentos sociais auxiliam a pautar novas demandas, que podem ser deixadas de lado por serem de grupos com menos poder, menos participação política, menos voz. Além disso, ajudam a reconhecer desigualdades e a manter uma tensão contínua dentro dos regimes democráticos, ao mesmo tempo que questionam decisões, colaboram para o processo de canalização das expectativas em relação ao sistema político (PEREIRA, 2012).

Assim, os movimentos feministas surgem pela necessidade de expor as injustiças e desigualdades sofridas pelas mulheres. Se há pouco reconhecimento de sua existência e suas necessidades, sua cidadania, sua participação na democracia, é colocada em risco. O movimento feminista é um movimento diverso, com várias facetas e intersecções, porém a disputa de visibilidade na mídia e processos comunicacionais ocorre desde os primórdios do movimento. De forma clássica, o movimento pode ser dividido em ‘ondas’. Apesar de lampejos da força feminina por toda a história, o feminismo começa a ganhar mais forma a partir dos ideais da Revolução Francesa. Assim se inicia a primeira onda, com as primeiras

reivindicações mais contundentes e uma lucidez maior na tomada de consciência feminina, especialmente no século XVIII. Em primeiro lugar, as mulheres buscavam aquilo que já era assegurado aos homens: serem reconhecidas como cidadãs.

Warren (2014) definiu 5 tipologias para diferenciar as diferentes formas de manifestações da sociedade civil, sendo eles: movimentos sociais organizados; manifestações ou marchas dos movimentos sociais; manifestações amplas da cidadania e/ou dos “indignados”; manifestações-bloqueio ou “formas de ação nas ruas”; ação-manifesto sociocultural. De forma geral, os movimentos sociais são organizados e possuem uma relativa permanência e continuidade, se estruturando em redes de militância. São mais pragmáticos, buscando produzir verdadeiras transformações sociais, com uma agenda a ser cumprida. Já as manifestações são reações coletivas, que podem partir de movimentos mais estruturados ou não. As manifestações nem sempre possuem uma agenda clara nem ações práticas para promover mudanças efetivas, elas são um evento em si mesmo, que ecoam a voz do povo. Constrói-se como uma forma de *evento político reativo* (WARREN, 2014) a algum acontecimento importante e justamente por isso, possuem um grande potencial de convocar mais pessoas. Essa forma está cada vez mais atrelada com as mobilizações feitas por meio das redes sociais digitais.

O Movimento Feminista em si, por exemplo, é um movimento social organizado. Contudo, existem diferentes formas de manifestações que ecoam o movimento, não há apenas uma única linha de pensamento. Ao longo dos anos, diversas conquistas foram realizadas pelas feministas, através de diversos coletivos e comícios organizados. Também, o Movimento Feminista sempre contou com diversas formas de expressão, seja com marchas consagradas, como a Marcha das Vadias¹⁹ ou fazendo parte também de manifestações amplas da cidadania e de indignados, como foi o caso das manifestações em prol de Mariana Ferrer.

A primeira onda do feminismo tomou forma com o movimento das sufragistas. A principal reivindicação, entre tantas outras, era o direto ao voto. Foi a partir desse momento que o movimento feminista começou a ganhar mais visibilidade, buscando mais igualdade dos

¹⁹ A Marcha das Vadias é um movimento que surgiu a partir de um protesto realizado no dia 3 de abril de 2011 no Canadá, e desde então se internacionalizou, sendo realizado em diversas partes do mundo. A Marcha das Vadias protesta contra a crença de que as mulheres que são vítimas de estupro teriam provocado a violência por seu comportamento. As mulheres durante a marcha usam não só roupas cotidianas, mas também roupas consideradas provocantes, como blusinhas transparentes, lingerie, saias, salto alto ou apenas o sutiã.

direitos. É importante ressaltar que nessa época ainda havia pouca consciência em relação ao tratamento de mulheres pretas, que por diversas vezes eram hostilizadas mesmo por mulheres que se diziam feministas. Também havia pouca consciência de classe. Assim, a primeira onda era encabeçada especialmente por mulheres brancas, que buscavam adquirir mais igualdade, especialmente em relação a educação, casamento e direitos civis.

A segunda onda veio após um período difícil entreguerras, mas ressurgiu com mais força após a obra de Simone de Beauvoir, *O Segundo Sexo* (1949). O principal paradigma exposto pela autora é de que historicamente a mulher sempre é considerada a outra em relação ao homem, sempre em segundo lugar, sempre menos relevante. A obra de Beauvoir é marcante porque faz um estudo completo da condição feminina e expõe pautas que são discutidas até hoje. A partir desse momento também começam a ser discutidas de forma mais profunda as questões de gênero e do significado de ser mulher. É nesse período também que surge a emblemática frase “o pessoal é político”, que traz a reflexão sobre as opressões vividas dentro do círculo familiar e de suas próprias casas, ressaltando assim que o problema não pode ser considerado simplesmente da esfera privada, mas sim de interesse público. Nessa época também começam a ser questionadas diversas pautas relacionadas a liberação sexual, especialmente por conta dos movimentos dos anos 70, como o movimento hippie.

Entre os anos 80 e 90, surge a terceira onda do feminismo, em confluência com outros grupos, como o movimento negro e LGBT. O conceito de gênero passa a ser discutido cada vez mais, especialmente com Butler (1990) questionando a construção das identidades de gênero e problematizando a visão binária homem *versus* mulher. Cada vez mais o feminismo branco eurocêntrico passa a ser questionado, com pensadoras como Angela Davis e Lélia Gonzalez promovendo a visão da interseccionalidade. Nesse período, importantes conquistas feministas são realizadas, como políticas públicas e criação de órgãos voltados a atender especialmente mulheres.

Não há um consenso sobre quando acaba a terceira onda, porém o que se pode afirmar é que o feminismo passa a se multiplicar cada vez mais, com diversas correntes epistemológicas. Hoje, o feminismo se encontra em um momento que muitas teóricas denominam como Quarta Onda, marcado especialmente pelo uso das novas tecnologias digitalmente mediadas. Com o advento da Internet, as lutas também começaram a ganhar novos contornos. Da mesma forma que historicamente diversos grupos marginalizados

buscavam fazer uso dos meios de comunicação para visar seus direitos, a Internet passou a ser um espaço de articulações. Contudo, a Internet não é apenas uma nova tecnologia da comunicação, é uma nova forma de constituir a realidade: é o tecido da vida (CASTELLS, 2003). Assim surgem os movimentos ciberativistas (e suas diversas variáveis como ativismo digital, *hackativismo*, movimentos sociais em rede, net-ativismo, click-ativismo, entre outras).

Em uma visão otimista, as redes digitais davam voz para grupos marginalizados, e as mulheres passaram a utilizar esta nova realidade para expressar suas subjetividades e pensar o que significava ser mulher nesta nova realidade. Assim, no final do século XX, o ciberfeminismo começou a ganhar forma. Era uma época de intensas desconstruções: a Internet apresentava à sociedade uma nova forma de vida, que atingiria até mesmo as concepções do que constitui o ser; definições como gênero e sexo estavam sendo questionadas, reconstruídas. A sociedade aos poucos foi perdendo a noção de estabilidade. Em 1991, Judith Butler publica o livro *Problemas de Gênero*, problematizando questões de identidade e categorias antes consideradas estanques. Neste contexto, diferentes vertentes da luta feminista começaram a se desenvolver no espaço conectado e no âmbito do desenvolvimento tecnológico.

É importante ter em mente que grande parte da história ‘clássica’ do feminismo é ainda muito pautada pela perspectiva branca e europeia/norte-americana. Apesar das ‘ondas’ terem impacto e relevância mundial, faz-se necessário compreender algumas nuances de como o movimento se desenvolveu em terras brasileiras. Pinto (2003) ressalta que o movimento de mulheres no Brasil tem múltiplos objetivos, manifestações e pretensões, sendo bem difuso. A autora, assim, designa duas tendências, as quais ela chama de “bem-comportado” e “malcomportado”. A primeira se inicia ao final do século XIX e se estende pelas primeiras décadas do século XX, tendo como foco o movimento sufragista. Essa tendência possuía um caráter mais conservador, que não questionava tanto a opressão da mulher. Já a segunda tendência ganha força especialmente pós 1968 e reunia diversas mulheres que passam a questionar tópicos como a dominação masculina, sexualidade, direito à educação, divórcio. Há também “o menos comportado dos feminismos”, que é o associado ao anarquismo ou ao Partido Comunista.

Sarti (1988) aponta que um dos traços que marca a diferença do feminismo do Brasil com países europeu, por exemplo, é o próprio caráter dos movimentos sociais. Na história

política européia, os movimentos nascem com uma forte conotação cultural, questionando valores da sociedade industrial. Já no Brasil, os movimentos são enraizados nas experiências cotidianas das periferias, reivindicando melhor distribuição da infraestrutura urbana e de bens de consumo coletivo. O feminismo no Brasil surge deste contexto, nos movimentos de bairro. O autoritarismo e ditadura no Brasil também impactou diretamente como se deu o movimento. Era como se os problemas ‘gerais’ tivessem maior importância e relevância que os problemas ‘específicos’ das mulheres. Assim, a redemocratização no país passou a dar um novo tom e força para o movimento.

Donna Haraway (1991), de forma inovadora, escreve o *Manifesto Ciborgue* e usa o conceito para pensar as relações entre sujeito e tecnologia, refletindo diretamente nas concepções feministas. O ciborgue é um organismo híbrido, tecnológico e orgânico, e também uma criatura que vive entre a fronteira ficcional e a realidade social. O ciborgue é fluído, em constante mudança. “Não mais estruturado pela polaridade do público e do privado, o ciborgue define uma *pólis* tecnológica baseada, em parte, numa revolução das relações sociais do *oikos* – a unidade doméstica” (HARAWAY, 2000, p. 39). O ciborgue rejeita narrativas que apelem para um estado original. Assim, esse ser heterogêneo explora narrativas e vivências alternativas. Inspiradas nesse conceito, feministas na internet passaram a subverter as estruturas do patriarcado e o que se entende por “ser mulher”.

O surgimento do ciberfeminismo, então, se desenvolve por duas vertentes. A primeira explora o relacionamento das mulheres com as tecnologias, incluindo teóricas como Haraway, Sadie Plant e Sandy Stone, consideradas precursoras do ciberfeminismo. Plant (1999) apresenta em um primeiro momento uma visão mais otimista, que acreditava que a Internet seria um espaço mais homogêneo entre homens e mulheres e que tais diferenças seriam dissolvidas. Já Stone (1991) investiga a formação do corpo digital. Para a teórica, mesmo na Internet os códigos de gênero e sexualidade são replicados, ainda que haja mais liberdade, a heteronormatividade ainda prevalece.

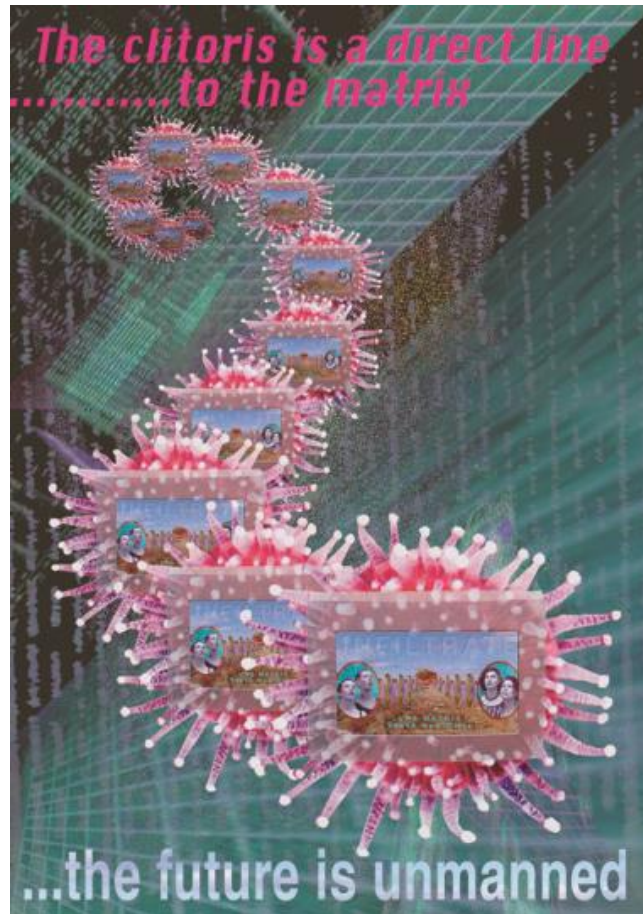
Plant começou a utilizar o termo ciberfeminismo para identificar toda problemática entre mulheres e tecnologia. Ela via nas novas tecnologias uma forma de liberar as mulheres das injustiças e assimetrias, com a possibilidade de comunicações mais horizontais e sem tantos centros de poder. Para a teórica, a tecnologia seria um fenômeno essencialmente feminino, usando como exemplo Ada Lovelace, considerada a primeira programadora do

mundo. Ela seria uma amostra de como as mulheres tecem as redes. Já Stone produz sua teoria mostrando como a virtualidade afeta os corpos, escrevendo um manifesto pós-transsexual, ressaltando a subjetividade trans dentro da teoria feminista.

A segunda vertente partiu de um enfrentamento artístico, especialmente com a VNS Matrix²⁰. As artistas do grupo passaram a adotar ferramentas tecnológicas para realizar diversas experimentações que abordavam a problemática da mulher e tecnologia. A estratégia era a provocação, o confronto, questionando o patriarcado com atividades artísticas que exploravam diferentes formas de representar o corpo, a sexualidade e a subjetividade feminina (DE ABREU, 2017). O grupo escreveu o *Manifesto Ciberfeminista para o Século XXI* (1991), uma homenagem a Haraway, ressaltando a relação entre o corpo feminino e a máquina, com uma das frases mais marcantes “o clitóris é uma linha direta para a matrix”.

Figura 2 – Pôster da VNS Matrix

²⁰ Disponível em: <http://vnsmatrix.net/>. Acesso em: 15 jun 2022.



Fonte: VNS Matrix²¹

Inspiradas na contracultura, as artistas adotavam um ativismo performático que pudesse gerar reflexão. De 1991 a 1997 VNS Matrix apresentou instalações e obras de arte pública na Austrália e no exterior, trabalhando com novas mídias, fotografia, som e vídeo. Muitas de suas obras partem de uma visão sexualizada entre mulheres e tecnologia, como forma de provocação para questionar os discursos de dominação do ciberespaço. Francesca da Rimini (2022), uma das artistas, fala que “o ciberfeminismo é um dos muitos feminismos, e o feminismo não desapareceu”.

Em 1997, na I Conferência Internacional Ciberfeminista, na Alemanha, ao invés de definir-se um conceito, foi elaborada uma lista com 100 itens expressando o que o ciberfeminismo não é: “1. ciberfeminismo não é uma fragrância; [...] 4. ciberfeminismo não é ideologia; [...] 15. ciberfeminismo não é erro 101; 77. ciberfeminismo não é ciberdepilação;

²¹ Disponível em: <https://vnsmatrix.net/projects/e-sensual-fragments>. Acesso em: 28 jun de 2022

[...] 99. o ciberfeminismo não é estável; 100. O ciberfeminismo não tem apenas uma linguagem” (I Conferência Internacional Ciberfeminista, 1977)²². Com tais frases, é possível observar características do feminismo moderno, a recusa por definições. Assim, o ciberfeminismo não possui apenas uma forma, pode ocorrer em diferentes contextos e manifestações.

Portanto, o movimento ciberfeminista tem, em sua base, a cooperação entre mulher, máquina e novas tecnologias, objetivando a liberação da mulher de tradicionais injustiças e assimetrias de valores e poderes em que vivem. Em síntese, o computador seria uma espécie de epicentro de ações visando a mudanças no mundo globalizado, a atividades alternativas através da necessária fusão entre tecnologia e cultura, na tentativa de eliminação de poderes centralizados, hierarquizados e androcêntricos, em favor de comunicações também mais horizontais, possíveis pela liberdade de informação (ROCHA, 2006, p. 46).

Com isso, o ciberfeminismo pode ser denominado como as diferentes formas de pensar e questionar a relação das mulheres com tecnologia, seja através de experimentação artística, seja com mais mulheres por trás dos códigos da tecnologia, seja com mulheres utilizando a tecnologia para denunciar violências e somar esforços, seja com mulheres criando novas formas de ser mulher no mundo digital. Diferente das ‘ondas’ anteriores, o movimento feminista atual é altamente diverso e mais autônomo. A nova geração política cria suas estratégias próprias, desprezando a mediação representativa, em um movimento cada vez mais horizontal e sem protagonismos. A internet se encheu de espaços que fazem a função de mídia feminista, com blogs, portais, revistas online, perfis em redes sociais, grupos de discussão, entre outros. Porém, mais que proporcionar tais espaços de visibilidade, a internet também criou uma arena política de debates, em que mulheres podem deliberar publicamente e articularem encontros e protestos que podem extrapolar o virtual. Não é possível perder de vista, contudo, as controvérsias e críticas ao movimento na atualidade. Há quem diga que se configura como um ‘ativismo de sofá’, sem tanto impacto na prática. Apesar do apontamento ser válido, deslegitimar todo um conjunto de ações de tantas mulheres é ignorar os novos contornos das lutas atuais.

As expectativas do ciberfeminismo em relação à ordenação e à organização coletiva do movimento, para criar uma identidade política e uma unidade aglutinadora em

²² Disponível em: <http://future-nonstop.org/c/81d7bde4356a04ba419b3c7bf22200ef>. Acesso em: 29 jun 2022.

torno do uso das tecnologias se mostraram pouco efetivas diante do rápido crescimento e da fragmentação da internet. Em realidade, o ciberfeminismo configurou-se como um conjunto híbrido de trabalhos, ações e investigações que não esboçaram um projeto único. Suas atividades multidisciplinares caminharam mais em direção ao intercâmbio de experiências e à heterogeneidade dos discursos, produções e posicionamentos políticos (DE ABREU, 2017, p. 143).

Assim, é necessário ter em mente que o ciberativismo não tem como foco ter um movimento centralizado; pelo contrário, o ciberfeminismo em sua gênese é múltiplo e sem definição específica. Isso, porém, não significa que seja inválido ou que não causa nenhum impacto, apenas explicita que parte de uma premissa diferente. Ademais, com tempo as formas de participação se expandem e se multiplicam, sendo possível pensar no viés de um net-feminismo, com uma interatividade cada vez mais crescente e uma convergência cada vez maior entre tecnologias digitais e as vivências femininas.

O Brasil de 2015 foi marcado por diversas manifestações feministas que ganharam destaques na Internet, momento que ficou conhecido como Primavera das Mulheres. Neste ano, a capacidade nacional de mobilização e solidariedade em rede chamou a atenção pelo seu alcance expressivo. Foram diversas campanhas em diferentes redes sociais como o Facebook, Twitter e Youtube. Toda a movimentação no digital também tomou as ruas, como a Marcha das Margaridas que reúne agricultoras, indígenas, quilombolas e sindicalistas e em 2015 se tornou a maior mobilização de mulheres na América Latina. Uma das campanhas que mais ganhou repercussão foi a da hashtag #PrimeiroAssédio. Ela foi criada como uma resposta a diversos comentários pedófilos que circularam nas redes sociais, destinado a uma participante do programa Masterchef Júnior²³, Valentina Schulz de apenas 12 anos. Como forma de solidariedade, reflexão e protesto, a campanha levou milhares de mulheres a compartilharem suas histórias da primeira vez que sofreram assédio. O movimento tomou proporções nunca vistas antes, com a hashtag sendo replicada cerca de 82 mil vezes nos primeiros 5 dias (THINK OLGA, 2015). O caso ainda reverberou por outros canais midiáticos e revelou que a idade média do primeiro assédio é de 9,7 anos e que 65% dos crimes são cometidos por conhecidos.

Figura 3 – Nuvem de palavras da campanha #PrimeiroAssédio

²³ Um reality show gastronômico da emissora Rede Bandeirantes que conta com a participação de crianças entre 8 e 12 anos competindo em provas para mostrar seus dotes culinários.

Durante a segunda onda do feminismo nos Estados Unidos, especialmente entre os anos 70 e 80, os grupos de conscientização feminista tiveram um papel essencial na tomada de consciência dos problemas que as mulheres sofriam. Inicialmente, esses grupos reuniam ativistas para discutir questões pertinentes ao “ser mulher” (SARDENBERG, 2018). Ao falar de suas dores, as participantes trocavam vivências e assim conseguiam identificar problemas comuns, problemas que antes acreditavam ser individuais. A exemplo, o que hoje é conhecido como assédio sexual começou a ser reconhecido como tal e entrar na discussão pública somente após tais grupos tomarem a consciência do problema. Antes, diversas mulheres sofriam violência em silêncio, sem ao menos saber como nomeá-la. Como resultado das mulheres contando histórias umas às outras, gradualmente diversas opressões foram identificadas e uma teoria social, moral e jurídica passou a ser desenvolvida (YOUNG, 2002).

O discurso sempre foi importante para as feministas. Os primeiros atos de resistência passaram pela própria observação e narração dos problemas, uma vez que a estrutura pré-estabelecida muitas vezes não abria espaço para outros pontos de vista. Assim, ousar a pensar diferente e, mais ainda, falar sobre isso, já é um grande passo, uma potência. Por conseguinte, a disputa por espaços e pelos meios de comunicação se tornou algo essencial para as feministas. Ganhar atenção da mídia é fazer assuntos importantes circularem pela população e assim, entrarem na pauta pública. Revistas independentes, panfletos, cartazes, comícios, debates, peças audiovisuais, tudo passou a ser usado para divulgar a causa das mulheres. As histórias que as feministas contavam eram diferentes das endossadas pelo sistema patriarcal.

A Internet, então, também passou a ser um espaço de disputa de narrativas para as mulheres. A emissão de mensagens passou a ser cada vez mais descentralizada, assim como a recepção fragmentada. A própria estrutura do movimento feminista incorporou características da nova realidade: um movimento cada vez mais múltiplo, marcado por diferentes interseccionalidades e visões, além de ser cada vez mais autônomo. Contudo, o discurso nunca perdeu seu lugar de importância. No meio digital, as mulheres também passaram a se apropriar das diferentes plataformas para contar suas histórias. Mariana Ferrer, por exemplo, encontrou na Internet e em suas redes sociais uma forma de expor a injustiça que estava sofrendo e assim, encontrar mais apoiadoras.

Nesse contexto, mobilizações feministas que utilizam hashtags passaram a se multiplicar, não apenas no Brasil, mas em diversos lugares do mundo. Esse fenômeno passou

a ser chamado de feminismo de/por hashtag (*hashtag feminism*). Ao observar tantos movimentos no mundo inteiro envolvendo feministas e hashtags, a pesquisadora Tara L. Conley criou em 2013 a plataforma digital *Hashtag Feminism*. A plataforma reúne um arquivo com publicações de artigos científicos, reportagens jornalísticas e diversas pesquisas na área. #EuNãoMereçoSerEstuprada, #MeToo, #MeuAmigoSecreto, #WhyIStayed, #JustiçaPorMariFerrer, são apenas alguns exemplos de campanhas que foram mobilizadas online, com predominância no Twitter, sendo que algumas tiveram reverberações fora do digital, invadindo as ruas. O feminismo por hashtag pode ser uma forma de intervir nos discursos opressores produzidos pelas mídias de entretenimento, propaganda, notícias (CLARK, 2014), torna narrativas pessoais em ação política, em uma ‘compaixão conectada’ (NEVES, 2018), e ainda, as disposições comunicativas específicas das hashtags abrem novas possibilidades de participação e contestação política, especialmente para as mulheres que se sentem sub-representadas na mídia tradicional (ANTONAKIS-NASHIF, 2015). As campanhas mobilizadas por hashtags ajudam a tornar as estruturas opressivas do patriarcado visíveis.

Ao analisar a hashtag #PrimeiroAssedio, pesquisadoras (BAPTISTA, ORLANDINI, CARRARO, 2020) apontam que os relatos pessoais criam um espaço para vítimas de opressões se reconhecerem na dor. As experiências individuais semelhantes revelaram como os episódios de assédio são recorrentes. O compartilhar de histórias pessoais cria identidades coletivas. “Assumir o dano sofrido frente ao outro é o que constitui essas mulheres enquanto sujeitas políticas ativas. Esse processo existe, uma vez que narrar suas histórias frente ao outro, envolve o processo reflexivo de assumir seu lugar enquanto sujeito dotado de direitos e deveres” (BAPTISTA, ORLANDINI, CARRARO, 2020, p. 114). As hashtags, dessa forma, não ajudam somente a viralizar uma causa, mas também a aglutinar experiências. As diversas histórias sendo contadas estimulam a reflexão e a problematização.

Este processo, contudo, não ocorre sem que existam controvérsias. Há quem denomine tais movimentos com hashtags como ‘ativismo de sofá’, uma vez que não necessariamente geram um impacto político direto e exigem pouco comprometimento de seus participantes. Uma pessoa pode compartilhar uma hashtag sem realizar uma reflexão, apenas incentivada pelo momento. Ademais, o compartilhar de algo na internet pode ser realizado com poucos cliques e não necessariamente significa um real apoio a uma causa. O espaço do Twitter, com

poucos caracteres, dificilmente consegue proporcionar um espaço de análises mais profundas, fazendo assim com que várias discussões continuem na superficialidade.

Porém, como Orlandini (2019) aponta, as hashtags podem produzir processos de politização para fora das redes sociais. Os incentivos aos relatos de si com as hashtags podem servir para iniciar debates, consolidando assim pautas importantes para as mulheres como demanda pública. Castells (2017) aponta que os movimentos sociais em rede, de maneira geral, possuem uma relação complexa com a efetiva reforma política. Esse tipo de ativismo muitas vezes não se apoia na influência direta em atores do Estado e em ações pragmáticas. É um processo muito mais lento, contudo, que pode ter muito mais força.

[...] quanto mais o movimento consegue transmitir suas mensagens pelas redes de comunicação, mais cidadãos conscientes aparecem, mais a esfera pública da comunicação se torna um terreno contestado e menor é a capacidade dos políticos de integrar demandas e comunicações com recortes meramente cosméticos. A derradeira batalha pela mudança social é decidida na mente das pessoas, e nesse sentido os movimentos sociais em rede têm feito grande progresso no plano internacional (CASTELLS, 2017, p. 205).

Tal efeito, de mudança de pensamento, faz parte de um longo processo, que aos poucos podem ser observados os impactos. No Brasil, o que ficou conhecido como a Primavera das Mulheres, reverberou por diversas cidades do país. Especialmente em 2015, diversas campanhas feministas ganharam novo fôlego, inclusive com diversas campanhas marcadas por hashtags, como a já citada #PrimeiroAssedio. A relevância foi tão grande que chamou a atenção da grande mídia, que registrou esse renascimento do movimento no território brasileiro.

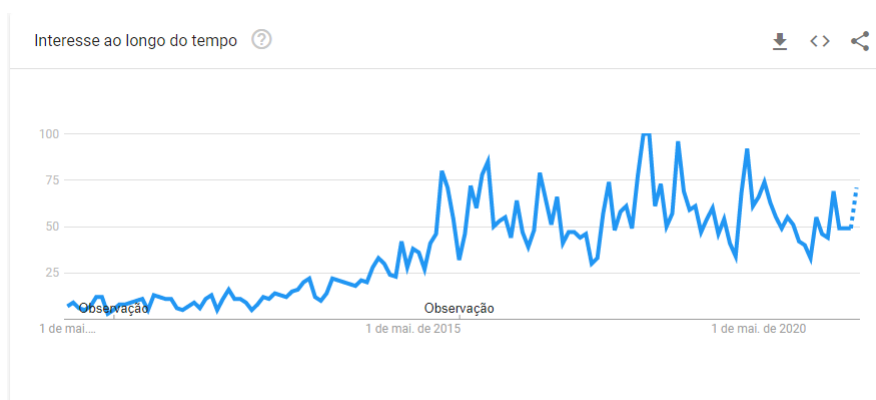
Figura 4 – Capa da Revista Época em 2015



Fonte: Época (2015).²⁶

Entre as principais campanhas com hashtags entre 2015 e 2016 no Brasil, os tópicos mais relevantes abordados foram relacionados com a violência sexual (#MexeuComUmaMexeuComTodas, #ContraACulturaDoEstupro, etc.), os estereótipos sobre o corpo e comportamento da mulher (#BelaRecatadaEDoLar, #MamiloLivre, etc.) e também campanhas antirracistas (#SomosTodosMaju, #SomosTodosTaisAraujo, etc.), evidenciando interseccionalidades do movimento (REIS, 2017). O Google Trends²⁷ consegue evidenciar como a temática do feminismo passou gradualmente a se tornar mais popular principalmente após esse período.

Figura 5 – Interesse do termo “feminismo” no Brasil de 2010 até 2021



Fonte: captura de tela do Google Trends, 2021..²⁸

Apesar de temas importantes serem levantados, ainda existem tópicos e pessoas pouco representadas em tais discussões, como mulheres transexuais, indígenas e lésbicas. Chama a atenção como os movimentos com hashtags, ao passo que inserem na discussão pública temáticas pouco abordadas na mídia tradicional, ainda não conseguem abarcar completamente a multiplicidade de indivíduos. Algumas minorias subalternizadas não conseguem assumir o

²⁶ Disponível em: <https://epoca.oglobo.globo.com/vida/noticia/2015/11/primavera-das-mulheres.html>. Acesso em: 20 set 2021.

²⁷ Ferramenta da empresa Google que mostra as pesquisas mais populares ou como um termo foi buscado ao longo do tempo.

²⁸ Disponível em: <https://trends.google.com.br/trends/explore?date=2010-04-09%202021-10-04&geo=BR&q=feminismo>. Acesso em: 01 set 2021.

protagonismo, mesmo no ciberespaço, que teoricamente alavancaria as possibilidades para grupo marginalizados. Isso ocorre principalmente porque, para uma hashtag ganhar visibilidade no Twitter, ela precisa ser replicada muitas vezes. Logo, se não há muitas pessoas que se identificam com uma causa, fica mais difícil de uma campanha ser vista por outros e ‘furar a bolha’.

Ainda assim, é possível compreender os grupos que participam de manifestações ativistas com hashtags como ‘contrapúblicos subalternos’ (*subaltern counterpublics*) ou públicos alternativos, subversivos (ANTONAKIS-NASHIF, 2015). Fraser (1990) desenvolve o termo para criticar a esfera pública burguesa de Habermas, que são públicos nos quais circulam discursos de oposição, excluídos da ‘esfera pública oficial’ (LUBENOW, 2010). Dessa forma, o ciberfeminismo é uma expressão do movimento feminista que se dá no espaço da sociedade civil, mostrando que o espaço público não é alheio ao gênero. Assim, para Fraser (1990) seria preferível que houvesse várias esferas públicas ao invés de uma só, que vão contra a lógica da ‘esfera pública oficial’, que acaba excluindo vivências periféricas. Dessa forma, as esferas públicas alternativas se desenvolvem em oposição a esfera pública oficial, com discursos que são diferentes do discurso hegemônico.

Portanto, as mulheres que lançam uma campanha com hashtags o fazem porque não se sentem ouvidas, não são suficientemente reconhecidas na esfera pública estabelecida. As mulheres questionam a separação entre o que é considerado vida privada e vida pública pois nessa divisão está a distinção de gênero. Assim, feministas criam seus espaços de fala e passam a trazer suas histórias, privadas e íntimas, para a vida pública das redes. Dessa forma, as ativistas reescrevem narrativas alternativas, desafiando as proposições oficiais e da mídia de massa, tomando o poder da história e das definições: o que é justiça, o que é ser mulher, o que é sexismo, o que é violência. As mulheres criam seus espaços de resistência na cibernsiedade.

2. NARRATIVAS DE RESISTÊNCIA

*A narrativa imita a vida, a vida imita a narrativa.
"Vida" nesse sentido é o mesmo tipo de construção
da imaginação humana que "uma narrativa"
(BRUNER, 1987)*

Este capítulo é destinado a compreender principalmente as funções políticas das narrativas e seu papel nos movimentos sociais. Para além disso, faz-se necessário explorar como elas se desenvolvem na internet, por meio das redes sociais e das tecnologias digitalmente mediadas. O feminismo por hashtag possui uma lógica narrativa, dessa forma, compreender os efeitos retóricos e como eles podem ser entendidos como ação política é essencial para se aprofundar em tal fenômeno.

3.1 A Construção de Narrativas no Ambiente Conectado

As narrativas possuem uma posição singular na sociedade. Talvez seja necessária maior perícia para identificar elementos retóricos e do discurso, mas grande parte das pessoas consegue, em alguma medida, identificar e conceituar o que é uma história. Elas são familiares. Bruner (1987) propõe pensar a vida como narrativas. É uma forma de pensamento que se constrói não por argumentos lógicos ou indutivos, mas através de histórias e narrativas. Ainda, as histórias que cada um fala de si, as autobiografias, não ‘acontecem’, elas são construídas na cabeça de cada indivíduo. Assim, as histórias não são simplesmente relatos do que aconteceu, mas são uma constante interpretação e reinterpretação da realidade. A forma de descrever o tempo vivido, em si, já possui uma narrativa implícita. A construção de histórias, então, está relacionada com a forma que se enxerga o mundo. A própria identidade é construída de forma narrativa. Partindo dessa premissa, as novas tecnologias digitalmente mediadas impactam diretamente a realidade e seus indivíduos, portanto, impactam também a forma como as narrativas são construídas e entendidas.

Segundo Bruner (1987), aparentemente nós não temos outra forma de descrever o tempo vivido se não na forma narrativa. Esse argumento também ressoa com as contribuições

de Ricoeur, especialmente com sua trilogia Tempo e Narrativa (1984), que propõe que a representação humana do tempo só pode se dar na forma de uma narrativa. Sempre há uma narrativa implícita na forma que enxergamos a realidade e os fatos passados. Ainda, o que chamamos de ‘vida’ parte da mesma forma de construção da imaginação humana que a ‘narrativa’ (BRUNER, 1987). Nossa mente seleciona os fatos e como contamos cada um deles. Por esse mesmo motivo, nossas histórias de vida estão altamente suscetíveis a influências culturais, interpessoais e linguísticas. Assim, as histórias que contamos de nossas vidas refletem as teorias predominantes de uma cultura. Uma das formas mais importantes de caracterizar uma cultura é com a compreensão de como um povo interpreta a vida e das histórias que contam de seus antepassados, desde lendas até figuras heróicas. Por trás de cada história, há uma série de interpretações de valores importantes para um povo. Bruner (1987, p. 15, tradução nossa)²⁹ continua:

Eventualmente, os processos cognitivos e linguísticos moldados pela cultura que orientam o auto-contar das narrativas de vida alcançam o poder de estruturar a experiência perceptiva, de organizar a memória para segmentar e propositalmente construir os próprios ‘eventos’ de uma vida. No final, nos tornamos as narrativas autobiográficas pelas quais ‘contamos’ nossas vidas. E dada a formação cultural a que me referi, também nos tornamos variantes das formas canônicas da cultura.

Dessa forma, o próprio entendimento de quem somos vem de uma construção narrativa, da forma como enxergamos a realidade e dos valores de um povo que absorvemos. A seleção de fatos e memórias que realizamos em nossas mentes ao contar uma história já dizem muito sobre o que consideramos importante para dar sentido e significado. Na psicologia, a abordagem narrativa do self parte da “ideia que a história contada por uma pessoa acerca de sua vida pode ser tomada como um retrato de seu próprio self e de sua identidade” (VIEIRA, HENRIQUES, 2014, p. 163). Assim, o self não é um núcleo isolado, ele é construído de forma interpessoal, com base nas narrativas socialmente dadas, em que o protagonista da história se torna o próprio indivíduo.

De forma semelhante, McAdams (2001) aponta que a construção da identidade

²⁹ Eventually the culturally shaped cognitive and linguistic processes that guide the self-telling of life narratives achieve the power to structure perceptual experience, to organize memory, to segment and purpose-build the very "events" of a life. In the end, we become the autobiographical narratives by which we "tell about" our lives. And given the cultural shaping to which I referred, we also become variants of the culture's canonical forms (BRUNER, 1987, p. 15).

também é narrativa, de forma que ela não é estanque, mas sim, é uma narrativa aberta, sendo continuamente construída e reconstruída. A história de vida que a pessoa conta de si mesma é sua própria identidade. Ainda, o *self* é então constituído por uma antologia de histórias, algumas mais coerentes, outras mais fragmentadas. São diversas versões, concordando e discordando entre si, tentando de alguma maneira produzir um sentido coerente. Assim, é natural que as histórias que cada um conta de si tenha controvérsias. O ser humano é constituído por suas diversas contradições, ainda que para si, sua história faça sentido. É quem ele é.

História e linguagem são dois elementos fundamentais à construção narrativa da identidade. É através da narrativa que o sujeito dá significado a sua história e planeja suas ações futuras. A identidade, como espaço de construção do sujeito psicológico, parece ser um *locus* privilegiado onde podemos observar o funcionamento do paradigma narrativo em termos de negociação de significados entre os acontecimentos históricos/biográficos e o modo como o sujeito os significa (VIEIRA, HENRIQUES, 2014, p. 168).

É possível perceber, então, a ligação íntima entre a linguagem, a cultura e a construção do *self*. “A mente só revela sua existência através da linguagem” (VIEIRA, HENRIQUES, 2014, p. 168). Uma linguagem só existe em sociedade, assim como cada ser é construído dentro do espaço em que vive, misturando as histórias de sua cultura com os próprios fatos que vive. A identidade é construída de forma narrativa, assim como a forma que se enxerga a vida. Os seres humanos são formados por histórias: seus cenários, personagens, diálogos, intrigas, ações, temas, dramas. Vygotsky (1929/2000) escreve a ideia de que a personalidade está organizada como um drama. “O drama é um “choque dos sistemas” (p. 35), representados pelos diferentes papéis sociais, ideias, sentimentos e paixões atuados e vividos por uma mesma pessoa” (VIEIRA, HENRIQUES, 2014, p. 165). O *self* é composto pelos conflitos que existem dentro de cada um.

Continuando a discussão, Stuart Hall (2006) fala sobre a identidade cultural na pós-modernidade. Resumindo um pouco de toda sua obra, o autor mostra como as próprias histórias que são contadas de uma nação são narrativas imaginadas e como isso acaba por influenciar toda uma identidade nacional. Como Hall aponta, as culturas nacionais são discursos, símbolos e representações. Uma cultura nacional nasce da narrativa de uma nação - suas histórias e os valores morais contidos nela. Essa narrativa dá significado e importância à vida do indivíduo, conecta as vidas individuais com um objetivo maior e em comum. “As

culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre a ‘nação’, constroem identidades” (p. 51). Assim, as narrativas, as histórias que um povo e que uma pessoa conta de si mesma, estão intimamente atreladas ao que se entende por identidade.

Contudo, Hall (2006) argumenta que novas identidades, híbridas, estão tomando o lugar das identidades nacionais. O que se entendia por identidades estáveis está cada vez mais em declínio, “fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno” (p. 7), muito por conta da chamada globalização. A fragmentação dos códigos culturais dá lugar a multiplicidade de estilos, a ênfase no efêmero. Não é possível mais falar apenas de uma identidade, mas de várias, “algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas” (p. 12). As pessoas não mais se envolvem apenas com a narrativa de seu local de origem, mas acabam por absorver outras histórias, vindas de diversos lugares, com as quais também se identificam. Com isso, as próprias identidades passam a ser identidades múltiplas, globalizadas.

A Internet acelerou ainda mais esse processo de fragmentação e multiplicidade de narrativas e, conseqüentemente, da identidade. Garza (2002) mostra como a Internet transforma narrativa e experiência através de dimensões de espacialidade, corporificação, temporalidade e sociabilidade. Em primeiro lugar, o que se entende por espaço foi alterado pela Internet. É possível participar de experiências de diversos lugares, desde realizar uma compra de uma loja que está distante a participar de uma aula online.

A Internet transforma a experiência espacial de tal forma que se pode “ir” instantaneamente para qualquer lugar que esteja conectado. Mas a Internet transporta-nos espacialmente apenas na medida em que renunciamos a uma postura corporal no meio das coisas como o sentido vivido do espaço (GARZA, 2002, p. 190, tradução nossa)³⁰.

Com isso, não estamos falando mais de uma realidade a parte, como se ela não fosse real, mas de uma nova ecologia, que mescla os sentidos e a corporeidade. A virtualização é justamente tal processo, sendo que cada vez mais as vidas não podem ser apartadas do digital, como foi possível experienciar com mais profundidade com a pandemia de Covid-19³¹ que

³⁰ The Internet transforms spatial experience such that one can instantly “go” anywhere that is wired. But the Internet transports one spatially only to the degree that one forgoes a bodily stance in the midst of things as the lived meaning of space (GARZA, 2002, p. 190).

³¹ O ano de 2020 foi um ano completamente atípico, marcado por um vírus que matou milhares de pessoas ao redor do mundo, fazendo com que diversos países adotassem ao isolamento para conter o espalhamento do vírus

acometeu o mundo no ano de 2020, fazendo com que muito mais pessoas adotassem formas remota de trabalho e ensino. Contudo, ao mesmo tempo que é super estimulante para a visão e audição, falta o tato, o olfato, o paladar. É uma experiência paradoxal. Assim, em segundo lugar, a Internet muda em como nos relacionamos e entendemos o corpo. A conectividade possibilita uma presença desencarnada. A experiência na Internet exige que abdicemos de algumas dimensões corporais. De forma semelhante, a noção de tempo também se altera. Tudo é rápido, tudo é imediato. Uma notícia do outro lado do mundo chega em poucos minutos. Ao mesmo tempo, o ‘agora’ é relativo. Não há a necessidade de acompanhar todos os acontecimentos ao vivo, é possível assistir e reassistir algo transmitido online quando o indivíduo quiser e da forma que quiser. Por fim, a forma de socializar não é mais a mesma. Ao passo que é possível conversar com pessoas que antes talvez fosse impossível, a Internet pode habituar-se a ver os outros como imagens superficiais, oferecendo desafios significativos à verdadeira intimidade. Todas essas características alteram a forma de se ver a realidade, portanto, de se contar uma narrativa.

A Internet, dessa maneira, contribui ainda mais para a fragmentação das narrativas. Ademais, não existe apenas uma única linha narrativa: os diversos *hiperlinks* possibilitam com que cada usuário percorra da forma que quiser pelos conteúdos e histórias, construindo sua própria linha de raciocínio. Além disso, com a conectividade, o que se entendia como uma informação relevante, que deveria circular entre as pessoas, começou a se alterar. Antes, os conglomerados midiáticos controlavam a maioria das informações que deveriam ser notícia, através de opiniões oficiais e especialistas. A Internet passou a ser um ambiente em que os indivíduos pudessem expor suas histórias pessoais, suas impressões sobre os assuntos mais diversos, outros lados de uma mesma história. Sempre houve movimentos de resistência contraculturais, que buscavam afrontar as ‘fontes oficiais’. Contudo, a Internet deu para várias pessoas o poder de ser produtor da mensagem e circular esta mensagem, numa escala nunca vista. Cada um tem a sua versão, a sua narrativa.

Dessa forma, os indivíduos passam a expor seu pensamento para uma audiência, que na maioria das vezes não é completamente conhecida. Passam a expor sua intimidade, ainda

até serem criadas vacinas que pudessem amenizar os efeitos. Assim, diversas pessoas passaram a trabalhar e estudar de forma remota, realizando a maioria de suas atividades através de aparelhos tecnológicos, conectados pela Internet.

que seja uma intimidade selecionada, narrada conforme seu autor escolhe compartilhar. Assim como Hall (2006) fala das identidades fragmentadas e contraditórias, a Internet tem o poder de potencializar ainda mais tal processo. “Essa publicização da intimidade revelava um caminho catártico de constituição de si” (MALINI, 2012, p. 122). Assim, a própria estrutura do ser passou a ser compartilhada e construída através das redes digitais.

Sibilia (2008) fala do ‘eu narrador’ e da vida como relato. O uso “confessional” da Internet se enquadra no gênero autobiográfico, em que o autor, narrador e personagem principal são a mesma pessoa. Os relatos constituem o sujeito, organizando sua experiência na primeira pessoa do singular. Assim, o relato não simplesmente representa o que se passou, mas sim apresenta e, em certa medida, também o realiza. A forma como tais relatos são construídos e apresentados, porém, se altera de forma drástica na atualidade. Antes, o diário era algo pessoal, privado e até mesmo escondido. Hoje, os desabafos encontram espectadores nas redes sociais. É a espetacularização da vida cotidiana, em que “[...] a lógica da visibilidade e o mercado das aparências desempenham papéis primordiais na construção de si e da própria vida como um relato” (SIBILIA, 2008, p.48).

A primeira expressão mais focada no compartilhar de si que surgiu na Internet foram os blogs. Eles funcionam como diários expostos, geralmente atualizados com certa frequência, abertos para qualquer um. Com o tempo, a Internet foi se tornando um ambiente infundável, com milhares de conteúdos e produtores de informação. O que possibilitou as pessoas a navegarem no meio de tantos dados foi uma arquitetura baseada no *hiperlink*, ou seja, diversos conteúdos conectados entre si, em uma infinidade de possibilidades de navegação e conexões. A conectividade passou a ser a regra da Internet, com diferentes tipos de linguagens: texto, imagem, vídeo, áudio, entre outros. Com isso, as possibilidades de relatar a si mesmo se multiplicaram e passaram a ser não apenas um exercício pessoal, mas algo visando o público. Sibilia (2008, p.50) aponta que “a espetacularização da intimidade cotidiana se tornou habitual, com todo um arsenal de técnicas de estilização das experiências de vida e da própria personalidade para ‘ficar bem na foto’”. Essa é uma tendência de enquadrar a vida nos moldes cinematográficos, televisivos e publicitários, cujos códigos são apropriados pelos novos gêneros que proliferam na Internet (SIBILIA, 2008).

Com o tempo, novas plataformas e novas possibilidades foram surgindo, mas a essência das narrativas de si permaneceu. Não é difícil notar esse aspecto nas redes sociais

contemporâneas. Uma das plataformas mais populares, o Instagram, é formada por uma profusão de *selfies*, imagens de viagens, experiências, pratos e literalmente, *stories*.¹² cotidianos. Já o Twitter instiga seus usuários a dizer “O que está acontecendo” em poucos caracteres, fomentando assim a contação do dia a dia. Cada perfil na rede social é uma forma de falar de si, seja de suas vivências ou gostos pessoais. Até mesmo as *timelines* e os algoritmos das redes tendem a identificar o gosto pessoal e apresentar conteúdos mais relevantes. Assim, cada pessoa tem uma vivência diferente, de acordo com os assuntos que mais consome e mais se interessa.

O Twitter foi criado no ano de 2006 com a estrutura de *microblogging*, que é uma “[...] nova forma de comunicação na qual os usuários podem descrever seu status atual em postagens curtas distribuídas por mensagens instantâneas, telefones celulares, e-mail ou Web” (JAVA et. al, 2010, p. 56, tradução nossa)³². Essa forma de interação fez com que rapidamente a rede social ganhasse adesão, pois foi capaz de somar a exposição da opinião pessoal com uma maior interatividade entre seus usuários, além da velocidade da Internet, com uma *timeline* que é atualizada constantemente. É neste contexto que começam a surgir as narrativas compartilhadas. As *tags* que antes nos blogs eram responsáveis por organizar os conteúdos se tornaram hashtags. Como Malini (2012, p. 125) expõe

O surgimento das hashtags explicam, em parte, o aparecimento das narrativas compartilhadas, em que um universo infinito de usuários, ao utilizarem o símbolo #, se lançam numa conversação agrupada pelo Twitter, em que todos possuem papéis específicos, com a consciência que estão a participar de uma contação de história única, porém múltipla. A hashtag acaba por virar um link que armazena tudo que foi publicado sobre determinado assunto/história (#).

As hashtags podem ser simples, utilizadas apenas como uma “etiqueta” para um assunto trivial, como #aniversario, #segundafeira, #trabalho, entre outras. Porém, elas podem ser mais elaboradas e carregar um significado maior, seja de um movimento, um coletivo, um grupo específico. Assim, os indivíduos podem tanto expor suas opiniões e histórias pessoais como se juntar a uma grande narrativa, formada por múltiplas vozes. Quando alguém decide de alguma forma utilizar uma hashtag que possui um significado semântico maior, essa pessoa não está apenas utilizando um recurso de forma neutra, mas está se posicionando e

³² Microblogging is a new form of communication in which users can describe their current status in short posts distributed by instant messages, mobile phones, email or the Web (JAVA et. al, 2010, p. 56).

marcando sua identidade, reafirmando o que acredita e em qual discussão é relevante para ela participar.

A narrativa compartilhada é sempre permeada por histórias paralelas, de idas e vindas, de agregações de sentido, de confrontos de personagens (perfis), o que só faz alastrar as ambiências em que o fato é vivido, transformado e tornado público (MALINI, 2012, p.125).

Assim, quando uma pauta se torna pública, especialmente pelo engajamento e compartilhamento dela, fica evidente a conexão entre os indivíduos. Ainda que estes não se conheçam ou possuam mais diferenças que semelhanças, quando se envolvem com o mesmo movimento, há uma nova história sendo contada. Os *Trending Topics* no Twitter reforçam ainda mais esse aspecto da plataforma e das hashtags. Esse recurso mostra quais são os assuntos mais comentados na plataforma naquele momento, dando um espaço privilegiado e de destaque, instigando ainda mais pessoas a entrarem na conversa. No meio digital ocorrem assim as “guerras de narrativas” (MALINI, 2020).

Toda narrativa em rede está materializada num universo vocabular próprio, que se adensa conforme o tempo passa, sendo reproduzida por um grupo de perfis para enfatizar uma versão dos fatos e emplacar uma viralização (compartilhamentos, views e likes³³), para então buscar o domínio do fluxo das conversações públicas e, então, atrair ao redor de si os seus próprios adversários, sufocando-os com diferentes declarações feitas por uma rede de propagandistas e replicadores que comungam de um mesmo ponto de vista (MALINI, 2020, online).

Assim, é como se o Twitter colocasse em uma ‘vitrine’ os assuntos mais relevantes, determinando então o que merece ganhar a atenção do público. Apenas com muitos comentários um assunto se torna relevantes, criando dessa forma ‘bolhas’ de conteúdo, pois só mostra para cada usuário aquilo que ele já teria uma predisposição de se interessar. Ainda assim, é um termômetro para revelar qual é a narrativa que está prevalecendo na opinião pública.

Figura 6 – Exemplo da interface do Twitter com principais assuntos em 19 de julho de 2022

³³ Termo utilizado em diversas redes sociais para designar a ação de ‘curtir’ ou gostar de alguma postagem.



Fonte: captura de tela do Twitter (2022).

As redes, dessa forma, são marcadas por diversos sujeitos que disputam diferentes visões, colocando suas narrativas pessoais no centro de seus enfrentamentos. Cada um narra a si próprio e o concatenamento de diversas histórias formam as narrativas conectivas (NEVES, 2018), que disputam a hegemonia e a opinião pública. Malini e Antoun (2013) apontam que enquanto a mídia de massa extrai seu poder da sensação de que há um uníssono, um consenso ‘oficial’ sobre um determinado assunto, os usuários nas redes digitais encontram seu poder na indicação entre pares, na confiabilidade de um amigo que recomendou ou falou algo. Esse tipo de acontecimento é chamado também de “guerra da informação”, pois a informação é utilizada para produzir efeitos de percepção ou afetivos na população. Através desses efeitos, certo tipo de narrativa ganha prerrogativa de verdade.

Dessa forma, a guerra de narrativas se dá entre cada usuário, com sua versão e sua vivência, com a mídia hegemônica, que por muito tempo se portou como *gatekeeper*³⁴ da informação. Assim se dá uma nova forma de luta social na democracia. Afinal, quem conta a verdade? Qual a ‘história oficial’? Quem tem o direito e o poder de estabelecer a versão ‘definitiva’ sobre um acontecimento? São questionamentos que estão no cerne da disputa pela primazia no estabelecimento da narrativa. Assim, blogs, fóruns, plataformas de redes sociais no geral se tornam espaços para que novas versões sejam contadas. Utilizando como exemplo o Twitter, nele a disputa ocorre em tempo real, com diversas pessoas engajando na mesma

³⁴ Conceito muito utilizado no jornalismo, é aquele que define o que será noticiado de acordo com o valor-notícia atribuído a cada caso.

conversa, que é o assunto do momento, muitas vezes indo de encontro direto com as instituições oficiais.

A natureza das multimídias é de portar uma linguagem desencarnada da mediação da mídia irradiada, desorganizando o modo tradicional da notícia, ao mesmo tempo em que elas organizam uma linguagem cooperativa, dialógica, múltipla e comum. Esta linguagem vai criar uma onda integrada, revelando as perspectivas independentes de opinião (MALINI; ANTOUN, 2013, p, 184).

Por conseguinte, reverbera a ideia de que não é necessário mais haver um canal oficial, ou uma intermediação dos grandes conglomerados midiáticos para que a informação chegue até a população. A união dos usuários cria a sensação de que a história oficial está sendo escrita ali, em comunidade e com a ajuda de todos, e por isso mesmo é mais confiável, pois não está atrás de interesses de poderosos. Mas essa narrativa nunca é uníssona, sendo a junção de diferentes pontos de vista. Ainda assim ela dá a sensação de pertencimento, pois é a solidariedade e a colaboração de muitos que criam as versões das histórias. Nunca é possível causar o mesmo efeito apenas com uma fala perdida entre tantas outras informações da rede. É sempre a união e o volume de diversos usuários que possui a força de desafiar e, enfim, dar palco a outras visões e vivências.

3.2 Narrativas Pessoais e Conectivas Como Ação Política

Se a própria vida pode ser percebida como uma narrativa, esta estrutura lógica de compreender a realidade se estende para as diferentes esferas. Ao pensar em uma democracia e comunicação política mais inclusiva, Young (2002) situa a importância das narrativas. Segundo a autora, algumas exclusões podem ocorrer pelo fato de o público geral não possuir entendimento suficiente de alguns termos e argumentos que são comuns ao meio político. Dessa forma, as narrativas possuem funções importantes para a comunicação democrática, especialmente para conseguir mobilizar sujeitos dispersos. Geralmente, para se engajar em discussões políticas é necessário compartilhar múltiplos conhecimentos para que o debate seja produtivo. Porém, quando essas condições ideais não são alcançadas, as decisões devem ser tomadas arbitrariamente? A autora diz que não. Quando não há entendimentos compartilhados em aspectos cruciais, às vezes outras formas de comunicação além do argumento podem falar através das diferenças para promover o entendimento.

As funções normativas gerais da narrativa na comunicação política, então, referem-se ao ensino e aprendizagem. A comunicação democrática inclusiva pressupõe que todos os participantes tenham algo a ensinar ao público sobre a sociedade em que vivem juntos e seus problemas. Também pressupõe que todos os participantes ignoram alguns aspectos do mundo social ou natural e que todos chegam a um conflito político com alguns preconceitos, pontos cegos ou estereótipos. [...] Uma norma de comunicação política nessas condições é que todos devem ter como objetivo ampliar sua compreensão social, aprendendo sobre as experiências e significados específicos presentes em outras localidades sociais. A narrativa torna isso mais fácil e às vezes uma aventura (YOUNG, 2002, p. 77, tradução nossa).³⁵

Nesse sentido, as narrativas podem propiciar a discussão de diferentes maneiras. Young (2002) destaca cinco funções comunicativas das narrativas políticas, explicitadas a seguir. Em primeiro lugar, são uma *resposta à diferença*. Indivíduos podem ser radicalmente injustiçados quando não conseguem expressar a injustiça que sofrem pela falta de termos do discurso normativo. É um tipo de silenciamento. As narrativas, então, podem funcionar como ponte semântica para aqueles que sofrem contarem suas histórias. Nessa perspectiva, uma história nunca é somente aquilo que se conta, mas toda carga que ela carrega. A forma que uma história é contada revela muito sobre a vivência de uma pessoa. Assim, o que conta não é a versão mais “racional” dos fatos, mas sim toda a subjetividade e carga afetiva que uma história carrega.

Além disso, funcionam como uma *facilitação de públicos locais e articulação de afinidades coletivas*. As trocas políticas geralmente ocorrem em diversos e dispersos públicos menores. Assim, a narração de histórias é um meio importante pelo qual os membros de tais coletivos se identificam e identificam a base de suas afinidades. As trocas narrativas dão voz reflexiva a suas experiências e ajudam a dar conta de suas próprias identidades individuais em relação ao seu posicionamento social. Através das histórias, laços são formados e grupos se tornam de fato comunidades.

As narrativas também são formas de *compreender a experiência dos outros e reagir a pré-entendimentos*. As histórias são veículos para a compreensão de experiências particulares,

³⁵ “The general normative functions of narrative in political communication, then, refer to teaching and learning. Inclusive democratic communication assumes that all participants have something to teach the public about the society in which they dwell together and its problems. It assumes as well that all participants are ignorant of some aspects of the social or natural world, and that everyone comes to a political conflict with some biases, prejudices, blind spots, or stereotypes. [...] A norm of political communication under these conditions is that everyone should aim to enlarge their social understanding by learning about the specific experience and meanings attending other social locations. Narrative makes this easier and sometimes an adventure” (YOUNG, 2002, p. 77).

especialmente para que pessoas de um segmento social específico ganhem algum nível de entendimento de suas necessidades dentro da sociedade em geral. A exemplo, muitas feministas começaram a compreender e reconhecer que o que viviam dentro de casa era problemático e que era uma experiência coletiva somente após contarem suas histórias umas às outras. Dessa forma, contar histórias pessoais também é uma forma de dar ao outro a chance de se reconhecer.

Ainda, elas *revelam a fonte de valores, prioridades ou significados culturais*. Para que um argumento ganhe força, suas premissas básicas devem ser compartilhadas e aceitas. Contudo, a falta desse compartilhamento afeta a comunicação democrática. Nessas circunstâncias, as narrativas servem para explicar que práticas, lugares, ou símbolos significam para um certo grupo e porque eles são importantes. Assim, é possível evitar que haja o apagamento de determinadas culturas ou povos, que possuem uma vivência que pode ser estranha e sem sentido ao outro, mas que são fonte de reconhecimento para um grupo social. As histórias contadas e passadas entre gerações constituem as próprias identidades.

Por fim, narrativas *auxiliam na constituição do conhecimento social que amplia o entendimento*. As histórias não apenas relatam as experiências do protagonista, mas também apresentam uma interpretação particular de sua relação com os outros. Assim, os ouvintes podem aprender como sua própria posição, ações e valores aparecem para os outros a partir das histórias que contam. Dessa forma, a combinação das narrativas de diferentes perspectivas produz uma sabedoria coletiva, um ‘pensamento alargado’ desenvolvido por oradores e ouvintes. É uma expressão coletiva de conhecimento.

Dentro da função democrática que uma narrativa pode desempenhar, é importante ressaltar o seu papel nos movimentos sociais. A teórica Polletta (2009) aponta que as histórias que um indivíduo conta de si mesmo alinham suas ações com sua identidade. Ainda, as narrativas podem ser utilizadas estrategicamente para fortalecer identidades coletivas. No contexto ativista, as narrativas são uma forma comum de discurso em movimentos ainda incipientes, antes que as organizações formais sejam estabelecidas e enquanto a ideia de um ator coletivo ainda é sutil. Mais que isso, “em vez de simplesmente serem dispositivos persuasivos usados por atores coletivos estratégicos, as narrativas ajudaram a constituir novos

atores coletivos” (POLLETTA, 2009, p. 52, tradução nossa).³⁶.

Histórias são estratégicas. Elas assimilam eventos confusos em estruturas familiares, mas ainda assim são cheias de ambiguidade, o que em parte explica o porquê de as histórias serem contadas e recontadas tantas vezes (POLLETTA, 2009). Elas podem ser tanto subversivas como hegemônicas, e por isso a guerra e disputa de narrativas é tão recorrente. As pessoas se alinham as histórias que mais se identificam, não necessariamente por sua coerência ou argumentos sólidos, pelo contrário, o que mais conta é seu poder de empolgar, mobilizar, fazer o indivíduo se sentir inserido e representado em uma narrativa maior.

Boas histórias não são necessariamente simples, com piadas morais inequívocas. Em vez disso, o poder da narrativa decorre de sua complexidade, na verdade, de sua ambiguidade. Mais do que outras formas discursivas, a narrativa exige um esforço de interpretação. Seguir uma história significa mais do que ouvir: significa preencher as lacunas, tanto entre eventos que se desdobram e entre eventos e o ponto maior que eles somam (POLLETTA, 2009, p. 8, tradução nossa).³⁷

Na realidade conectada digitalmente, todas as forças são tensionadas. As narrativas passam a ser construídas entre hiperlinks, plataformas, usuários, visões e experiências pessoais que se tornam públicas, que formam debates, que desafiam a mídia tradicional, que fabricam ciberativismos. É nesse sentido que a hashtag se tornou um recurso tão relevante entre diversos movimentos da atualidade. As hashtags são um rótulo da realidade e mais que isso, produzem metadados que são a base da realidade política (LOSH, 2019). Por meio do uso de hashtags as pessoas citam nomes, promovem eventos, fazem campanhas, se reúnem digitalmente e marcam de se encontrar presencialmente em protestos. Em uma campanha ciberativistas, a hashtag se torna o slogan que consegue concatenar as diversas narrativas em uma narrativa maior.

Ao nomear os movimentos com uma hashtag, os ativistas reúnem uma quantidade enorme de relatos e informações sob uma única palavra (exemplo, #15M). Criam uma “tag de ordem” comum, pois vai ganhar significado a partir do aluvião de

³⁶ “Rather than simply being persuasive devices used by strategic collective actors, narratives helped to constitute new collective actors” (POLLETTA, 2009, p. 52).

³⁷ “Good stories are not necessarily simple ones, with unambiguous moral punch lines. Rather, narrative’s power stems from its complexity, indeed, its ambiguity. More than other discursive forms, narrative demands an effort of interpretation. Following a story means more than listening: it means filling in the blanks, both between unfolding events and between events and the larger point they add up to” (POLLETTA, 2009, p. 8).

tweets, postagens e publicações feitos pela multidão conectada. Embora sejam todos singulares, eles levam uma assinatura única (a hashtag), permitindo ao acontecimento sair debaixo do espaço público das ruas para se colocar sobre o espaço público da atenção midiática. (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 232-233).

O ‘ativismo por hashtag’ (*hashtag activism*) é um protesto discursivo nas redes sociais, unido por uma palavra, frase ou sentença em forma de hashtag e possui um distinto caráter narrativo (YANG, 2016). Ele se forma quando um grande número de comentários aparecem nas redes sociais em resposta a um assunto específico, geralmente denunciando ou reivindicando algo. “Como esses comentários e retweets³⁸ consistem em inúmeras histórias pessoais e aparecem em ordem temporal, eles assumem uma forma narrativa. A agência narrativa é, portanto, central para o ativismo por hashtag” (YANG, 2016, p. 14, tradução nossa).³⁹ A agência narrativa pode ser definida como a capacidade de criar histórias nas redes sociais usando as hashtags de uma forma que é coletiva e familiar ao público (YANG, 2016). O poder desse tipo de ciberativismo está justamente nas diferentes vozes que se unem e se expressam em prol de um tema, indicando assim as demandas da sociedade civil, ainda que não possuam uma organização mais robusta.

Castells (2017) aponta que a horizontalidade das redes favorece a cooperação e a solidariedade, reduzindo a necessidade de uma liderança formal. A hashtag é a própria organização. As campanhas de ativismo por hashtag mais influentes geralmente possuem uma sentença com uma estrutura sintática e semântica mais complexa, que dão um senso de ação, força, petição, pertencimento, como é o caso de #VidasNegrasImportam, #EuTambém, #SomosTodosMacacos, #VamosJuntas, entre outras. A própria frase já indica aos usuários quais são os valores do movimento e o que devem fazer.

Clark (2016) aponta que nos casos mais significativos de ativismo por hashtag, há uma forma narrativa com um começo, crise/conflito e um fim. Não que uma hashtag ou demanda desapareça ao longo do tempo, mas para que um evento online ganhe força, geralmente existem diversas forças que corroboram para impulsionar o engajamento online. Nesse período, as pessoas são impelidas a participarem, colocando nas redes digitais seus

³⁸ Termo que designa a repostagem de um conteúdo no Twitter, podendo também ser usado no neologismo ‘retuíte’.

³⁹ “Because these comments and retweets consist of numerous personal stories and appear in temporal order, they assume a narrative form. Narrative agency is thus central to hashtag activism” (YANG, 2016, p. 14).

pensamentos pessoais, emoções e histórias (YANG, 2016). Dessa forma, na Internet as histórias de diversos indivíduos se cruzam e se manifestam como movimentos sociais narráveis na esfera pública conectada (DAWSON, 2020). Enquanto acontecem, as pessoas podem acompanhar em tempo real as histórias sendo contadas pela *timeline*. Após o ápice, as redes sociais ainda guardam a memória e a história do movimento em rede.

Dawson (2020) aponta tais movimentos criados pelos recursos tecnológicos como um novo fenômeno narrativo, das narrativas emergentes (*emergent storytelling*). Segundo o autor, esse tipo de movimento ativista só adquire um significado político quando narrativizado como um movimento social, quando o grande volume de dados gerado nas redes sociais se transforma em uma história conectada. É possível, então, perceber o Twitter e as hashtags em seu nível macro e micro: no macro, as hashtags são usadas para indexar, classificar, pesquisar tópicos específicos; no micro, elas podem marcar tópicos, mas também estabelecem conexões interpessoais com um público desconhecido. Se estabelecem assim diversas micronarrativas para formar uma macronarrativa. O arranjo sequencial da *timeline* convida a um senso de progressão narrativa, embora o movimento emergente não seja o resultado de uma cadeia de causa e efeito entre cada tweet (DAWSON, 2020).

Dessa forma, os usuários que participam do ativismo por hashtag são unidos pela lógica da ação conectiva. Segundo Bennett e Segerberg (2013) as mídias digitais auxiliaram a mobilizar um novo tipo de ação política, que consiste em públicos mais individualizados. São pessoas que experimentam um problema em comum e buscam uma solução em comum, porém não são inclinadas a se juntar a organizações políticas formais, pois não estão dispostas a trocar seus interesses pessoais por identificações mais restritas de um grupo. Isso gera uma ação política mais personalizada, na qual cidadãos preocupados engajam politicamente através de discursos do dia a dia, ancorados em seu estilo de vida e compartilhando nas redes sociais (BENNETT; SEGERBERG, 2013).

Assim, as pessoas que narram a si mesmas, se engendrando em narrativas maiores, conectadas. É a nova forma de fazer política da atualidade. Papacharissi (2015) aponta que a infraestrutura narrativa plataformas como o Twitter convidam o observador a fazerem parte dos eventos que estão fisicamente removidos, desenvolvendo assim novas histórias e várias formas de mobilização cívica. Ainda, os discursos que permeiam as redes sociais são cheios de afeto, mesmo em momentos históricos que prometem uma mudança social. Assim, são

histórias com emoção, que desafiam a racionalidade originalmente proposta pela esfera pública.

[...] respondemos afetivamente, investimos nossa emoção nessas histórias e contribuimos para o desenvolvimento de narrativas que emergem de nosso próprio endosso, rejeição ou opiniões expressas digitalmente e afetivamente. As tecnologias nos conectam, mas são as narrativas que nos conectam uns aos outros, fazendo sentimo-nos próximos de uns e distanciando-nos de outros. À medida que nossas sensibilidades em desenvolvimento do mundo que nos rodeia se transformam em histórias que contamos, compartilhamos e acrescentamos, as plataformas que usamos proporcionam a essas narrativas em evolução sua própria textura distinta, ou medialidade. Ao fazer isso, a mídia não faz ou rompe revoluções, mas empresta aos públicos emergentes e contadores de histórias seus próprios meios para sentir seu caminho até o evento em desenvolvimento, frequentemente tornando-os parte da história em desenvolvimento (PAPACHARISSI, 2015, p. 5, tradução nossa).⁴⁰

Da mesma forma que os limites entre o que era considera ‘pessoal’ e ‘político’ são cada vez mais questionados e alterados, afeto e ideologia se misturam nas narrativas conectadas digitalmente. Como Castells (2017, p. 173) mostra, “o uso generalizado da mídia social permite que revoltas individuais se tornem protestos e, em última instância, movimentos sociais”. Nesse sentido, as hashtags são recursos que potencializam tal tendência, funcionando como nós, dramas sociais, que revelam mais sobre o cidadão da cibercultura e auxiliam na compreensão de como as relações se organizam nesta realidade cada vez mais conectada (SILVA, 2012).

3.3 Disputando Narrativas: a Violência de Gênero e a Cultura do Estupro

As definições do que é “ser mulher” se encontram em um constante campo de combate. De forma geral, essa questão também sempre foi central no movimento feminista. O que faz uma mulher ser de fato mulher? Como uma mulher deve se comportar? Quais os papéis dela dentro de uma sociedade? Os questionamentos são múltiplos, assim como as

⁴⁰ “[...] we respond affectively, we invest our emotion to these stories, and we contribute to developing narratives that emerge through our own affectively charged and digitally expressed endorsement, rejection, or views. Technologies network us but it is narratives that connect us to each other, making us feel close to some and distancing us from others. As our developing sensibilities of the world surrounding us turn into stories that we tell, share, and add to, the platforms we use afford these evolving narratives their own distinct texture, or mediality. In doing so, media do not make or break revolutions but they do lend emerging, storytelling publics their own means for feeling their way into the developing event, frequently by making them a part of the developing story” (PAPACHARISSI, 2015, p. 5).

respostas para cada um deles. Não apenas a identidade feminina está no centro de vários debates, mas também as violências e problemas que sofrem. Há uma incompreensão do que se entende por violência sexual, assédio, estupro. É uma disputa também simbólica.

No Brasil, apenas em 2001 o assédio sexual passou a ser entendido como crime, com a Lei 10.224.⁴¹ Ainda que possam ser observados avanços na legislação em relação a proteção da mulher, são mudanças recentes que muitas vezes não conseguem refletir na prática. Ainda há pouca compreensão do que significa sofrer uma violência sexual, até pela quantidade de termos que podem designar atos semelhantes – assédio, atos libidinosos, abuso, importunação. Muitas mulheres relatam terem sido vítimas, mas não terem percebido o ocorrido na hora, ou tomarem conta da gravidade do problema apenas anos depois.

Sousa (2017) usa o termo ‘cultura do estupro’ para demonstrar que o machismo e a misoginia contribuem para a perpetuação da violência sexual, uma vez que ‘cultura’ pode ser compreendido como determinada prática social que é realizada de maneira corriqueira. No Brasil, dados do Governo revelam que o Disque 100 tem mais de 6 mil denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes em 2021.⁴² Este é apenas um exemplo entre tantos dados, sem contar os diversos casos que nunca são computados. Os relatos de estupro são variados e mostram que nem sempre a violência ocorre no ‘beco escuro’. Na maioria das vezes, os agressores fazem parte do núcleo familiar, como mostra o Mapa da Violência Contra a Mulher, estudo de 2018 realizado pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados, em parceria com a Associação de Educação do Homem de Amanhã de Brasília (HABRA). Segundo o documento, a relação do agressor com a vítima em 49,8% é de companheiros e parentes, 15,3% conhecidos da família, 3,7% vizinhos e 31,2% desconhecidos.

O levantamento também criou categorias diferentes para o crime de estupro: estupro comum, estupro coletivo e estupro virtual. O tipo comum é o cometido por um único autor, presencialmente; o coletivo é o cometido por um ou mais indivíduos, de forma presencial; já o virtual, é uma categoria recente, em que a mulher sofre ameaça de ter seu corpo exposto nas

⁴¹ Código Penal, art. 216 – A, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110224.htm. Acesso em: 10 set 2021.

⁴² Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/maio/disque-100-tem-mais-de-6-mil-denuncias-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-em-2021>. Acesso em: 10 set 2021.

redes sociais, caso não atenda às exigências libidinosas do abusador. Além dos tipos diferentes, é importante ressaltar que nem sempre a violência ocorre com penetração, o que pode gerar confusão. Como Sousa (2017) mostra, considerar estupro apenas nos casos em que há conjunção carnal comprovada é uma concepção exclusivamente falocêntrica e ignora outras práticas de violência sexual. A cultura do estupro, assim, é o “conjunto de violências simbólicas que viabilizam a legitimação, a tolerância e o estímulo à violação sexual” (SOUZA, 2017, p. 13). É a ideia de que os valores machistas da sociedade são suporte para estupradores, que perpetuam o pensamento de que o poder sexual está no homem e eles podem realizar a dominação sobre qualquer pessoa, sempre que julgarem necessário.

Esse pensamento recai sobre toda a sociedade e influencia inclusive como os casos são analisados. É comum que em casos que envolvem violência sexual, a vítima seja constantemente questionada e até mesmo culpabilizada. Mais que isso, há a apuração do histórico da vítima. Frequentemente se questiona se a vítima não deu brecha, se ela estava utilizando as roupas adequadas, se ela realmente mostrou que não queria. As mulheres são mais culpadas que o agressor.

Aqui entra o fator da reputação, ou seja, o modo como a sociedade julga o comportamento da vítima antes do estupro. Arelado à reputação é que se concede ou não o status de vítima de estupro para uma mulher. Desse modo, ser vítima de estupro é um status social condicionado à reputação e que corresponde a muito além do que apenas sofrer a violência sexual – é receber da sociedade o aval de quem realmente é inocente com relação ao ocorrido. A construção social da vítima perfeita de estupro parte da ideia de que a castidade feminina, ou o mais próximo disso, é uma questão moral não apenas da mulher que a carrega, como, também, um atestado de bons antecedentes de sua família (SOUSA, 2017, P. 16).

O caso de Mariana Ferrer expressa bem a gravidade do problema. Em audiência, o advogado Cláudio Gastão da Rosa Filho, defensor de Aranha, usou imagens antigas da vítima para questionar a conduta da jovem. As falas foram humilhantes, com frases como “peço a Deus que meu filho não encontre uma mulher que nem você”, “é seu ganha pão a desgraça dos outros, manipular essa história de virgem”⁴³. Mais de uma vez, o advogado insiste em mostrar fotos tiradas antes do estupro, sem qualquer relação com o caso, falando que as

⁴³ O Estadão disponibilizou um vídeo de 3 horas com a audiência do dia 27 de julho na íntegra, aberto para qualquer um, no YouTube. As falas destacadas foram retiradas dos 45 min. que se destinaram à oitiva da vítima, editadas em um vídeo que compõe a controversa matéria do The Intercept Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ikUdkWlmlnw>. Acesso em 10 set 2021.

imagens eram em ‘posições ginecológicas’. Ela é acusada de excluir tais fotos e só aparecer com a “carinha chorando”, com o intuito de desacreditar Mariana pelo que ela postava em suas redes sociais antes mesmo de ser vítima de violência. Além disso, a jovem aponta que diversas fotos dela foram manipuladas. Sua frase é emblemática: “eu gostaria de respeito, doutor, excelentíssimo, eu estou implorando por respeito no mínimo. [...] Nem os acusados de assassinatos são tratados como eu estou sendo tratada.”.

A violência, assim, se dá de diversas maneiras e não acaba após o ato do agressor. Na realidade, muitas vezes a opressão se intensifica e se diversifica após a denúncia, endossada inclusive pelas instituições oficiais. Dessa forma, é através do discurso que as mulheres começam a desafiar a lógica do patriarcado, questionando primeiramente o que é violência sexual e desconstruindo percepções antigas. Quando uma mulher denuncia o que ocorreu com ela, outras mulheres podem reconhecer em sua própria história os abusos que sofreram e muitas vezes nem se deram conta. De forma semelhante, campanhas que acompanham relatos marcados por hashtags promovem uma discussão e reconhecimento público. Neves (2018), ao analisar tweets do caso #PrimeiroAssedio, aponta que ao politizar a esfera íntima através de relatos na primeira pessoa indica a conformação de uma nova política: a da ‘compaixão conectada’.

Assim, campanhas online de cunho feminista não necessariamente possuem o objetivo primário de se apoiarem em ações pragmáticas, mas sim de disputar narrativas e sentidos. Afinal, a violência se inicia no campo simbólico, na cultura. Postar sobre hashtags como #NãoExisteEstuproCulposo e #JustiçaPorMariFerrer se torna relevante para que a história de Mariana seja compartilhada e mais conhecida, mas não apenas isso. Serve para que outras mulheres se reconheçam, serve para que a narrativa de violência seja desafiada, serve para se opor a ataques como #MariFerrerMentiu, que sempre desconfiam da vítima antes mesmo de que haja qualquer julgamento.

A chamada violência de gênero se dá quando ações violentas ocorrem pela simples manifestação do feminino. Almeida (2014, p. 329) aponta que “a centralidade das ações violentas (físicas, sexuais, psicológicas, patrimoniais ou morais) incide sobre a alteridade do feminino na esfera doméstico familiar, na esfera pública e na esfera dos conflitos internacionais”. Dessa forma, mulheres sofrem pelo simples fato de serem mulheres, ou por manifestarem características ditas como femininas. Em uma realidade tão inóspita para

mulheres existirem, fica ainda mais claro o porquê de as mulheres utilizarem tanto o espaço virtual para compor suas narrativas. Mesmo que haja diversas violências que ocorram na internet, ainda é a forma mais segura para se expor. Ainda é a maneira mais acessível para que mulheres passem a reconhecer as violências que sofrem no seu dia a dia, que antes consideravam normais ou aceitáveis.

. Essa perpetuação de violência sobre corpos femininos é observável em diversas estatísticas, seja na diferença salarial entre homens e mulheres, seja nos índices de violência doméstica, seja na violência contra pessoas trans. O Brasil se insere em uma realidade que constantemente mulheres são subjugadas e sofrem violências: as mulheres ganham em média 20,50% menos que homens (IBGE, 2021)⁴⁴, em média, uma mulher foi vítima de feminicídio a cada 7 horas (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2021)⁴⁵, em 2021 foram registrados 56.098 boletins de ocorrência de estupros, incluindo vulneráveis, apenas do gênero feminino, o que significa que uma menina ou mulher foi vítima de estupro a cada 10 minutos, considerando apenas os casos que chegaram até as autoridades policiais (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2021), além do Brasil ser o país que mais mata pessoas trans pelo 13º ano consecutivo (TGEU, 2021)⁴⁶. Esses são apenas alguns dados que revelam parte das violências que pessoas que se reconhecem como mulheres sofrem.

Ao olhar para tal realidade, a narrativa que predomina é que ser mulher é errado, que mulheres devem ser punidas, que mulheres podem ser violentadas, que mulheres devem agir e se comportar de uma forma específica para não sofrerem. Desde os primórdios da história, os corpos feminizados são considerados custódia dos homens, seja do pai ou do marido, e possuem significado territorial, acompanhando o destino das conquistas de guerras. Possuir e violentar corpos femininos se tornou uma exibição de espetáculo de poder (ALMEIDA, 2014). Assim, quando mulheres denunciam as violências que sofrem e se mobilizam para reivindicar por direitos e por proteção, são necessárias muita força e coragem. Dizer que é ‘apenas um discurso’ é ignorar tantos anos de repressão e tantos anos de lutas para, em

⁴⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/dia-das-mulheres/noticia/2022/03/08/mulheres-ganham-em-media-205percent-menos-que-homens-no-brasil.ghtml>. Acesso em 04 de jul 2022

⁴⁵ Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/03/violencia-contramulher-2021-v5.pdf>. Acesso em 04 jul 2022

⁴⁶ Disponível em: <https://transrespect.org/en/tmm-update-tdor-2021/>. Acesso em 04 de jul 2022.

primeiro lugar, serem ouvidas. Os avanços se iniciam na mudança de pensamento.

As mulheres passam a construir novas histórias quando são capazes de sobreviver a tanta violência, quando desafiam todas as estatísticas e padrões impostos. No fim, o movimento feminista é também sobre a possibilidade de que novas narrativas possam ser vivenciadas e ouvidas. Quando ocorrem avanços como a criação da Lei Maria da Penha (n.º 11.340, de 7 de agosto de 2006)⁴⁷, isto não significa apenas um marco jurídico, mas é um vislumbre para que mulheres possam começar a ter histórias diferentes, com finais mais felizes. A prática, como exposto como o caso de Mariana Ferrer, é bem mais complexa que a teoria. Contudo, as mudanças são graduais. É importante que as denúncias continuem acontecendo para que cada vez mais pessoas possam se mobilizar para lutar contra as violências estabelecidas.

Mulheres que contam suas histórias pessoais desafiam o sistema de violência ao não ficarem caladas, ao buscarem por justiça. Elas denunciam e fortalecem outras que passaram por histórias semelhantes. Assim, postar #JustiçaPorMariFerrer pode significar reconhecimento em sua história, solidariedade, indignação ou mesmo um despertar de consciência para os problemas que mulheres sofrem. É a união de tantas mulheres em rede, seja online ou offline, que faz com que narrativas alternativas ganhem força e relevância para que se inicie de fato reformas políticas e sociais – narrativas de mulheres em posição de destaque, mulheres que possuem poder de decisão, mulheres que são respeitadas, mulheres que andam na rua sem medo, mulheres que podem escolher como querem ser mulheres. Mulheres de fato cidadãs.

⁴⁷ A Lei Maria da Penha representa um marco. Ela cria mecanismos para prevenir e coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Ela foi criada a partir da história de Maria da Penha, que foi vítima de uma dupla tentativa de feminicídio. A história completa pode ser encontrada em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/quem-e-maria-da-penha.html>. Acesso em 19 jul 2022.

3. POLITIZAÇÃO DA VIDA PRIVADA

*O ato de tornar público um pensamento privado tem
o potencial de um ato político
(PAPACHARISSI, 2015)*

Uma das características das mobilizações contemporâneas é que eles são altamente autorreflexivas (CASTELLS, 2017), ou seja, os indivíduos constantemente se questionam sobre o que são, o que desejam. A identidade individual está fortemente atrelada ao ativismo.

Essas características levam a um processo, especialmente com a internet, em que a esfera pública e a privada se mesclam e se fundem constantemente. Contudo, desde a segunda onda do movimento feminista, as mulheres já questionavam tais limites, com a máxima ‘o pessoal é político’. Nos movimentos ciberfeministas, frequentemente os relatos pessoais se mesclam com a ação política. Assim, o capítulo explorará essas questões, apresentando ainda o conceito de ‘Públicos Afetivos’ de Papacharissi (2015).

4.1 O Pessoal é Político: A Dualidade Conectada

Se o mundo antes conhecido começa a ganhar novos contornos com a virtualidade, conceitos anteriores também são revisitados e reformulados. Um dos mais debatidos é o que se entende por ‘esfera pública’, originalmente proposto por Jürgen Habermas. Dentro da teoria democrática, existem diversas linhas teóricas que buscam estabelecer critérios para conseguir consolidar de fato um regime chamado de democrático. Para Bobbio e Nogueira (1997, p.17), uma definição mínima de democracia é caracterizada “por um conjunto de regras (primárias ou fundamentais) que estabelecem quem está autorizado a tomar as decisões coletivas e com quais procedimentos”. Assim, as visões de democracia são múltiplas, podendo ser uma democracia direta, deliberativa, representativa, entre outras definições.

A visão deliberativa ganhou força especialmente com Habermas. A principal preocupação do autor é a operacionalização de um procedimento ideal de deliberação e tomada de decisão, que depende da institucionalização dos procedimentos e das condições de comunicação. Assim, surge a ideia de uma esfera pública, que apesar de já ter passado por diversas revisões, é possível afirmar que

A esfera pública é uma “estrutura intermediária” que faz a mediação entre o Estado e o sistema político e os setores privados do mundo da vida. Uma “estrutura comunicativa”, um centro potencial de comunicação pública, que revela um raciocínio de natureza pública, de formação da opinião e da vontade política, enraizada no mundo da vida através da sociedade civil. A esfera pública tem a ver com o “espaço social” do qual pode emergir uma formação discursiva da opinião e da vontade política (LUBENOW, 2010, p. 236).

Uma das principais questões que abrangem o conceito envolve o entendimento do que interessa à vida pública. Quais assuntos devem ser discutidos com todos e quais são de ordem

privada? Neste ponto reside uma das principais críticas ao conceito clássico, elaborada por Nancy Fraser. Sob o recorte de gênero, Fraser (1985) aponta que a articulação sociopolítica proposta pelo autor é falha ao não questionar a separação nítida entre o que é considerado público e o que é privado no capitalismo clássico. A esfera privada de Habermas faz alusão a família nuclear, que é ligada ao sistema econômico. Já a esfera pública, o espaço de participação política, é ligada ao sistema jurídico-administrativo. Dessa forma, a família é ligada ao sistema econômico por meio de trocas conduzidas pelo dinheiro e, portanto, com a relação entre os papéis de trabalhador e consumidor. De forma paralela, as trocas que ocorrem na esfera pública são conduzidas por lealdade, obediência e impostos, que são trocados por decisões políticas, canalizados pelos papéis do cidadão, ou no capitalismo tardio, ‘cliente’.

As relações dos papéis dos indivíduos em cada esfera, porém, falham em não considerar o subtexto do gênero. Nas sociedades patriarcais, em que o mercado de trabalho é dominado por homens, e conseqüentemente a maior parte do dinheiro, fica evidente que a qualidade da participação feminina na esfera pública será afetada, deixando para as mulheres a maior parte das questões da vida privada, ligadas à família e ao contexto doméstico.

Ao omitir qualquer menção ao papel da educadora e ao deixar de tematizar o subtexto de gênero subjacente aos papéis de trabalhador e consumidor, Habermas falha em entender precisamente como o local de trabalho capital está ligado à família nuclear moderna, restrita, chefiada por homens. Da mesma forma, ao deixar de tematizar o subtexto masculino do papel do cidadão, ele perde o sentido completo da maneira como o Estado está vinculado à esfera pública do discurso político. (FRASER, 1985, p. 116-117, tradução nossa)⁴⁸.

Foi na segunda onda do feminismo, nos Estados Unidos, que os grupos feministas começaram a forjar a célebre frase “o pessoal é político”. Essa ideia partiu do entendimento que o controle patriarcal se estendia às famílias, às relações sexuais, trabalhistas, entre outras esferas (GARCIA, 2018). A partir dos grupos de conscientização, através da socialização das experiências, as mulheres passaram a se dar conta que o que elas acreditavam ser problemas individuais eram problemas coletivos, que todas enfrentavam. Assim, se deram conta que os

⁴⁸ By omitting any mention of the childrearer role, and by failing to thematize the gender subtext underlying the roles of worker and consumer, Habermas fails to understand precisely how the capitalist workplace is linked to the modern, restricted, male-headed, nuclear family. Similarly, by failing to thematize the masculine subtext of the citizen role, he misses the full meaning of the way the state is linked to the public sphere of political speech (FRASER, 1985, p. 116-117)

problemas do cotidiano possuíam raízes sociais e, portanto, eram necessárias políticas públicas para que os problemas fossem devidamente tratados.

Veio daí a afirmativa ‘o pessoal é político’, questionando não apenas a suposta separação entre a esfera privada e a esfera pública, como também uma concepção do político que toma as relações sociais na esfera pública como sendo diferentes em conteúdo e teor das relações e interações na vida familiar, na vida ‘privada’. Na medida em que a dinâmica do poder estrutura as duas esferas, essas diferenças são apenas ilusórias. As relações interpessoais e familiares se caracterizam também como relações de poder entre os sexos e gerações, não sendo ‘naturais’, mas socialmente construídas e, assim, historicamente determinadas, passíveis de transformação (SARDENBERG, 2018, p. 16).

Para além das questões de gênero, a própria estrutura da Internet também desafia as definições do que é público e do que é privado. A convergência entre tais polos é uma das principais características da comunicação em rede. Muito disto se deve a modificação do que hoje se entende como espaço e tempo. Dessa forma, a Internet desafia os limites antes conhecidos e é difícil estabelecer o que pode ser entendido como espaço particular e o que é espaço público. De forma geral, a política se ocupa de questões públicas, mas o próprio entendimento do que é de interesse público é alvo de grandes debates e questionamentos.

Na Comunicação, se fala de Comunicação Pública, que abarca diferentes práticas e definições. Inicialmente, o conceito em seu sentido amplo está relacionado com figuras públicas e órgãos oficiais, porém as mudanças de relações no Estado democrático criaram novos significados. Brandão (2007) aponta como a Comunicação Pública pode ser identificada como estratégias de comunicação da sociedade civil, também conhecida como Comunicação Comunitária e/ou Alternativa. Nesse sentido, “entende-se a prática da comunicação a partir da consciência de que as responsabilidades públicas não são exclusivas dos governos, mas de toda a sociedade” (BRANDÃO, 2007, p. 4). Essa perspectiva propõe pensar uma comunicação libertadora, entrelaçada com o dia a dia das pessoas.

Assim, no ciberespaço, tais sentidos são ainda mais tensionados e postos a prova, pois é público e privado ao mesmo tempo. Papacharissi (2002) mostra que a Internet e as tecnologias ligadas a ela renovaram as esperanças de reviver uma esfera pública, porém existem diversos aspectos de tais tecnologias que simultaneamente reduzem e aumentam tal potencial. Em primeiro lugar, a capacidade de armazenamento de dados gera discussões políticas com informações que antes não estariam disponíveis; por outro lado, a desigualdade no acesso à informação e a falta de alfabetização midiática comprometem a

representatividade. Segundo, as novas tecnologias permitem discussões entre pessoas em lados distantes do globo, porém isso pode resultar em uma fragmentação do discurso político. Por fim, é possível que as tecnologias baseadas na Internet se adaptem à cultura política atual, ao invés de criar uma nova. Nesse sentido, é possível falar de uma esfera virtual, mas que é diferente da ideia original de esfera pública.

Martino (2014), em sua leitura de Papacharissi (2010), aponta que uma das características da internet é a troca pública, a exposição do indivíduo e a construção de identidades nestes espaços conectados. A lógica dos domínios particular e privado é alterada, porém não quer dizer que sejam extintas.

Esse cruzamento de fronteiras, no entanto, não significa nem o fim dessas bordas nem dos espaços que as circundam. Os espaços públicos e particular das ações humanas continuam a existir, mas a relação entre o domínio coberto por esses conceitos torna-se mais porosa, tênue, reconfigurando-se conforme novos regimes de visibilidade, isto é, as regras, implícitas ou explícitas, que definem as coisas a serem ou não vistas igualmente (MARTINO, 2014, p.117)

Papacharissi (2010), então, fala de uma progressiva privatização do espaço público e aponta alguns elementos principais deste cenário e dos novos hábitos cívicos. A primeira característica é o indivíduo conectado (*networked self*) e a cultura de conectividade remota. O cidadão não precisa mais se deslocar de sua casa para expor sua opinião, para participar de deliberações. Mais que isso, ele pode realizar mais de uma tarefa, como por exemplo assistir televisão, conversar com sua família e se manifestar no Twitter. As tecnologias conectam os indivíduos de dentro de seus espaços privados.

Em segundo lugar, há um novo narcisismo, que emerge da cultura de *bloggar*. As postagens em redes sociais ou sites são narrativas altamente pessoais e subjetivas, mas que também apontam para uma maior pluralidade de vozes que acessam o espaço público. Essa visão se encontra diretamente com a proposta de Sibilia (2008) que aponta como na Internet as pessoas estão constantemente narrando a si mesmas.

Entre outros pontos que Papacharissi (2010) apresenta, chama a atenção o pluralismo agonístico do ativismo online. O conflito e as afirmações de identidades são características fundamentais do espaço particular ampliado. Ser alguém virtualmente por si só já é relevante para criar articulações e espaços de resistência. Novos hábitos cívicos são formados quando há a apropriação de temas públicos na esfera particular, pois não deixa de ser uma maneira de

engajar em causas e questões coletivas. Essa forma de engajamento cívico e ativismo é mais fluída, ‘customizada’. Os indivíduos estão mais ocupados com os esforços privados para adequar suas próprias necessidades a causa que o contrário, ou seja, ajustar suas ações em prol causa maior (PAPACHARISSI, 2010).

Há, portanto, uma ambivalência entre as esferas, não necessariamente com a desintegração de nenhuma delas. As mídias digitais e a comunicação em rede ao mesmo tempo agrupam e segmentam os indivíduos, possibilitando, ao mesmo tempo, uma exposição quase autorreferencial de si mesmo e o engajamento político em questões que ultrapassam em muito as questões do cotidiano. (MARTINO, 2014, p. 120).

Nesta perspectiva, o indivíduo e seus interesses pessoais passam a ocupar um lugar central nas motivações e ações políticas. Muito do processo de engajamento cívico envolve a desconfortável transição de pessoal para o político, que no passado correspondia a passagem do interesse privado para os assuntos públicos. Contudo, hoje as atividades possuem uma essência ambígua, que muitas vezes resulta na personalização da política (PAPACHARISSI, 2010). Assim, a própria configuração da democracia e o entendimento de como um cidadão pode exercer seus direitos se altera.

A esfera virtual, com suas ambiguidades, impacta diretamente nas características dos movimentos ciberativistas da contemporaneidade. Se antes os movimentos sociais dependiam de interações face-a-face, a Internet possibilitou um novo tipo de interação, que possui menos corporeidade, mas expandiu o número de participantes e os limites territoriais. Porém, não é possível falar de uma única esfera pública virtual, em que todos participam igualmente e possuem a mesma visibilidade. Nódulos descentralizados ao longo das redes de comunicação são criados, construídos rizomaticamente, em diversos ambientes online e subculturas onde pessoas e informações se cruzam (LANGMAN, 2005). As hashtags, por exemplo, são ‘nós’ que agregam diferentes pontos de vista, interpretações da realidade e críticas sociais. A Internet, porém, não é regulada como se esperava que a esfera pública fosse. Por isso, seus usuários se organizam e interagem mesclando cada vez mais as diferentes áreas da vida, inclusive suas próprias identidades.

“Uma identidade é uma narrativa reflexiva que torna um grupo e/ou indivíduo único,

distinto de outros” (LANGMAN, 2005, p. 56, tradução nossa)⁴⁹. Nos movimentos contemporâneos, as identidades pessoais e coletivas são fundamentais para o engajamento em causas sociais. Não que antes o sentimento de pertencimento não fosse importante, mas cada vez mais se tornam um fator determinante. Nesse sentido, as esferas públicas virtuais não fornecem apenas informação e comunicação, mas também formam subculturas que conferem identidades coletivas (LANGMAN, 2005). Assim, os diferentes espaços de deliberação promovidos pela Internet podem levar aos diferentes movimentos ciberativistas, que se organizam e atuam de maneiras diversas.

4.2 Política, emoções e afeto

Qual a textura narrativa que preenche as plataformas online à medida que os indivíduos se mobilizam online e offline, e que tipo de formações públicas de expressão política essa textura suporta? É com tal questão, complexa e cheia de camadas, que Papacharissi (2015) busca construir seu argumento. A autora defende a ideia de que multidões se mobilizam por meio de redes online de apoio de maneiras que discursivamente se tornam Públicos Afetivos (*Affective Publics*). Os Públicos Afetivos podem ser definidos como “[...]formações públicas em rede que são mobilizadas e conectadas ou desconectadas por meio de expressões de sentimento” (PAPACHARISSI, 2015, p. 125, tradução nossa)⁵⁰. É a interação entre sentimento, tecnologia e política. É a convergência das esferas privadas e públicas.

Nesse contexto, a política pode ser compreendida como um ato performático dos indivíduos, expressas no dia a dia das pessoas. O tweets de alguém, por exemplo, apresentam reações a eventos atuais, mas também apresentam a si mesmo. “As performances, portanto, permitem que os indivíduos passem do privado para o público, mas também, potencialmente, do pessoal para o político ou do individual para o coletivo e vice-versa” (PAPACHARISSI,

⁴⁹ An identity is a reflexive narrative that makes a group and/or an individual unique, distinct from others (LANGMAN, 2005, p. 56).

⁵⁰ “[...] as networked public formations that are mobilized and connected or disconnected through expressions of sentimento” (PAPACHARISSI, 2015, p. 125).

2015, p. 98, tradução nossa)⁵¹. As tecnologias da informação e comunicação geralmente aumentam o potencial da performatividade saturando o *self* com redes cada vez maiores e conectadas (PAPACHARISSI, 2015).

Assim, o Twitter pode ser visto como uma plataforma potencial para performances do *self* através de declarações condensadas, que frequentemente manifestam uma resposta convergente a questões socioculturais, econômicas e políticas. Nas declarações do dia a dia que os indivíduos fazem nos *Trending Topics* do Twitter, há manifestações políticas.

Os tweets apresentam reações socialmente informadas a notícias e eventos atuais, mas também fazem parte do contexto diário de apresentação de si mesmo. Essas reações condensadas se acumulam para formar não apenas impressões digitais de movimentos sociais ou eventos atuais, mas também de performances políticas do *self*, articuladas um tweet de cada vez. [...] O Twitter apresenta um palco publicamente privado para essas representações, que frequentemente combinam performances e contextos culturais, sociais, políticos e pessoais. As pessoas usam a plataforma para contar histórias não apenas sobre notícias e eventos atuais, mas também sobre si mesmas, às vezes no contexto de reagir a eventos atuais e, frequentemente, no contexto de responder às conversas publicamente disponíveis hospedadas por meio de hashtags que estão nos *trending* (PAPACHARISSI, 2014, p. 95-96, tradução nossa).⁵²

Dessa forma, as expressões políticas que cada indivíduo compartilha nas redes forma a narrativa de um movimento, porém mais que isso, formam a narrativa de si mesmo. Quando o Twitter pergunta “O que está acontecendo”, ele já incentiva o usuário a compartilhar seu ponto de vista, sua expressão do momento. Assim, tais públicos são criados e transformados, mesclando sua opinião, sua reação a determinado fato do momento e ação política. Por conseguinte, os movimentos ativistas que são construídos por hashtags, como o feminismo por hashtag, são formados por um público afetivo de mulheres que se unem a uma causa. O Twitter, com seu fluxo de conteúdo, serve como estrutura narrativa que sustenta uma

⁵¹ “Performances thus enable individuals to traverse from private to public but also, potentially, from the personal to the political or from the individual to the collective and back” (PAPACHARISSI, 2015, p. 98).

⁵² “Tweets present socially informed reactions to news and current events, but they are also part of the everyday context of presenting the self. These condensed reactions accumulate to form not just digital imprints of social movements or current events but also of political performances of the self, articulated one tweet at a time. [...] Twitter presents a publicly private stage for these renderings, which frequently blend cultural, social, political, and personal performances and contexts. People use the platform to tell stories not just about news and current events but also about themselves, sometimes in the context of reacting to current events and frequently in the context of responding to the publicly available conversations hosted through trending hashtags” (PAPACHARISSI, 2014, p. 95-96).

modalidade de engajamento que é principalmente afetiva. As mídias sociais auxiliam a ativar e sustentar laços que são cruciais para a mobilização de públicos em rede (PAPACHARISSI, 2014).

Em inúmeros momentos a mídia serve como canal de expressão afetiva em momentos históricos que prometem mudanças sociais, com histórias de conexão e expressão. Em movimentos que se utilizam de hashtag, estas servem como significantes que convidam à identificação ideológica. Segundo Papacharissi (2016), esses significantes não são vazios, mas abertos à definição, redefinição e apropriação. As hashtags servem como um nó agregador e condutor que permite com que as multidões se tornem públicos em rede, que contam suas histórias de forma colaborativa. Os públicos afetivos, então, são sustentados por sentimentos de pertencimento e solidariedade, por mais efêmeros que sejam.

O afeto, segundo a autora, não é sinônimo de emoção. Não que a emoção não esteja presente em tais movimentos, mas o afeto diz respeito a algo anterior a emoção. É a intensidade com que sentimos as emoções, é o impulso que se experimenta antes de se identificar cognitivamente uma reação e rotulá-la como uma emoção em particular. É muitas vezes isso que impele a pessoas participarem de um movimento que, ainda não é uma revolução, mas está em construção. Não é necessariamente pelo que ele é, mas o pelo que ele pode ser. Não importa se a manifestação, na teoria, não tem tanto impacto ou “não deu em nada”. Importa mais a potencialidade que as pessoas envolvidas sentiram ao participar dela.

Papacharissi (2015), dessa forma, delineia cinco tendências dos Públicos Afetivos:

1) Os públicos afetivos se materializam de maneira única e deixam pegadas digitais distintas. É importante não perder de vista o fato que cada situação e contexto específico resultam em manifestações diferentes de cada público. Por mais que existam tendências, não há um viés determinístico. O que todos os públicos têm em comum é que seu engajamento online por meio do Twitter permite com que eles sintam e vivam as mobilizações com mais intensidade. O contexto sociocultural, o sistema político e econômico, além da própria plataforma, irá afetar como o público se comporta.

Essa afirmação, a princípio, pode parecer óbvia, porém frequentemente estudiosos assumem que as redes sociais terão os mesmos resultados e impactos para todos os tipos de movimentos ou comunidade, o que não acontece. Por mais que alguns padrões se repitam e toda a cibercultura comungue de valores parecidos, a generalização pode apagar importantes

diferenças que ocorrem em diferentes tipos de manifestações e contextos. Assim, o que ocorre em um movimento pode não ser verdade para outro e por isso também cada um deve ser estudado dentro da sua realidade. As diferenças de objetivos, ideologia, valores, locais refletem como a presença das redes sociais varia através dos movimentos.

2) *Os Públicos Afetivos apoiam a ação conectiva, embora não necessariamente coletiva.* Em decorrência da individualização, participar de uma mobilização online não necessariamente expressa uma preocupação com a coletividade. Interesses e pontos de vista pessoais convergem através das *tags*, mas sem que haja negociações complexas entre política pessoal *versus* política coletiva. São pontos de vista individuais reunidos, como aponta Bennett e Segerberg (2013). Dessa forma, são construídas narrativas colaborativas, mas não necessariamente coletivas.

A ação conectiva emerge de enquadramentos pessoais sobre assuntos atuais, reunidos por meio de possibilidades expressivas e conectivas de plataformas em rede, como o Twitter (Bennett & Segerberg, 2013). São canais de conexão, mas que nem sempre facilitam a negociação de identidades coletivas. Essa percepção é importante pois os movimentos em rede podem causar a falsa impressão de uma massificação de identidades e opiniões. Temporariamente, tais sujeitos podem sim se reunir de forma colaborativa com opiniões semelhantes, contudo, são laços fracos que apenas existem pela expressão de solidariedade momentânea. Os movimentos se criam especialmente por retweets e expressões autônomas, não por uma deliberação e debates coletivos.

3) *Públicos Afetivos são alimentados por declarações afetivas de opinião, fato, ou uma mistura de ambos, que por sua vez produzem feeds sempre atualizados, que conectam e pluralizam a expressão em regimes democráticos e não democráticos.* Alinhado com a lógica da ação conectiva, os públicos afetivos são movidos coleções de opiniões, fatos e emoções. É uma mistura em um fluxo efusivo, difícil de discernir as expressões, de forma que inclusive possa fazer com que o foco se perca. Ainda, a falta de foco é também o que permite com que tantas pessoas consigam se conectar e se sintonizar afetivamente, afinal, não se trata de uma instituição organizada, com uma diretriz bem definida.

Tais narrativas colaborativas são caracterizadas por uma “presença sempre presente”, ou seja, com atualizações recorrentes que sustentam o movimento online, ainda que haja pouca ou nenhuma movimentação nas ruas. Às vezes, a própria histórica online do

movimento acaba por se tornar uma história paralela a vivência externa. Assim, um movimento pode ter diversas narrativas que se desenrolam de formas diferentes dependendo do meio: na rua, nos jornais, na internet. A medialidade da história contada dá forma e textura ao evento. Dessa forma, o coro coletivo que emerge dos movimentos em rede produz uma narrativa que mistura notícia, fato, drama e opinião em uma única história, a ponto de não ser possível separar sem que se tire o sentido.

4) *Os Públicos Afetivos geralmente produzem rupturas/interrupções das narrativas políticas dominantes ao apresentarem pontos de vista sub-representados.* A capacidade de transmissão da Internet convida os usuários a integrarem narrativas pluralizadas, acessíveis a um público mais diverso. Ainda, a capacidade narrativa do Twitter convida as pessoas para contribuições imediatas e improvisadas em relação aos eventos em alta. A ‘emoção do momento’ convida as pessoas a participarem da história, superando a importância da lógica e dos argumentos bem construídos. Dessa forma, faces dos movimentos que antes não ganhavam a atenção da mídia podem ter maior relevância.

Nos movimentos em rede, também podem emergir visões contrárias, que dividem o público e expressam opiniões opostas. Um movimento nunca é 100% consistente. São diferentes pontos de vista que podem entrar em debate. A estrutura narrativa do Twitter pode prestar apoio ao movimento, mas também possibilita o desacordo. Assim, várias histórias sobre um mesmo evento são contadas de formas diferentes, dependendo do ponto de vista que se olha. Ainda que uma opinião seja minoria, ela ainda encontrará espaço nas redes.

5) *Ambientes de ‘streaming’ sustentam públicos reunidos em torno de semelhanças afetivas: o impacto é simbólico, a agência afirmada é semântica, o poder é liminar.* A arquitetura de sites como o Twitter compila os diferentes discursos em narrativas e sustenta a participação das pessoas em determinado assunto ou evento, principalmente ao permitir que os cidadãos sintam seu lugar em uma história em desenvolvimento. O impacto é primeiramente simbólico, pois a mudança é gradual. Através de meios semânticos, o pessoal é definido como político e assim, a agência é reivindicada. O poder dos ativistas digitais é provisório, mas quanto mais um movimento se repete online, mais a mudança aos poucos entra na mente das pessoas. Assim, o poder desses movimentos reside em sua capacidade de renegociar semanticamente algumas constantes, tornando-os mais flexíveis.

Esse tipo de prática dos públicos afetivos em rede apresentam um afastamento dos

protocolos deliberativos das esferas públicas, baseada em uma suposta racionalidade. Eles nos auxiliam a reimaginar o discurso cívico entre multidões em redes digitais. Dizer, então, que o impacto desses públicos é simbólico não é pouca coisa. Através de plataformas como o Twitter é possível se apropriar do discurso e através da agência semântica, reimaginar e renegociar a sociedade e suas instituições. Assim, apesar dos movimentos terem poder transitório, o impacto na mente das pessoas não é.

Assim, pode-se afirmar que o feminismo por hashtag é formado por públicos afetivos, que se formam no Twitter conectados por narrativas afetivas. É uma nova expressão do movimento feminista que muitas vezes pode ser polêmico, não é coeso, é volátil, mas que paulatinamente insere na agenda pública discussões sobre temas relevantes para as mulheres. Só o feminismo através das hashtags pode não causar uma revolução, mas tem um importante papel nela. Através do discurso, da agência semântica, mulheres se conectam com seus pontos de vistas, suas histórias, seus afetos e emoções. A mudança é gradual. Como Papacharissi (2016) pontua, revoluções podem parecer instantâneas, mas seu impacto se desdobra ao longo do tempo. Elas precisam ser longas para adquirir significado. Compreender as mídias sociais como estruturas que contam histórias permite que elas sejam examinadas como práticas de construção de significado que podem ser revolucionárias.

Ainda que o afeto não seja a emoção em si, especialmente em movimentos como o feminismo de hashtag, a emoção e a formação de comunidades emocionais é algo recorrente. Jimeno (2010, p. 99) fala da construção da categoria de vítima como forma de afirmação de civilidade e como ela ocorre por meio de “uma linguagem que narra experiências pessoais de sofrimento na forma de testemunho pessoal”. Segundo a autora, essa linguagem tem efeitos políticos pois constrói uma visão compartilhada de acontecimentos de violência e serve de base para uma ética do reconhecimento. “[...] é um mediador simbólico entre a experiência subjetiva e a generalização social” (JIMENO, p. 99, 2010). Tais narrativas possuem uma natureza emocional, que torna capaz tecer vínculos de reconhecimento com a vítima – ou entre vítimas. Os relatos pessoais narram com emoção detalhes do que aconteceu, dão nome aos personagens, estabelecem quem são os vilões, demandam direitos e assim, movimentos começam a se criar em torno de uma identificação emocional com a vítima.

É importante reforçar novamente que, dizer que há emoção não quer dizer que é alheia à racionalidade. A emoção também não é apenas um sentimento. A linguagem emocional

possui uma qualidade comunicativa específica, que suscita significados culturais sobre a dor (JIMENO, 2010). A dor é capaz de fazer com que laços fracos expressem solidariedade, mesmo que temporariamente, mas com força o suficiente para formar um movimento. A categoria de vítima passa a ser um mediador simbólico através da convocação de uma comunidade emocional e não por princípios abstratos. “O discurso emocional é inclusivo e não particularista, é político, não privado” (JIMENO, p. 114, 2010). O reconhecimento na vítima, através de testemunhos pessoais carregados de emoção, permite identificação entre dessemelhantes.

Assim, a narrativa que emerge tem efeitos políticos pois, ao nascer com um relato pessoal, este quando ganha força representa toda uma versão compartilhada de violências semelhantes. Ao se reconhecerem na vítima, as pessoas se voltam para objetivos comuns, ainda que de forma efêmera. A dor compartilhada cria uma rede de pedido por justiça. Dessa forma, “[...] as emoções são uma linguagem política, não apenas um sentimento íntimo; esta linguagem, ao ser compartilhada publicamente, possibilita comunidades morais sustentadas pela ética do reconhecimento que alimenta a ação política” (JIMENO, p. 116, 2010). A linguagem emocional é um veículo para as relações sociais e juízo de valor sobre a sociedade.

4.3 A política da Identidade

Castells (p. 61, 2018) define identidade como “o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado”. O que o autor defende é que a identidade é a fonte de significado e experiência de um povo. Mas a identidade não é algo estanque, um indivíduo pode ter identidades múltiplas e até mesmo contraditórias, sendo fonte de tensão. A identidade também não pode ser confundida com uma série de papéis que cada indivíduo possui em um contexto (mãe, trabalhador, jogador, militante, religioso, etc.). A identidade é formada e constrói seu significado com base na internalização e tem mais importância do que os papéis sociais. “Identidades organizam significado, enquanto papéis organizam funções” (CASTELLS, 2018, p. 62,).

Calhoun (1994) fala do surgimento da política da identidade, que nasce a partir de atores que se encontram em condições marginalizadas pela lógica da dominação, construindo

assim formas de resistência em oposição as instituições da sociedade. É também o que Castells (2018) chama de ‘identidade de resistência’. Calhoun (1994) argumenta que é cada vez mais difícil estabelecer quem somos e manter essa identidade satisfatoriamente, é difícil se reconhecer. Assim, as buscas identitárias são políticas por várias razões. Elas são atividades coletivas, não meramente individuais; públicas, não apenas privadas; são lutas, não apenas tentativas. Envolvem busca por reconhecimento e legitimidade, não apenas expressão. “Finalmente, os movimentos de política de identidade são políticos porque envolvem a recusa, diminuição ou deslocamento de identidades que outros desejam reconhecer nos indivíduos” (CALHOUN, p.21, 1994, tradução nossa)⁵³. Assim, a busca em se reconhecer é política pois frequentemente o discurso hegemônico dita quem é possível, apropriado ou valioso ser. Nesse sentido, a afirmação “o pessoal é político”, ainda que muitas vezes seja criticada, ajudou a lançar a versão feminista da política da identidade.

A política da identidade não é exatamente nova. Tem sido parte integrante da política moderna e da vida social por centenas de anos. Contudo, a constituição de identidades era vista como algo mais ou menos harmonioso e as identidades eram vistas como algo estável, minimamente mutável. De acordo com Calhoun (1994), muitos acabam por subestimar a luta que envolve a forja das identidades. Há uma tensão inerente, pois todos possuem identidades múltiplas, incompletas e fragmentadas. Além disso, a construção das identidades pode mudar no contexto de eventos poderosos e emocionalmente significativos – como muitos movimentos sociais. “As identidades são muitas vezes projetos pessoais e políticos dos quais participamos, em maior ou menor grau, fortalecidos por recursos de experiência e habilidade, cultura e organização social” (CALHOUN, p.28, 1994, tradução nossa)⁵⁴. As identidades estão sempre parcialmente enraizadas em ideais e aspirações que não se podem realizar plenamente, sendo assim fonte de uma tensão interna constante, em que o lócus da luta pode ser tanto pessoal quanto fonte da política da identidade.

Ao definir a identidade de resistência, Castells (2018) fala que ela leva a formação de comunidades. Elas resultam em resistência coletiva diante de uma opressão. O autor defende a

⁵³ Finally, identity politics movements are political because they involve refusing, diminishing or displacing identities others wish to recognize in individuals (CALHOUN, p.21, 1994).

⁵⁴ Identities are often personal and political projects in which we participate, empowered to greater or lesser extents by resources of experience and ability, culture and social organization (CALHOUN, p.28 1994).

ideia de que a constituição dos sujeitos na modernidade se dá como um prolongamento da resistência comunal. Isso acontece pois o cenário é de falta de confiança nas instituições, existe uma crise de legitimidade no Estado. Segundo o autor, as organizações da sociedade civil construídas em torno do Estado democrático transformaram-se, de modo geral, em estruturas vazias, incapazes de manter um vínculo com a vida das pessoas. Dessa forma, as identidades de resistência surgem como uma oposição as instituições estabelecidas, estabelecendo sua autonomia, uma vez que não possuem força o suficiente para tomar as instituições opressoras às quais se opõem. Esse é o caso do movimento feminista, que luta por uma consciência antipatriarcal.

Tais projetos de identidade surgem a partir da resistência da comunidade e não da reconstrução das instituições da sociedade civil, pois a crise verificada nessas instituições, aliada ao surgimento das identidades de resistência, origina-se precisamente das novas características da sociedade em rede, que abalam as primeiras e incitam o aparecimento das segundas. Os principais elementos constitutivos da estrutura social na era da informação, a saber, globalização, reestruturação do capitalismo, formação de redes organizacionais, cultura da virtualidade real e primazia da tecnologia a serviço da tecnologia, são justamente as causas da crise do Estado e da sociedade civil desenvolvidos nos moldes da era industrial. Representam também as forças contra as quais se organiza a resistência comunal, com novos projetos de identidade possivelmente surgindo em torno desses focos de resistência. (CASTELLS, 2018, p. 613).

Dessa forma, o autor mostra como as relações de poder estão se alterando na sociedade em rede, possibilitando o surgimento e fortalecimento de novas identidades, novos tipos de comunidades e novas resistências. Existe uma crise de confiança e identificação com as instituições do Estado, o que mostra a clara mudança em como a sociedade civil se organiza e entende como deve ser sua participação política. Ao não confiar nos poderes oficiais, as comunidades se formam para resistir, protestar, se manifestar, mas sem se atrelar ao sistema, buscando assim novas formas de organização. Neste cenário disperso e difuso, novas conexões surgem, surgindo também novos atores. Assim, se as instituições perdem sua força, a nova forma de poder reside cada vez mais nos códigos da informação, nas imagens de representação em torno das quais as pessoas constroem suas vidas e comportamentos. É um poder cada vez mais simbólico, que está na mente das pessoas, e por esse motivo as identidades assumem um papel tão importante.

É por isso também que as redes fazem mais que simplesmente organizar atividades e compartilhar informações. As redes fazem com que as estruturas de poder estejam em

constante mutação, assim como os movimentos sociais que se organizam de uma forma descentralizada, refletindo a lógica da formação das redes na sociedade informacional. Como Castells (2018, p. 619) demonstra, as redes “[...] representam os verdadeiros produtores e distribuidores de códigos culturais”. Por isso, a batalha é constante. O poder flui pelas redes e corre por vários lados. As vitórias podem ser efêmeras, mas a verdadeira batalha está na mente das pessoas.

4. PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Um dos objetivos centrais do trabalho de produção da tese ou dissertação, mais que os resultados de conhecimento produzidos sobre seus objetos, é a própria formação do pesquisador (BRAGA, 2011).

É oportuno compreender como devem ser os encaminhamentos metodológicos adequados para que a dissertação alcance um resultado relevante. Para tanto, serão utilizadas as orientações de Braga (2011). Em primeiro lugar, é importante ressaltar que existe um forte consenso nas Ciências Humanas e Sociais que não é possível assumir metodologias estritamente fechadas. A diversidade das pesquisas é grande e exigem diferentes aproximações, conforme o objeto, teorias, perguntas. Ainda assim, o rigor metodológico não pode ser deixado de lado. O campo da Comunicação possui uma grande variedade de referências teórico-metodológicas e uma variedade maior ainda de temas. Assim sendo, a própria construção metodológica é um desafio, sendo necessária muita reflexão e compreensão de cada etapa desenvolvida.

Dessa forma, Braga (2011) defende que, especialmente para mestrados, a pesquisa empírica é importante pois é realizada pela observação de algum ângulo da realidade, procurando respostas através da investigação sistematizada de elementos concretos. Esta será a postura adotada no presente trabalho. Assim, o trabalho metodológico neste tipo de pesquisa deve colocar os *insights* e ângulos interpretativos a serviço de um problema-eixo, voltado para efetivas descobertas (BRAGA, 2011). A pesquisa empírica deve solicitar uma boa reflexão teórica. A metodologia, assim, deve funcionar como uma lógica das tomadas de decisões durante toda preparação e desenvolvimento da pesquisa, importante especialmente no campo da Comunicação que importa tantos conceitos, teorias, horizontes (ibidem).

No livro 'Manual de Investigação de Ciências Sociais', Quivy e Campenhoudt (2005) falam da importância de não apenas compreender técnicas particulares, mas sim ter uma reflexão teórica e uma concepção de todo o conjunto, de forma que seja possível justificar cada escolha e dar-lhes sentido. De forma semelhante, Braga (2011) expõe que a

fundamentação teórico-metodológica é essencial para guiar todo o trabalho. As teorias adotadas envolvem explicações da realidade e com elas um horizonte de reflexão. Assim, a concepção da realidade e do objeto investigado acabam envolvendo o restante das decisões metodológicas, bem como a própria construção do problema de pesquisa e como tais respostas serão fornecidas.

É importante ter em mente que definir a metodologia não significa seguir um passo-a-passo cegamente. É um trabalho reflexivo, que será constantemente ajustado, conforme o desenvolvimento e aprofundamento da pesquisa.

O processo metodológico básico não é o de definir uma regra de encaminhamento e depois segui-la estritamente; mas sim o de rever cada passo dado e refletir sobre a justeza de seu direcionamento, corrigindo-o no próprio andamento da pesquisa. Planejar é replanejar (BRAGA, 2011, p. 10).

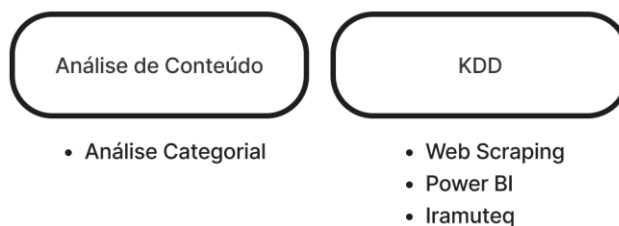
Assim, as etapas são definidas, mas podem sofrer alterações conforme o andamento do projeto, seja por questões de praticidade ou por uma necessidade teórica. As teorias e metodologias escolhidas dão a base, o Norte, mas é o pesquisador que, em um trabalho de reflexão, faz as melhores adaptações para a sua realidade. A presente pesquisa parte das Teorias das Mídias Digitais na comunicação, tendo como base os eixos temáticos que propõe pensar a mídia e/ou internet como mediador das relações pessoais e espaço de tensão política, hegemonia e resistência (MARTINO, 2014). Por conseguinte, as escolhas metodológicas serão orientadas por este princípio, em convergência com os teóricos utilizados. A figura a seguir compõe o desenvolvimento do modelo de análise, adotado na presente pesquisa.

Figura 7 - Percurso teórico-metodológico da pesquisa

Instrumentos de Pesquisa



Sistematização e Análise



Fonte: elaborado pela autora, 2021.

Toda pesquisa séria deve estar ancorada em um arcabouço teórico sólido, que consiga dar conta da discussão proposta de forma fundamentada. Assim, a pesquisa bibliográfica é mais que uma revisão de literatura, mas sim “implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório” (LIMA; MIOTO, 2007, p. 38). Com isso, é possível averiguar o que já foi escrito que delinea o tema, além de outros trabalhos que possam contribuir para o desenvolvimento e elucidação das questões da dissertação. Dessa forma,

A pesquisa bibliográfica possibilita um amplo alcance de informações, além de permitir a utilização de dados dispersos em inúmeras publicações, auxiliando também na construção, ou na melhor definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto (LIMA; MIOTO, 2007, p. 40 apud GIL, 1994).

A pesquisa documental é muito próxima da pesquisa bibliográfica, contudo, é importante realizar a distinção entre os instrumentos. Enquanto a pesquisa bibliográfica se ocupa principalmente de documentos científicos, a documental busca informações que não receberam nenhum tratamento científico. Para o presente trabalho, a pesquisa documental se faz necessária para buscar fontes de dados que remetam diretamente ao objeto de pesquisa, o caso de Mariana Ferrer. Portanto, entre os instrumentos

O elemento diferenciador está na natureza das fontes: a pesquisa bibliográfica remete para as contribuições de diferentes autores sobre o tema, atentando para as fontes secundárias, enquanto a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias (SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p. 6)

O que pode ser classificado como documento tende a variar conforme o autor, mas de forma geral podem ser relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, fotografias, entre outros. Ainda, a Internet ampliou o entendimento do que pode ser classificado como documento. Hoje, entre um documento digital e hipertextual, as possibilidades são infinitas. Um documento digital pode ser entendido como “um conjunto de dados organizados segundo uma estrutura estável e associada a regras que permitiriam sua legibilidade partilhada entre o criador e os leitores” (SIQUEIRA, 2012, p. 134). Assim, tanto as diferentes notícias que são disponibilizadas online quanto as postagens nas redes sociais podem ser entendidas como documentos, necessários para a construção do *corpus* da pesquisa.

A análise de documentos deve, então, servir para produzir conhecimentos e criar novas formas de compreender fenômenos. É uma etapa essencial, pois constitui o objeto de pesquisa, mas deve ser observada conforme a metodologia proposta, pois a documentação por si só nada explica. Assim, as informações devem ser extraídas e agrupadas de forma que sejam úteis para realizar as inferências e reflexões que a pesquisa se propõe. Além disso, a pesquisa documental é importante para a contextualização do objeto de pesquisa, aspecto essencial para a investigação, uma vez que nenhum fenômeno ocorre isolado da cultura e da sociedade.

Para o presente estudo, os principais documentos utilizados foram digitais e hipertextuais, sendo eles reportagens e postagens das redes sociais. Para selecionar as reportagens, o Google Notícias foi utilizado. É importante ressaltar que existem diferentes métodos e técnicas para interpretar conteúdos jornalísticos. Contudo, este não será o foco do trabalho, pois a pesquisa se baseia principalmente na análise dos dados das redes sociais. As reportagens são importantes para reconstruir o caso do objeto de estudo e para enquadrar os dados das redes sociais em um contexto mais amplo. Para extrair os dados do Twitter, foi

necessária uma conexão com a API do Twitter⁵⁵.

Dessa forma, será utilizada a observação empírica para analisar o fenômeno estudado do caso da hashtag #JustiçaPorMariFerrer, utilizando as teorias adotadas para compreender contexto e dar o norte para reflexão. Para tal, serão utilizadas autoras como Clark (2016), que aponta que o feminismo de hashtag se constitui através de uma narrativa dramática com um início, crise e fim, Young (2002) que fala das funções políticas das narrativas, e Papacharissi (2015) que define tendências dos públicos afetivos que se formam em tais movimentos. Tais autoras darão a base para compreender mais aspectos das manifestações, mas não se limitam a elas. Além disso, os teóricos utilizados ao longo do trabalho auxiliarão a definir ângulos interpretativos capturados pela sistematização e análise do corpus textual do Twitter, que requer o uso de metodologias específicas para conseguir manusear uma quantidade tão grande de informações. Com base especialmente nos trabalhos de Recuero, Malini e Papacharissi, utilizamos a Análise de Conteúdo de Bardin (2011) como principal referência metodológica, sem deixar de lado os princípios que compõe a Descoberta de Conhecimento nas Bases de Dados (mais conhecido como KDD, sigla em inglês), processo criado justamente para se manter o rigor científico quando se lida com um número muito elevado de dados.

5.1 Abordagem da Pesquisa

O quadro referencial teórico, o objeto de estudo e as perguntas estabelecidas foram direcionando a abordagem da pesquisa. Com o desenvolvimento da investigação, começou a se evidenciar a necessidade de uma abordagem que mesclasse o quantitativo e qualitativo. O quantitativo se mostrou necessário especialmente na primeira parte da investigação, para dar conta do grande volume de dados das redes sociais e para conseguir explicitar os caminhos a serem seguidos. Porém, apenas os dados estatísticos não seriam capazes de responder as perguntas levantadas pelo trabalho, sendo necessária uma abordagem qualitativa para dar prosseguimento na investigação.

Minayo e Sanches (1993, p. 239) apontam que “um bom método será sempre aquele,

⁵⁵ Do inglês *Application Programming Interface* (Interface de Programação de Aplicação), é a comunicação de serviço entre duas aplicações, reguladas por um contrato que define como as duas se comunicam usando solicitações e respostas.

que permitindo uma construção correta dos dados, ajude a refletir sobre a dinâmica da teoria”. Assim, as diferentes abordagens não devem ser encaradas como oposição, mas sim como complementares, uma vez que a própria complexidade da realidade exige diferentes pontos de vista para que seja possível compreender o todo. A natureza das abordagens é diferente. A quantitativa tem como prática explicitar dados e tendências observáveis, geralmente de um grande volume de dados, tornando-os inteligíveis; já a qualitativa procura se aprofundar na complexidade de fenômenos (MINAYO; SANCHES, 1993).

É importante ressaltar que, do ponto de vista epistemológico, não há uma abordagem mais científica que a outra. Ambas possuem suas potências e fragilidades. A pesquisa qualitativa deve tomar cuidado com os subjetivismos, enquanto a quantitativa deve se precaver de não avaliar bem as variáveis e o contexto em que os dados estão inseridos. Assim, mais uma vez a junção das duas abordagens se mostra como potência, auxiliando a não incorrer em tais erros. Dessa forma, a questão não é a escolha de uma abordagem *versus* a outra, e sim a sensibilidade do pesquisador para compreender como cada abordagem pode responder à pergunta proposta pelo trabalho. Portanto,

Considerando os recursos materiais, temporais e pessoais disponíveis para lidar com uma determinada pergunta científica, coloca-se para o pesquisador e para a sua equipe a tarefa de encontrar e usar a abordagem teórico-metodológica que permita, num mínimo de tempo, chegar a um resultado que melhor contribua para a compreensão do fenômeno e para o avanço do bem-estar social (GUNTHER, 2006, p. 2017).

Assim, utilizaremos o rigor estatístico dos *softwares*⁵⁶ para conseguir manejar com precisão um grande volume de dados e conseguir analisar aspectos quantitativos e lidaremos com dados qualitativos para poder se aprofundar nos significados dos textos e nos resultados que vão além dos números. Os números conseguem dar uma dimensão do comportamento dos dados sob um aspecto que dá apoio para que possamos nos aprofundar na análise qualitativa, explorando as mensagens e seus significados.

5.3 Sistematização e Análise de Dados

⁵⁶ Um software é um serviço computacional utilizado para realizar ações nos sistemas de computadores ou algum outro aparato eletromecânico.

A Análise de Conteúdo se mostrou a melhor abordagem para dar conta de todos os aspectos da pesquisa. Ela surgiu nos Estados Unidos, em meio ao desenvolvimento das técnicas modernas do século XX da análise das comunicações. Conceitualmente, é uma técnica das ciências humanas e sociais destinada à “investigação de fenômenos simbólicos por meio de várias técnicas de pesquisa, ocupando-se basicamente com a análise de mensagens” (GONÇALVES, 2016, p. 278). Ela nasceu da busca de se obter maior objetividade na análise textual. Sendo assim, ela compreende tanto aspectos quantitativos, pelo cálculo de frequências, como qualitativos, pela interpretação e inferência, dependendo das técnicas adotadas.

Segundo Flick (2009), o objetivo principal na Análise de Conteúdo é reduzir o material empírico. Dessa forma, mais uma vez a Análise de Conteúdo se mostra ideal para a presente pesquisa, uma vez que o corpus de dados das redes sociais é demasiadamente grande, sendo humanamente impossível analisar particularmente cada segmento de texto. Assim, a técnica possui um “conjunto de procedimentos e técnicas para extrair o sentido de um texto por meio de unidades elementares” (GONÇALVES, 2016, p. 282).

Como a pesquisa tem como *corpus* dados de redes sociais, não é possível realizar todos os procedimentos da AC sem considerar princípios da Mineração de Dados. Isso porque quando o volume de dados é tão extenso, é preciso tomar certos cuidados. O trabalho propõe uma correlação entre as etapas da Análise de Conteúdo com a Descoberta de Conhecimento nas Bases de Dados (KDD). As metodologias nascem de áreas diferentes, contudo estão alinhadas em relação ao que se propõe, como explicitado no quadro abaixo.

Quadro 1 – Relação entre AC e KDD

| Análise de Conteúdo | KDD |
|----------------------------|------------------------------------|
| Organização da análise | Seleção dos Dados |
| Codificação | Pré-processamento Transformação |
| Categorização | Mineração de Dados |
| Inferência | Avaliação |

Fonte: elaborado pela autora, 2021.

É importante salientar que as etapas se entrelaçam, não sendo também um processo linear, uma vez que frequentemente é necessário reavaliar uma etapa anterior. Tais passos

funcionam como guia. Ao longo do estudo, diferentes técnicas, softwares e possibilidades são testadas, pois o principal objetivo é descobrir as formas mais eficientes para responder aos questionamentos da pesquisa.

5.4 A Análise de Conteúdo

De acordo com Bardin (2011, p.15), a Análise de Conteúdo (AC) é “um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a "discursos" (conteúdos e continentes) extremamente diversificados”. Krippendorff (2012) considera uma das mais importantes técnicas das ciências sociais e diz que analisar textos nos contextos de seus usos distingue a Análise de Conteúdo de outros métodos de investigação. Para esta pesquisa, a Análise de Conteúdo foi julgada ser a mais adequada tanto pelo contexto, que trabalha com um volume muito grande de dados textuais extraídos das redes sociais, quanto pelo exemplo de outras pesquisas sobre o tema, que se utilizam da AC para chegar às suas conclusões, como no trabalho de Papacharissi (2015), uma das principais referências teóricas para o presente trabalho.

Existem diferentes técnicas dentro da AC, que podem variar conforme a pergunta que busca ser respondida. De forma geral, geralmente o método é dividido em: organização da análise, codificação, categorização (sendo esta uma das técnicas possíveis, porém uma das mais utilizadas) e a inferência. Dentro de cada uma das etapas, existem passos a serem seguidos que facilitam e direcionam a organização e interpretação dos dados. Como a pesquisa lida com dados de redes sociais, os princípios da Mineração de Dados serão considerados, em conjunto com as recomendações de Bardin (2011).

Na organização da análise, os polos cronológicos da AC definidos por Bardin (2011) são: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. A pré-análise é a fase da organização propriamente dita. Ela possui três missões: escolha dos documentos submetidos a análise, formulação de hipóteses e dos objetivos e elaboração de indicadores para a interpretação final (BARDIN, 2011). A exploração do material nada mais é que a aplicação sistemática do que foi definido. A fase final de tratamento dos dados se constitui na interpretação dos resultados obtidos, conforme os objetivos e hipóteses estabelecidas.

A codificação na AC é a forma de se definir *porque* se analisa (a teoria) e *como* o material será analisado (a técnica). “Tratar o material é codificá-lo” (BARDIN, 2011, p. 133). Assim, é necessário transformar os dados brutos do texto para atingir a representação do conteúdo ou da sua expressão. No caso de uma análise quantitativa e categorial, a codificação compreende três escolhas: o recorte, a enumeração e a classificação e agregação. Assim, como mencionado anteriormente, o Power BI e o Iramuteq serão úteis para realizar tal operação, uma vez que o grande volume de dados de texto impede que o processo seja realizado manualmente. É importante ressaltar, como Bardin (2011) aponta, que o computador não pode ser tomado como “mágico”. O uso da tecnologia só é possível se o investigador conhecer suficientemente os dados e o contexto e se for capaz de traduzir isso para o programa utilizado.

Bardin (2011) mostra que a divisão das mensagens analisadas em categorias não é uma etapa obrigatória em toda Análise de Conteúdo, em vista que esta se configura como uma das técnicas possíveis, ainda que seja a mais recorrente. Assim, para o presente trabalho, optou-se por fazer o uso da Análise Categorial.

Quadro 2 – Técnicas da Análise de Conteúdo

| Técnica | Descrição |
|--------------------|--|
| Análise Categorial | Funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos. Entre as possibilidades de categorização, encontra-se a investigação dos temas ou a análise temática (BARDIN, 2011). |

Fonte: retirado e adaptado de Gonçalves (2016, p. 283).

A categorização é uma operação de classificação de elementos que podem seguir critérios semânticos (como categorias temáticas), sintáticos (verbos, adjetivos), léxicos (sentidos próximos) e expressivo (por exemplo, diversas perturbações da linguagem). Classificar elementos é resultado de uma investigação da parte comum entre os elementos analisados. A categorização tem como objetivo primário fornecer uma representação simplificada dos dados brutos, extremamente útil na presente pesquisa que trabalha com tantos dados, etapa que neste caso também recorrerá ao uso de softwares.

A etapa final, de inferência, é quando se entende de fato os resultados obtidos ao longo do processo. De acordo com Bardin (2011), os polos de análise podem remeter aos elementos clássicos da comunicação: a mensagem e o seu suporte ou canal ou o emissor e o receptor.

Contudo, toda análise de conteúdo passa pela análise da própria mensagem, passando pelo plano do código e da significação. O código é um indicador capaz de revelar realidades subjacentes. Por conseguinte, os códigos suportam e estruturam uma significação que a mensagem fornece: mitos, símbolos e valores.

5.4.1 Análise Categorical

Implicitamente, a Análise de Conteúdo está baseada na crença que a categorização, ou seja, a passagem de dados brutos para dados organizados, revela índices invisíveis (BARDIN, 2011). Entretanto, para que tal processo ocorra de forma coerente, é necessário estar muito consciente de que critérios serão utilizados para a criação das categorias. No presente trabalho, as categorias devem conseguir indicar sobre o que se tratam os diferentes tweets que compõe o ativismo ciberfeminista da hashtag #JustiçaPorMariFerrer, para assim evidenciar pistas dos conteúdos e ações mais pertinentes para o desenvolvimento da narrativa do movimento.

Segundo Bardin (2011), a categorização pode empregar dois processos inversos: a primeira opção é que o sistema de categorias é fornecido previamente e os dados são distribuídos à medida que vão sendo encontrados, processo útil quando a organização parte de uma teoria previamente utilizada; a segunda forma de proceder é sem um sistema, ela resulta da classificação analógica e progressiva. No presente trabalho, o software utilizado realiza a categorização com base nos segmentos de texto, criando as categorias após a classificação progressiva.

Aqui nesta etapa também serão utilizados os princípios da Mineração de Dados. Antes do desenvolvimento de softwares, cada etapa da categorização era realizada de forma manual. Contudo, os dados do *corpus* que serão analisados na pesquisa são de uma rede social, o Twitter, e representam um volume demasiadamente extenso, sendo impraticável a categorização de cada segmento de texto manualmente. Assim, não é possível trabalhar com tantos dados sem o auxílio de diferentes softwares, tanto para a extração de dados como para a classificação em si. O Iramuteq é responsável principalmente pela definição de classes, que irão orientar as diferentes categorias.

Uma boa categoria deve possuir algumas qualidades: 1) *exclusão mútua*: cada

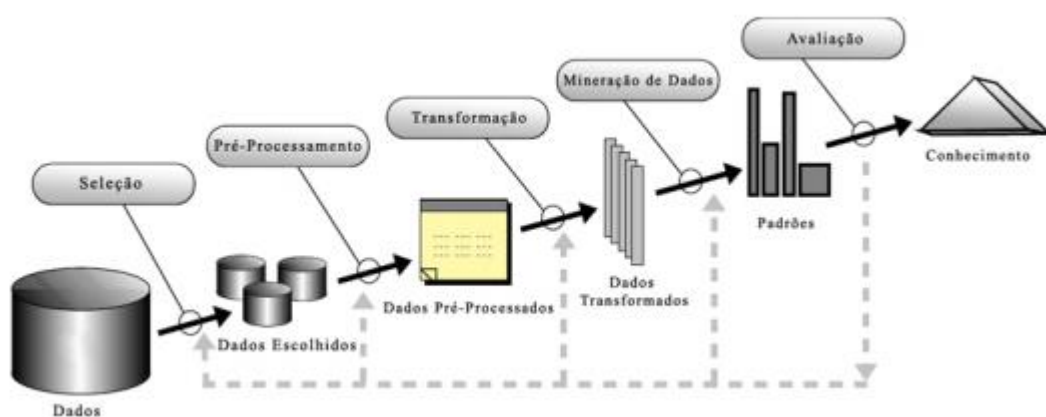
elemento não pode existir em mais de um grupo; 2) *homogeneidade*: um mesmo princípio deve direcionar o agrupamento; 3) *pertinência*: uma categoria é pertinente quando pertence ao quadro teórico definido e reflete as intenções da investigação; 4) *objetividade e a fidelidade*: as diferentes partes de um mesmo material devem ser codificadas da mesma maneira, as variáveis devem ser claramente definidas; por fim, 5) *produtividade*: ela deve fornecer resultados férteis para que seja possível realizar inferências.

5.5 O KDD

Em uma pesquisa que aborda tanto as dinâmicas das redes sociais como com o conteúdo que circula nas mesmas, é necessário buscar uma abordagem que consiga lidar tanto com a grande quantidade de dados quanto com a mensagem em si. Para isso, é necessário mesclar diferentes métodos, de forma que seja possível dar conta da multiplicidade de dados e para conseguir responder aos questionamentos da pesquisa. Há a necessidade, então, de transformar dados em conhecimento, e por isso recorreremos a técnicas de mineração de dados.

A Descoberta de Conhecimento nas Bases de Dados (*Knowledge Discovery in Databases*, mais conhecido como KDD) é um processo muito utilizado para essa finalidade. Ele consiste em tais etapas:

Figura 8 - Etapas do processo do KDD segundo Fayyad (1996)



Fonte: retirado de Camilo e Silva (2009).

Em cada etapa, diferentes técnicas são necessárias para conseguir prosseguir em

direção a resposta da pergunta inicial, sendo que podem existir loops entre uma ou duas etapas, pois não é um processo sempre unidirecional. A escolha de dados coletados, a seleção dos dados, os procedimentos para transformar os dados, os parâmetros utilizados para criar padrões, todas as etapas e escolhas dizem respeito a uma visão de mundo e a uma das infinitas possibilidades que existem para que haja o tratamento de dados.

Assim, primeiro é necessário definir onde buscaremos os dados. Para o presente trabalho, definimos o Twitter como nossa fonte principal, uma vez que é principalmente nesta plataforma que os movimentos ativistas se articulam, especialmente com a construção de micronarrativas e narrativas colaborativas. É importante ressaltar que o Instagram é uma fonte muito rica de dados e que a hashtag também circulou muito nele, porém a quantidade de informações de duas redes sociais seria demasiadamente grande para o escopo e tempo da dissertação do mestrado. Para coletar os dados do Twitter, foi utilizado um *scrap*⁵⁷.

Escolhida a fonte, é necessário selecionar os dados. O primeiro critério de seleção é a própria hashtag #JustiçaPorMariFerrer. Há o entendimento que muitas outras pessoas comentaram sobre o caso sem, contudo, taggear com a hashtag, até pela própria dinâmica do Twitter que hoje não coloca nos Trending Topics apenas hashtags, mas qualquer termo que seja muito repetido na rede. Contudo, como o foco são as conexões ativistas promovidas pelas hashtags, focaremos apenas nela, que é a mais representativa do caso. O segundo critério é o temporal. Como busca-se compreender como as narrativas do caso são construídas, foi delimitado o início como o mês de maio de 2019, data das primeiras postagens de Mariana expondo seu relato, até novembro de 2020, mês da mobilização nacional pelo caso.

Nas etapas de pré-processamento e transformação dos dados foi designado o que será considerado em cada dado coletado, além de realizar a ‘limpeza’ destes. Por limpeza, entende-se tirar o que não é relevante para a análise, como por exemplo remover as preposições das frases, se elas não forem necessárias para responder aos questionamentos. Nas duas últimas etapas, serão necessárias técnicas diferentes para avaliar padrões, por meio dos dados quantitativos e então realizar o aprofundamento qualitativo da análise. Na Análise de Conteúdo, essas etapas correspondem a codificação.

Para o presente trabalho, dois softwares serão utilizados para gerar e analisar padrões

⁵⁷ Programas escritos para um sistema de tempo de execução especial que automatiza a execução de tarefas.

dos dados: o Power BI⁵⁸ e o Iramuteq⁵⁹. O Power BI é um serviço de análise da Microsoft que fornece visualizações interativas dos dados. Ele é um software que pode ser experimentado gratuitamente, versão que foi utilizada. No presente trabalho, ele será útil para visualizar a totalidade dos dados extraídos do Twitter e assim guiar o foco da análise. Sabendo que o volume de dados é demasiadamente grande, serão selecionados os principais momentos de interação do Twitter, com maior engajamento, para assim se realizar uma investigação mais aprofundada. Esta etapa se faz necessária para compreender a cronologia do movimento, desde o início dos comentários no Twitter até o momento em que houve manifestações nas ruas. Assim, será possível traçar a narrativa que foi construída ao longo do tempo e os momentos cruciais para o desenvolvimento dela.

Após selecionados os períodos de análise com o Power BI, o Iramuteq irá auxiliar na categorização dos dados. O Iramuteq é um software gratuito e com código aberto.⁶⁰ que permite fazer análises estatísticas sobre corpus textuais e tabelas indivíduos/palavras. Ele fundamenta-se no software R⁶¹ e na linguagem Python⁶². Alguns tipos de análises possíveis são: análise de similitude, Classificação Hierárquica Descendente (CHD) pelo método de Reinert, nuvem de palavras, análise lexicográfica, entre outras. O Iramuteq será útil para auxiliar na interpretação da grande quantidade de texto dos tweets, direcionando a codificação e a categorização da Análise de Conteúdo, etapas que serão descritas mais à frente. Para a categorização, o método de Reinert será a principal análise utilizada como guia, pois é a técnica responsável por agrupar todo o corpus em classes, baseando-se na estrutura sintática. Contudo, as outras análises apresentadas pelo software também serão úteis para revelar ainda mais aspectos do texto e contexto.

O Iramuteq possui um alto rigor estatístico, o que garante a precisão da categorização em um volume tão grande de segmentos de texto, conseguindo assim evidenciar o conteúdo

⁵⁸ Disponível em: <https://powerbi.microsoft.com/pt-br/>.

⁵⁹ Disponível em: <http://www.iramuteq.org/>.

⁶⁰ Termo utilizado para designar um software que possui seu código fonte aberto para qualquer usuário.

⁶¹ Disponível em: www.r-project.org.

⁶² Disponível em: <https://www.python.org/>.

simbólico proveniente dos materiais textuais. A Classificação Hierárquica Descendente só foi possível a partir da criação do ALCESTE por Reinert (1990), um programa que possibilita a recuperação do contexto em que as palavras ocorrem. Dessa forma, além de permitir a análise lexical, oferece contextos, caracterizados por um vocabulário específico. Com essa técnica é possível integrar níveis de análise quantitativo e qualitativo, trazendo objetividade, mas também possibilidade de interpretações.

A CHD ocorre de forma que o software chegue a uma classificação estável e definitiva. As classes são formadas por segmentos de texto que são ao mesmo tempo semelhantes entre si e diferente das outras classes (CAMARGO, 2005), seguindo também o que é proposto por Bardin na categorização. O software, então, organiza os dados em um dendrograma, que ilustra a relação entre as classes. Além disso, o programa também calcula os segmentos de texto mais característicos de cada classe, permitindo a contextualização. No nível interpretativo, cada classe expressa uma “noção de ‘mundo’, enquanto um quadro perceptivo-cognitivo com certa estabilidade temporal associado a um ambiente complexo” (CAMARGO, 2013). No campo da linguística e comunicação, elas podem ser interpretadas como campos lexicais ou contextos semânticos, mas também indicar conhecimentos do senso comum sobre um dado assunto.

Além da CHD, também há a Nuvem de Palavras e a Análise de Similitude, que é baseada na teoria dos grafos. Ela possibilita identificar as coocorrências entre palavras e suas conexões, auxiliando a evidenciar a estrutura da representação. A teoria dos grafos nasce com o matemático *Ëuler*, por volta do século XVIII. Um grafo é “uma representação de um conjunto de nós conectados por arestas, formando uma rede” (RECUERO, 2004, p. 1). Na sociologia e comunicação, autores como Degenne e Forsé (1999), Watts (2003) e Wellman (1998) utilizam o princípio dos grafos nas análises de redes sociais. Um dos aspectos da análise é o foco na relação estrutural da rede com o grupo social, que, de acordo com esse pensamento, revela que “as redes pessoais são assinaturas de identidade social - o padrão de relações entre os indivíduos está mapeando as preferências e características de alguém, o centro da rede” (RECUERO, 2004, p. 2). Já a Nuvem de Palavras agrupa e organiza os segmentos conforme sua frequência, sendo útil para apresentar de forma clara quais foram os termos mais utilizados.

5.5.1 Extração de dados do Twitter

Para capturar as narrativas construídas no Twitter, optou-se por extrair os tweets com a hashtag #JustiçaPorMariFerrer. O volume de dados é demasiadamente grande, logo uma extração manual seria improdutiva e imprecisa, uma vez que muitos tweets importantes poderiam ser arbitrariamente deixados de lado. Assim, foi necessário recorrer a uma técnica capaz de capturar o máximo de dados da rede social para então ser possível proceder com a análise do caso. É importante ter em mente que desde o início, princípios da mineração de dados foram levados em consideração.

Os dados foram extraídos do Twitter, através conexão com a API do Twitter, em que informações relevantes de sites são coletadas através de *bots*⁶³. Para o presente trabalho, foi utilizado um *script* em Python⁶⁴.

Assim, o recorte temporal definido foi do dia 01 de maio de 2019, dia da primeira publicação de Mariana sobre seu caso, até o dia 30 de novembro de 2020, final do mês em que ocorreram manifestações em prol de Mariana no Brasil inteiro. Para filtrar as buscas, selecionamos todos os tweets disponíveis publicamente com a hashtag #JustiçaPorMariFerrer⁶⁵. Contudo, tal hashtag só passou a ser utilizada a partir do dia 28 de setembro de 2019. Desta forma, ao total, foram coletados 222,81 mil tweets.

O *script* coletou os dados disponíveis, que incluem o nome de usuário (a @), nome, a data e horário, o conteúdo do tweet, e os números de *likes*, *retweets* e *replies*. Os dados foram exportados em formato *comma-separated values* (csv.)⁶⁶. Após a extração dos dados, os softwares apresentados na pesquisa serão utilizados para tratar o *corpus* e identificar padrões.

5.5.2 A Lei Geral de Proteção de Dados

⁶³ ‘Bot’ é abreviação de robô em inglês, e é uma aplicação de software concebido para simular ações repetidas vezes de maneira padrão.

⁶⁴ Uma série de instruções executadas de maneira ordenada na linguagem Python.

⁶⁵ É importante salientar que tweets podem ter sido excluídos após a data da coleta dos dados, não estando mais disponíveis online. Além disso, pode ser que alguns tweets tenham sido deixados de fora por alguns erros ocorridos na coleta, contudo, pelo volume de dados, a perda é mínima..

⁶⁶ O formato CSV é um arquivo de texto que faz uma ordenação de bytes, separando valores com vírgulas.

Realizar uma pesquisa nas redes sociais é complexo não só pelas dificuldades e limitações técnicas, mas também pelas questões éticas. As questões relacionadas a privacidade e Internet ainda são novas e não há pleno consenso sobre o que é permitido e o que não é. Além disso, a legislação segue em constante atualização, e o que é permitido hoje pode não ser permitido daqui alguns meses. Dessa forma, a presente pesquisa toma os cuidados necessários para extrair e manipular dados das redes sociais.

A legislação em vigor atualmente no Brasil é a LGPD, Lei Geral de Proteção de Dados. É a lei nº 13.709⁶⁷, que foi aprovada em agosto de 2018 e com vigência a partir de agosto de 2020. Ela foi criada com o intuito de proteger dados pessoais e alguns de seus fundamentos são: o respeito à privacidade, a autodeterminação informativa, a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem, entre outros. Segundo últimas resoluções (setembro de 2021), a Lei não se aplica ao tratamento de dados pessoais para fins acadêmicos se utilizado para a realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais (art. 7º, inciso IV). Dessa forma, até o presente momento da pesquisa, as técnicas de extração de dados são lícitas e podem ser realizadas, conforme o que a plataforma Twitter também permite. Contudo, o trabalho não identificará os autores das postagens analisadas, garantindo assim a privacidade dos internautas. O foco da análise será no conteúdo e em como eles se relacionam.

O Comitê de Ética em Pesquisa da UFG ainda não possui resoluções específicas para os tipos de dados trabalhados nesta pesquisa, uma vez que não se trata do contato direto com os autores das postagens. As orientações gerais da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) são com relação principalmente à segurança na transferência e no armazenamento dos dados, uma vez que é responsabilidade do pesquisador o armazenamento adequado, bem como os procedimentos para assegurar o sigilo e confidencialidade.

⁶⁷ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2018/Lei/L13709.htm. Acesso em: 10 set 2021.

5. NARRANDO #JUSTIÇAPORMARIFERRER

*Hoje completou três anos do crime. Fecho meus olhos e revivo toda dor em um looping de sensações angustiantes mas também vejo tudo que suportei e sobrevivi. Eu aguento e nunca vou parar. “Finalmente a justiça foi feita por mim e por todas nós” Este também é um tweet premonitório.
(texto retirado de tweet)*

Tendo em vista o escopo do presente trabalho, faz-se necessário retomar os objetivos iniciais, a saber: como objetivo geral, aferir como a hashtag #JustiçaPorMariFerrer funciona como recurso de construção de narrativas ciberfeministas e, como desdobramentos de tal questão, compreender quais as formas de mobilização cívica e expressão política

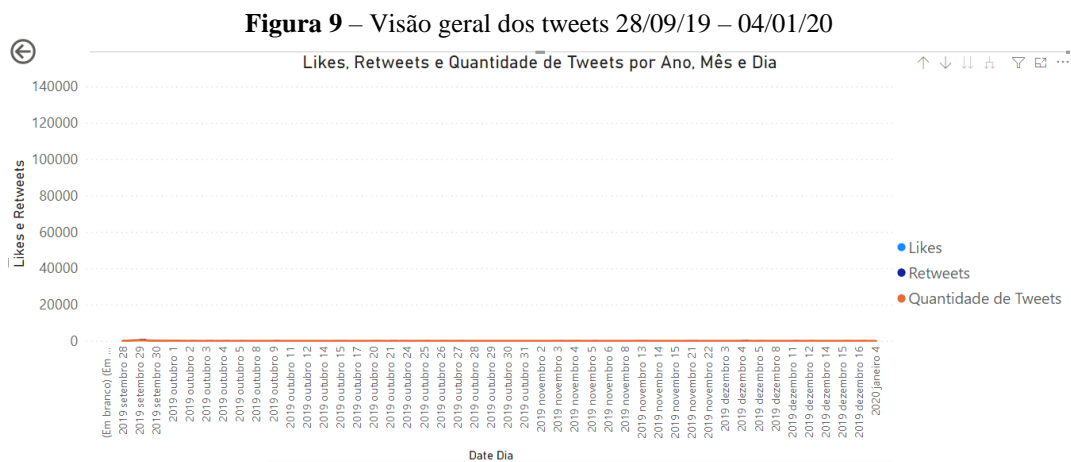
desenvolvidas a partir do feminismo de hashtag do caso estudado e qual a relação entre o público e o privado na construção de tais narrativas. Para isto, articularemos as teorias até aqui discutidas com as análises dos tweets do movimento.

Dessa forma, será conduzida uma observação empírica para conseguir extrair informações do objeto de estudo. Em primeiro lugar, estudaremos a construção do movimento ao longo do tempo, como a narrativa se inicia e se desdobra na rede. Para isso, utilizaremos como base Clark (2016) que fala da forma narrativa dos movimentos em rede. Em seguida, será explorado quem são os atores que compõe a narrativa. Assim, será analisado os elementos da enunciação, quem fala e a quem é endereçado e as características afetivas dos públicos que se formam, utilizando a teoria de Papacharissi (2015). Em terceiro lugar, a análise categorial em si será mais explorada, evidenciando assim as principais temáticas que compuseram os debates. Após, olharemos com mais calma para o que de fato levou a uma desestabilização da narrativa, para, por fim, compreender quais as funções políticas da narrativa, proposta por Young (2002).

É importante reforçar que o objetivo não é analisar tweet por tweet, mas sim, explorar diversos aspectos das narrativas construídas através de #JustiçaPorMariFerrer. Não podemos perder de vista que aqui o foco está nos dados extraídos das redes sociais, especialmente o Twitter. Por isso, muitos aspectos do caso em si serão deixados de fora, pois não é o foco do trabalho analisar o processo jurídico, mas sim entender como as pessoas se engajam em narrativas ciberfeministas através de *tags*, ou nós na rede.

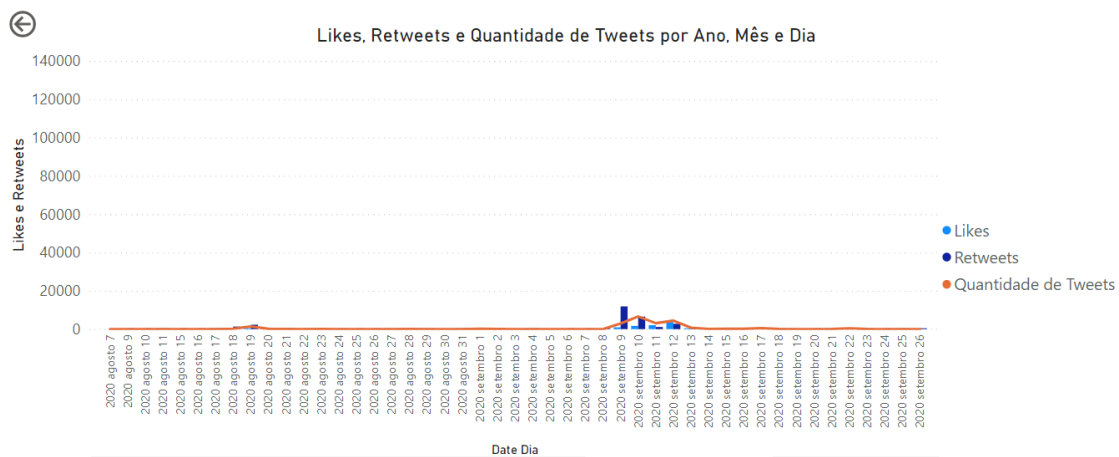
Partimos do pressuposto de Clark (2016) que aponta que a forma narrativa do feminismo por hashtag também pode ser evidenciada na construção do movimento. Segundo a autora, o processo pelo qual um movimento de feminismo por hashtag se desenvolve em um protesto de alta visibilidade é justamente sua forma narrativa, com um começo, crise/conflito e um fim, fazendo um paralelo aos elementos de uma performance dramática eficaz. Esses são os mecanismos sociais por trás desse tipo de manifestação. Assim, a lógica narrativa de uma hashtag – sua capacidade de produzir e conectar histórias - alimenta seu crescimento político. Clark (2016) enquadra o feminismo por hashtag como um ‘drama social’. A ação coletiva segue uma estrutura de mudança por meio de uma série dramática de eventos. Assim, a ação coletiva tem uma natureza performativa, especialmente protestos como o feminismo por hashtags, que buscam desconstruir discursos dominantes.

Foi considerado o dia 29 de junho de 2019 como o marco inicial da repercussão do caso no Twitter, visto que a jovem já havia relatado o seu caso anteriormente em outra rede social. Portanto, é necessário tratar e transformar os dados para que seja possível visualizar como os usuários se comportam ao longo do tempo. Dessa forma, o primeiro movimento para a organização do *corpus* de tweets foi observar os dados com o auxílio do Power BI. O software permitiu identificar quais foram os períodos com maior movimentação nas redes sociais com a hashtag #JustiçaPorMariFerrer, através de uma análise temporal.



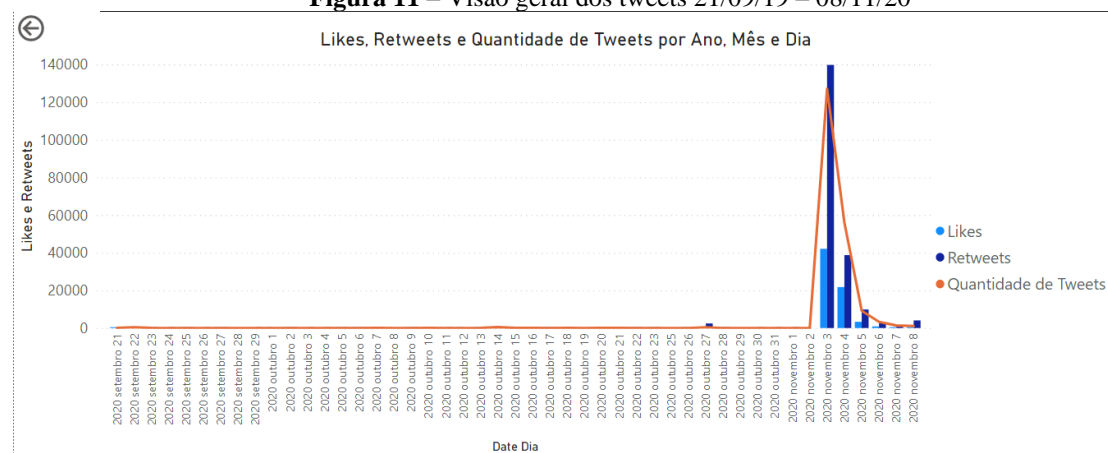
Fonte: captura de tela do Power BI (2021)

Figura 10 – Visão geral dos tweets 07/08/20 – 26/09/20



Fonte: captura de tela do Power BI (2021)

Figura 11 – Visão geral dos tweets 21/09/19 – 08/11/20



Fonte: captura de tela do Power BI (2021)

Assim, busca-se analisar os períodos em que houve maior movimentação nas redes sociais para compreender em qual momento da narrativa se enquadram, entendendo também o que causou maior número de engajamento com a hashtag em cada período selecionado. Para determinar os momentos analisados, o que mais interessa ao trabalho não é selecionar a mesma quantidade de dias, mas sim identificar os momentos em que a movimentação na rede social teve um número maior de *likes*, *retweets* e *tweets*. O quadro a seguir resume os dados de cada período com maior engajamento.

Quadro 3 – Resumo dos dados com a hashtag #JustiçaPorMariFerrer

| Período | Quantidade de Tweets | Número de likes | Número de retweets |
|-----------------------|----------------------|-----------------|--------------------|
| 28 – 29 setembro 2019 | 437 | 77 | 1.229 |
| 18 – 19 agosto 2020 | 1.638 | 247 | 3.640 |
| 8 – 13 setembro 2020 | 17.860 | 8.470 | 22.317 |

| | | | |
|---------------------|---------|--------|---------|
| 1 – 8 novembro 2020 | 198.009 | 68.837 | 196.488 |
|---------------------|---------|--------|---------|

Fonte: elaborado pela autora (2021)

Foi possível observar uma progressiva evolução no engajamento, coerente com a ideia que os movimentos ativistas mediados por hashtags possuem uma lógica narrativa que progride ao longo do tempo até atingir seu clímax e depois, chegar ao período de reintegração. A hashtag #JustiçaPorMariFerrer surge algum tempo após os primeiros relatos de Mariana na Internet e vai ganhando cada vez mais adesão com o passar do tempo, tendo momentos de maior engajamento conforme existia alguma movimentação atípica nas redes sociais, no caso ou na mídia de forma geral.

É interessante notar que, de forma geral, o número de retweets é sempre maior se comparado com as duas outras métricas consideradas nessa primeira análise. O retweet é o compartilhamento no Twitter, que pode revelar que mesmo se o usuário não escrever algo de sua autoria, ele está endossando o que já foi escrito, geralmente compartilhando do mesmo pensamento. Há quem possa compartilhar um tweet para rebater ou questionar, mas a princípio, no caso analisado, não é o que ocorre. O ato de compartilhar é também o ato de se identificar. É uma ação na rede social que requer menos atenção que elaborar um tweet: com apenas poucos toques, a mensagem é compartilhada, reverbera entre as *timelines* e fica gravada no perfil do usuário.

Para investigar melhor os períodos de maior engajamento nas redes ao longo do tempo, utilizamos a lógica de Clark (2016) para organizar a análise e compreender o que cada momento significa dentro da narrativa, passando então pelo começo, crise e reintegração. Para ser possível realizar o aprofundamento nas mensagens que circularam e compreender os contextos semânticos, foram selecionados dois marcos temporais para compreender como a construção da narrativa se deu em diferentes momentos. O primeiro marco é o mês de setembro de 2020, quando há a absolvição do réu. O segundo marco é em novembro de 2020, quando ocorrem os protestos após publicação do The Intercept com a declaração do termo “estupro culposo”.

Os dois períodos foram selecionados por serem considerados momentos diferentes da narrativa, contudo, muito significativos para o desenvolvimento dela. Assim, será possível visualizar, com o auxílio do Iramuteq, a Nuvem de Palavras de cada período, dando um resumo do conteúdo circulante e o Grafo de Similitude, que aponta para as relações dos textos

em uma perspectiva de rede. Por fim, com o método de classificação CHD, o Iramuteq nos fornece classes, ou conforme Bardin (2011), categorias, que expressam com maior detalhe a análise da mensagem. Conforme a autora aponta, a análise da mensagem passa pelo nível do código e da significação. O código é um indicador que revela a realidade, que por conseguinte, suportam estruturas de significação. Dessa forma, as categorias auxiliam a examinar com cuidado as mensagens que circulam e constroem as narrativas no Twitter.

5.1 OS PERSONAGENS: quem constrói a história

Para compreender a narrativa, e imprescindível identificar os interlocutores, ou seja, quem fala, para quem, e como se comportam. Sabe-se que a força motriz para as discussões encabeçadas pela hashtag no caso estudado são especialmente mulheres e que se identificam com mulheres, ainda que se identifiquem de formas diferentes que demonstrem apoio. São elas quem falam e disputam pelos significados das narrativas, partindo de princípios que nascem com o movimento feminista. Como apontado na análise categorial, muitas das postagens se manifestam em repúdio ao sistema, mostrando assim que grande parte das manifestações são endereçadas à Justiça, mas não apenas isto, a toda a sociedade patriarcal que replica formas de violência.

Para compreender mais os personagens, mais interessante que tentar capturar aspectos demográficos de cada manifestante, é compreender como se comportam em uma manifestação em rede. A identidade dos manifestantes não é composta por uma homogeneidade de sexo, idade, localização, mas sim por tendências temporárias, em movimentos específicos. Para tal propósito, utilizaremos as definições de Papacharissi (2015) para analisar como se dá a ação conectiva por meio de públicos movidos pelo afeto.

Em primeiro lugar, *os públicos afetivos se materializam de maneira única e deixam pegadas digitais distintas*. No caso de #JustiçaPorMariFerrer, é interessante notar como o movimento se desenrola ao longo de muitos anos, tendo um estopim temporário ao final de 2020, mas que já era alimentado nas redes desde 2019. Diferentemente de outros casos de hashtags feministas, que surgiram rapidamente em um contexto específico, a hashtag do caso estudado foi aos poucos chamando atenção do público, ganhando mais força com a notícia que levou a crise do movimento. Como exemplo, o caso da #PrimeiroAssédio se deu por

conta de comentários de cunho sexual direcionado a uma criança em um programa de TV, o que fez com que um coletivo lançasse a campanha, que teve grande adesão posteriormente. De forma diferente, Mariana passou a contar sua história nas redes sociais e em dado momento, a hashtag surge espontaneamente, ganhando mais relevância e engajamento quando um portal de notícia compartilha a tese de ‘estupro culposo’.

Assim, o desenrolar da narrativa e a forma de participação são diferentes de outros casos, ainda que as tendências estejam presentes. O público que participa de #JustiçaPorMariFerrer pode ter participado de outras campanhas ativistas, mas não é uma regra e, se participaram, se expressaram de maneiras diferentes. Ainda assim, como Papacharissi (2015) aponta, o que há em comum entre os públicos é quem eles vivem as mobilizações com mais intensidade por meio do engajamento online. A revolta e a indignação pelo caso de Mariana ganham mais força quando são compartilhadas, quando várias se reconhecem na situação, de uma forma que impele os atores a expor sua opinião e demonstrar solidariedade. A raiva e a dor são ainda mais intensos quando compartilhados em rede.

Em segundo lugar, *os Públicos Afetivos apoiam a ação conectiva, embora não necessariamente coletiva*. Tais tipos de mobilizações promovem a conexão entre vários atores que, por mais que se unam em um sentimento de solidariedade e indignação, são laços efêmeros e que não estão interessados em criar conexões mais fortes e duradouras. Os indivíduos formam uma comunidade temporária, baseado em suas afinidades pessoais. Contudo, não há negociações e debates complexos, não há um movimento organizado hierarquicamente, não há deliberação para ações pragmáticas. Dessa forma, por mais que em #JustiçaPorMariFerrer se observe diversas manifestações e até mesmo coletivos organizando ações, não é um movimento homogêneo. Há a união para demonstrar a indignação, mas não há para pensar em um movimento único e contínuo, que perdure após o ápice nas redes e nas ruas. A hashtag, assim, é também uma união de pontos de vista pessoais, que se unem para formar uma narrativa colaborativa do movimento, mas não necessariamente coletiva.

A terceira característica é que *Públicos Afetivos são alimentados por declarações afetivas de opinião, fato, ou uma mistura de ambos, que por sua vez produzem feeds sempre atualizados, que conectam e pluralizam a expressão em regimes democráticos e não democráticos*. A falta de uma agenda super alinhada pode ter seus danos, contudo é também o que permite com que mais pessoas se unam e participem da manifestação, pois podem

depositar suas opiniões, afetos e emoções. Em #JustiçaPorMariFerrer, as pessoas expressam suas opiniões sobre o ocorrido, junto com uma carga emocional, que se mistura com os fatos. E, além disso, sempre atualizam a narrativa, *tweetando* sempre que sentem a necessidade de se expressar ou de compartilhar mais um acontecimento. Assim, a *timeline* do Twitter vai criando a cronologia do movimento, convocando as pessoas para as ruas e depois, mostrando o que está acontecendo nas ruas. As postagens nas redes sociais se misturam com notícias, com as manifestações nas cidades e com os pontos de vista de cada pessoa. Não é possível falar apenas sobre uma versão oficial da história. Cada participante vive a experiência de uma forma.

Em quarto lugar, *os Públicos Afetivos geralmente produzem rupturas/interrupções das narrativas políticas dominantes ao apresentarem pontos de vista sub-representados*. A narrativa que emerge com as hashtags promove uma nova visão, uma nova perspectiva, que vai contra a narrativa oficial dada pelas autoridades. A Justiça determinou uma sentença, contudo, a hashtag #JustiçaPorMariFerrer clama por um outro desfecho, pois não concorda com o resultado dado pelas instituições. Assim, o que é dado como oficial é colocado a prova, não é aceito pelas mulheres e outras pessoas que estão do lado de Mariana. Apenas com o grande engajamento essa narrativa consegue concorrer com o resultado apresentado em tribunal.

Por fim, *ambientes de 'streaming' sustentam públicos reunidos em torno de semelhanças afetivas: o impacto é simbólico, a agência afirmada é semântica, o poder é liminar*. O fluxo de atualização contínua do Twitter faz com que as pessoas estejam constantemente participando da narração do movimento, seja postando, respondendo comentários, dando *like*, *retweetando* ou apenas acompanhando a atualização da *timeline*. As pessoas são engajadas pelas semelhanças afetivas, que fazem com que elas se identifiquem e se sintam parte. Quando tantas mulheres repostam a mesma hashtag, elas estão mostrando parte do que as representa, parte do que acreditam. Mariana é um símbolo de todas as mulheres. Assim, pedir por justiça é pedir também para que as autoridades revejam seus processos, é denunciar as violências que as mulheres sofrem, é disputar pela semântica do estupro culposos. O poder que os ativistas têm pode até ser provisório, mas o impacto simbólico perdura nas mentes das pessoas e na memória coletiva.

Assim, os enunciadores são múltiplos, expressam diversas opiniões, mas formam uma

grande narrativa colaborativa. O enunciador não é o movimento feminista, nem mesmo Mariana. Tais personagens dão base para a história, mas são as diversas vozes em rede que constroem todo o movimento. E para quem falam? A quem é endereçado? É difícil também definir apenas um receptor. De uma forma mais geral, é uma resposta que questiona diretamente as instituições oficiais, mas é também para todos os atores sociais que perpetuam uma cultura de violência contra a mulher. Os públicos afetivos são efêmeros e únicos, pois se unem em momentos específicos e nunca mais apresentam a mesma conformidade e união. Contudo, tendências semelhantes se repetem em diversos movimentos, ainda que seus personagens estejam sempre se alterando.

5.2 O INÍCIO

O princípio dessa história se dá bem antes da existência da hashtag. Como mencionado no início do trabalho, no dia 20 de maio de 2019 Mariana Ferrer fez a primeira publicação dando o seu relato, no Instagram. No dia 29 de junho de 2019 Mariana também leva a história para seu Twitter. Nesses dias, dava início a longa saga que a história da jovem percorreria nas redes sociais. O número de *retweets* e curtidas do primeiro relato foi expressivo, mas a movimentação nas redes sociais não parou por aí. Durante todo o restante do ano, pessoas comentavam sobre o corrido.

Figura 12 – Postagem com primeiro relato do caso no Twitter

Me chamo Mariana Ferrer, tenho 22 anos, fui dopada, estuprada e tive minha virgindade roubada por um desconhecido em um Beach Club “conceituado” de Florianópolis aonde eu estava trabalhando como embaixadora. Relato completo no insta @/maribferrer me ajude divulgando meu caso.



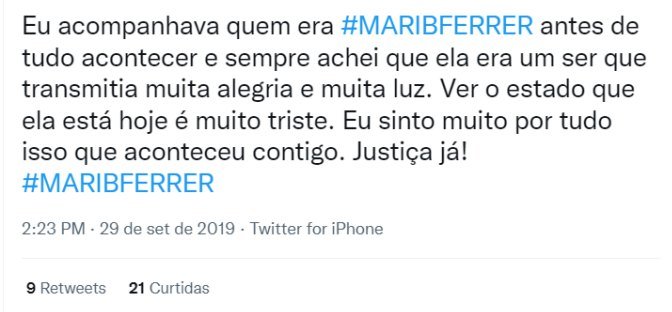
12:58 AM · 29 de jun de 2019 · Twitter for iPhone
 16,7 mil Retweets 884 Tweets com comentário 24 mil Curtidas

Fonte: captura de tela do Twitter (2022)

Na primeira postagem de Mariana, ela relata tudo o que ocorreu, mostrando também imagens de uma calcinha manchada de sangue. Ela é enfática: “tenho 22 anos, fui dopada, estuprada e tive minha virgindade roubada [...]”. Mariana denuncia o ocorrido, chama a atenção com uma frase chocante e procede para detalhar o ocorrido, mostrando provas que corroboram para sua fala e explicitam ainda mais a violência. Aqui, a jovem dá os primeiros passos para expor a sua dor, sem saber a repercussão que isso poderia causar. Ainda nesta fase não há nenhum veículo midiático cobrindo o caso, apenas o engajamento das redes sociais.

O primeiro período destacado, do dia 28 a 29 de setembro de 2019 foram justamente os dias que a hashtag aparece pela primeira vez no Twitter, gerando assim certa mobilização e engajamento. A primeira vez que Mariana fala sobre o caso é no dia 29 de junho, o que mostra que a hashtag levou um tempo para surgir na rede social. Antes, outras hashtags aparecem, como #MariFerrer ou #MariBFerrer.

Figura 13 – Exemplo de postagem com hashtag #Maribferrer



Fonte: captura de tela do Twitter (2022)

Contudo, o surgimento de uma hashtag mais elaborada, com um significado semântico maior, demonstra os primeiros passos que indicam uma identificação coletiva, além de passar a expressar uma demanda social, o pedido por justiça. Não é possível determinar um evento específico que leve a criação da hashtag, ela surge de forma espontânea, ao passo que sua origem não tem tanta importância sozinha, mas sim com as pessoas compartilhando e recompartilhando a hashtag.

Após a primeira menção da hashtag, há um grande intervalo de tempo no qual a movimentação é pequena, sem grandes mudanças de engajamento. Uma análise desse período mostra que a hashtag nunca deixou de ser comentada e compartilhada, até mesmo por perfis

com grande influência na rede social, contudo, em comparação com todo o tempo analisado, ainda são números pequenos. Assim, o segundo período de maior relevância é apenas em 18 a 19 de agosto de 2020. Essas datas são consideravelmente importantes pois representam a época em que Mariana teve sua conta suspensa no Instagram. A maior movimentação nessas datas indica o impacto do ocorrido.

Figura 14 – Tweet sobre conta desativada

ISSO É INACEITÁVEL. @instagram não basta ser vítima de violência contra mulher, o homem que foi indiciado e denunciado pelas autoridades por estupro de vulnerável entrou na justiça para remover minha conta do instagram e silenciar a única voz que tenho para lutar por justiça.



9:35 PM · 18 de ago de 2020 · Twitter for iPhone

21,2 mil Retweets 3.485 Tweets com comentário 45,6 mil Curtidas

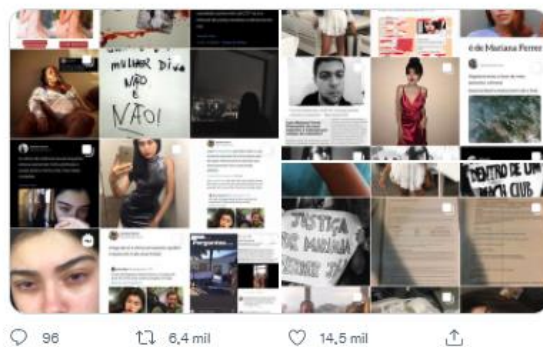
Fonte: perfil público do Twitter (2021)

Figura 15 – Tweet sobre censura

CENSURANDO UMA VÍTIMA @instagram e @TJSPoficial ?

conta criada em 2012, que era meu trabalho, trabalho esse que foi destruído por um estuprador que me violentou

e desde maio de 2019 virou meu GRITO por justiça aonde eu recebo relatos de outras vítimas inclusive do mesmo local



Fonte: perfil público do Twitter (2021)

Nesses dias, apesar de existirem pessoas indignadas, ainda não foi um evento que causou tanta comoção ao ponto de gerar uma grande reviravolta na história. Mesmo com exemplos de postagens com um alto número de compartilhamentos e curtidas, o assunto não se prolongou por tanto tempo. Ainda assim, é importante mencionar o impacto de tal ocorrido, especialmente na vida da jovem. Mariana utilizava suas redes sociais como denúncia, como pedido de justiça, como forma de se expressar e de se fazer ouvida. Quando tem sua conta suspensa sem grandes explicações, por conta do processo judicial, isso configura como um silenciamento da vítima, mais uma forma de violência. Esse acontecimento tanto revela a importância de uma pessoa poder se manifestar publicamente tanto como sua liberdade pode ser cerceada quando uma empresa decide bloquear o acesso de alguém.

O terceiro período de maior engajamento também representa um marco importante na narrativa: a absolvição do empresário acusado pela jovem. Entre 8 e 13 de setembro de 2020, diversos portais de notícia como Claudia, Capricho, G1, Uol, publicaram a resolução do caso, o que causou grande comoção nas redes sociais.

Figura 16 – Reportagem G1 Santa Catarina

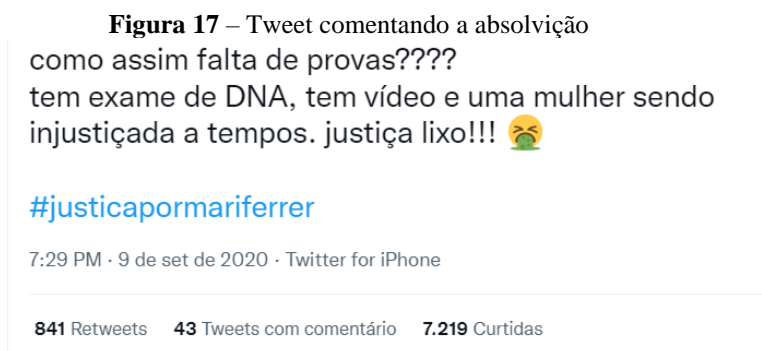


Fonte: captura de tela de G1 Santa Catarina (2020).⁶⁸

Quando tais notícias saíram, muitos se posicionaram contra o veredito, se colocando ao lado de Mariana. Aqui, começava a fomentar ainda mais a falta de credibilidade nas instituições oficiais. Mesmo sem compreender ou ter acesso ao processo em si e a

⁶⁸ Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2020/09/09/justica-absolve-empresario-de-denuncia-de-estupro-de-jovem-em-beach-club-de-florianopolis.ghtml>. Acesso em: 10 set 2021.

investigação completa, grande parte das pessoas que se manifestavam ainda acreditavam que a Justiça estava sendo falha. Os relatos e provas que eram constantemente expostos por Mariana eram o suficiente para que as pessoas se solidarizarem e acreditem em sua versão.

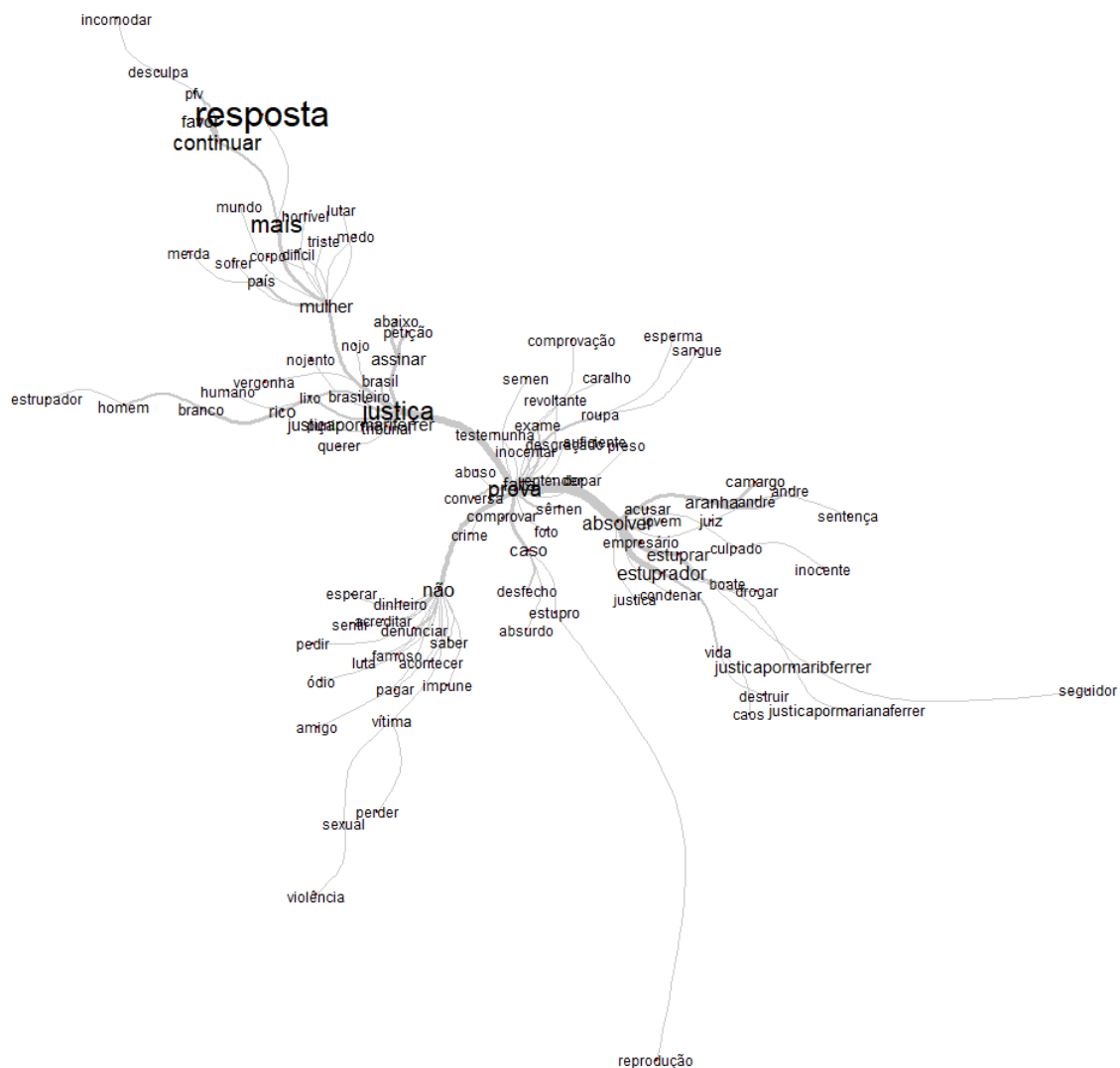


Fonte: captura de tela de G1 Santa Catarina (2020)

Apesar de tais momentos representarem crises menores, nenhum deles foi tão significativo como novembro de 2020. Nesse mês, se configura o maior conflito. Assim, considera-se que os três primeiros períodos se enquadram na construção inicial do movimento, uma vez que vão desde a primeira aparição da hashtag até a viralização cada vez maior do caso. Com tal análise, podemos compreender que ainda que um caso pareça instantâneo nas redes sociais, na realidade ele leva um tempo para se consolidar no imaginário das pessoas e para gerar o sentimento de solidariedade e identificação em massa. Até então, mesmo com as violências e injustiças sofridas, nada havia chamado tanto a atenção, evidenciando que os movimentos em rede são muito movidos pelo afeto e pela faísca de indignação em resposta a acontecimentos marcantes, que conseguem atrair maior atenção do grande público.

5.2.1 Setembro de 2020: A absolvição do réu

Em setembro de 2020, O juiz Rudson Marcos, da 3ª Vara Criminal de Florianópolis, absolve o empresário André de Camargo Aranha. Segundo o juiz, não havia provas suficientes que comprovassem o crime de violência sexual. A sentença foi noticiada por diferentes portais de notícias, sem, contudo, grandes detalhes do julgamento. A absolvição do acusado causou revolta especialmente entre pessoas que já acompanhavam há algum tempo o



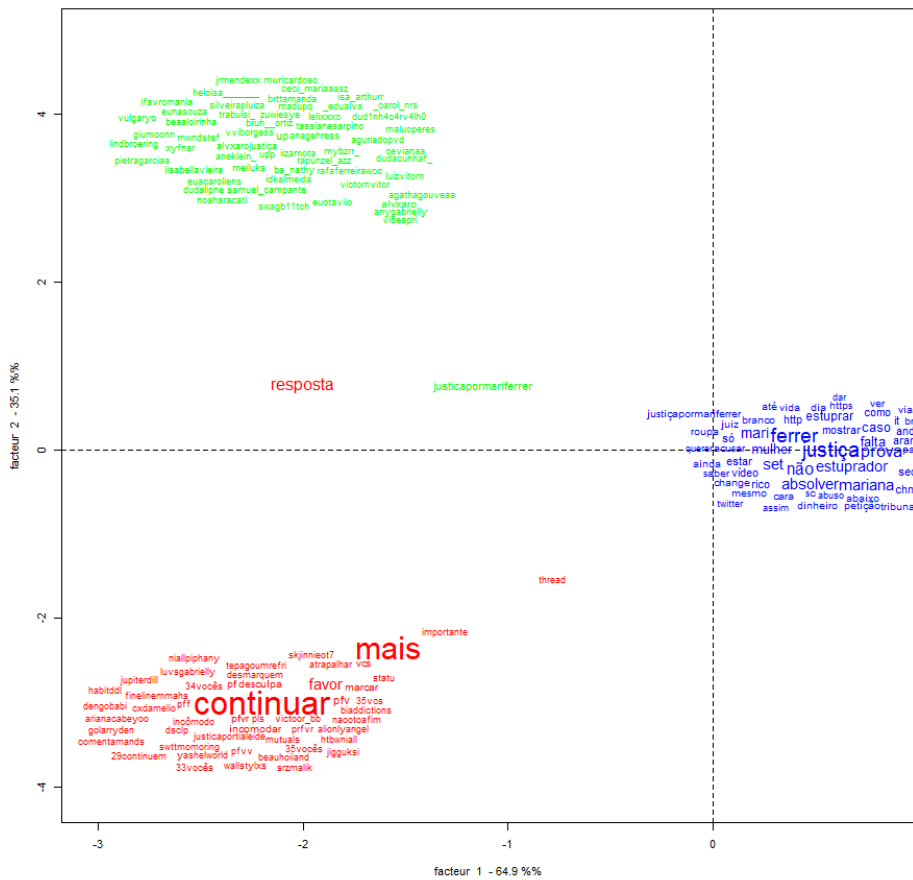
Fonte: tweets publicados em setembro de 2020 Iramuteq (2022)

No grafo, é possível observar extremidades opostas, formando dois grupos principais: um que remete a resposta dada pelos usuários na rede de apoio e outro que fala do ocorrido, a absolvição do réu. Tais grupos são unidos por um sentimento em comum, conectados pelo apelo à justiça. O termo ‘prova’ se encontra no centro do grafo, interligado a outros nós representados pelos termos ‘absolver’, ‘não’, ‘justiça’ e ‘mulher’. ‘Prova’ ao centro demonstra que a principal motivação para que mulheres começassem a se manifestar em relação a sentença está relacionada com a suposta falta de prova, como o grafo apresenta ao conectar o termo com arestas mais grossas aos termos ‘absolver’ e justiça’. As arestas mais grossas

mostram que há maior conectividade. Ao redor de ‘prova’, observamos palavras como ‘exame’, ‘testemunha’, ‘foto’, ‘sêmen’, ‘comprovação’, que, como observamos com os tweets, revelam os diferentes indícios que pessoas que acompanhavam o caso tinham conhecimento, questionando assim a absolvição e a justiça, que formam os outros nós. Ao redor do termo, ‘absolver’, se observa palavras como ‘empresário’, ‘estuprador’, além do nome do acusado, demonstrando como os manifestantes enxergam o réu. O nó formado pela palavra ‘justiça’ se conecta a termos como ‘brasil’, ‘lixo’, ‘nojo’, que representam a falta de confiança nas instituições do país. É interessante notar que o termo ‘não’ está conectado a ‘dinheiro’, ‘denunciar’, ‘impune’, como se representasse as várias negativas que são dadas a Mariana. Por fim, ‘mulher’ está conectada a ‘medo’, ‘triste’, ‘horrível’, ‘lutar’, representando a condição da mulher no país, que vive com o sentimento de insegurança e precisa resistir para sobreviver.

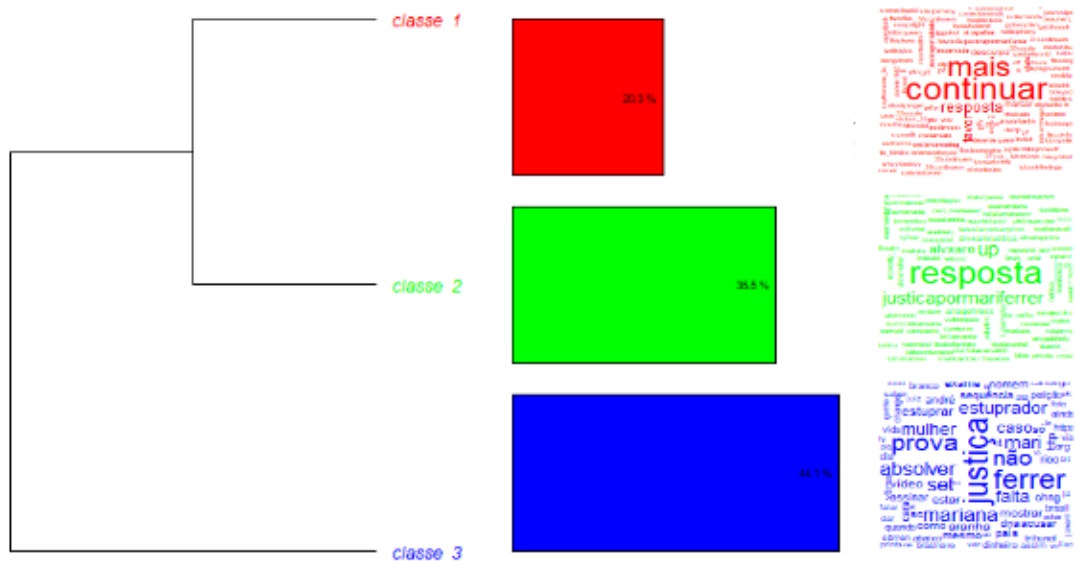
Ao se aprofundar mais na análise das mensagens, utilizamos a Classificação Hierárquica Descendente para identificar as classes de palavras. No *corpus* do mês de setembro, foram identificadas três classes distintas. Foi obtida uma retenção de 99,14% (19.525 tweets) dos segmentos textuais, índice considerado eficiente conforme definição do método proposto por Reinert (1990). Vale ressaltar que a estabilidade do processo de classificação requer unidades textuais com vocabulário semelhante. As figuras seguintes exemplificam como as categorias são segmentadas.

Figura 20 - Classificação Hierárquica do corpus textual



Fonte: tweets publicados em setembro/2020 Iramuteq (2022)

Figura 21 - Dendrograma do corpus textual



Fonte: tweets publicados em setembro/2020 Iramuteq (2022)

O dendrograma ilustra as relações entre as classes. Ele apresenta as segmentações que o software realiza no corpus até que se chegue as classes finais. Assim, em um primeiro foram divididos em dois *sub-corpus*, as classes 1 e 2, tendo em um outro momento chegado até a classe 3, ocorrendo assim a estabilização. Por conseguinte, as primeiras classes estão mais diretamente relacionadas entre si, e a terceira classe é a mais representativa em volume. Com as classes, realizamos o processo de compreender o que cada uma representa, analisando os segmentos de texto originais que geram as diferentes categorias. Dessa forma, conforme a tabela, realizamos a descrição interpretativa de cada uma das classes.

Quadro 4 - Interpretação das classes

| Identificação | Quantidade de tweets | Descrição Interpretativa da classe |
|---------------------|----------------------|--|
| Classe 1 (vermelho) | 3.998 | Tweets com marcações de usuários, fomentando uma corrente apelativa para continuar a luta por justiça |
| Classe 2 (verde) | 6.991 | Retweets |
| Classe 3 (azul) | 8.685 | Tweets que remetem à falta de prova , apelo à justiça pelo fato de absolver o estuprador |

Fonte: elaborado pela autora (2022)

A Classe 1, representada pela cor vermelha, se forma especialmente a partir de tweets com usuários marcando uns aos outros, pedindo para que os colegas façam o mesmo, como forma de aumentar o engajamento com a hashtag e assim, chamar a atenção de mais pessoas para o caso, formando uma corrente de luta e indignação. Já a Classe 2, representada pelo verde e que está diretamente relacionada a Classe 1, é formada por retweets, ou seja, com pessoas compartilhando postagens sobre o caso com a hashtag, especialmente com pedidos de resposta. A Classe 3, azul, é formada especialmente por postagens que discordam da decisão da Justiça de absolver o réu, especialmente pela alegação de falta de provas, já que constantemente Mariana postava em suas redes sociais uma série de imagens e documentos para comprovar seu relato. A tabela seguinte dá mais detalhes dos tweets que compõe cada uma das classes.

Quadro 5 - Exemplo de tweets por classe

| Classe | Tweet |
|--------|--|
| 1 | peço justica e estou marcando mutuals para continuar a luta e espero fazer o mesmo |

| | |
|---|--|
| 1 | por favor continuem marcando e usando a #justicapormariferer |
| 1 | desculpa marcar mas é importante continuem pfv # justicapormariferer |
| 2 | justicapormariferer |
| 2 | justicapormariferer temos que subir a estupradoresolto |
| 2 | em resposta a @ justicapormariferer urgentemente |
| 3 | ninguém julga uma vítima de furto ou pede a absolvição do ladrão porém no crime de estupro existe uma necessidade de subjugar a vítima |
| 3 | foi absolvido por falta de prova ah pelo amor de deus os médicos que atenderam mariana confirmaram que o hímen foi rompido e com o semen nas roupas comprovaram que era de andre aranha aí a justiça absolve por falta de provas |
| 3 | faz quase 2 anos que ela luta por sua justiça e até hoje o estuprador não foi punido |
| 3 | o empresário que foi acusado de estuprar a mari ferrer foi absolvido por falta de provas sendo que tem vídeo, tem exame de dna mais um dia horrível pra ser mulher nessa merda de país |
| 3 | acabei de saber que a justiça de florianópolis sc absolveu por falta de provas o desgraçado do andré aranha que estuprou a mari ferrer dentro do café de la musique no jurerê internacional que desgraça de justiça é essa que protege homem branco rico estuprador |
| 3 | andré de camargo aranha foi absolvido ele está solto porque não existe provas suficientes para deixar preso faltas de provas foi o que falaram mas a voz da mari não vai ser calada não vai mesmo esse desgraçado tem que pagar pelo crime que ele cometeu |

Fonte: elaborado pela autora (2022)

Mais uma vez, reforçamos que não há a necessidade de se analisar individualmente o texto de todas as mensagens, uma vez que as classificações conseguem demonstrar tweets que representam bem as categorias, com os sentidos que cada uma delas abarca. A Classe 1, por exemplo, é formada por uma série de repetições, com pessoas replicando a mesma frase diversas vezes com o objetivo de aumentar o engajamento e gerar viralização. A Classe 2 reforça pedidos que já foram feitos, também gerando maior volume de mensagens. A Classe 3 é formada por diversas opiniões de mulheres que não se conformam com a resolução do caso e demonstram apoio a Mariana.

A Classe 1 é a categoria que representa as estratégias do ativismo em rede. Nesses exemplos, os usuários utilizam dos recursos da plataforma para gerarem maior engajamento, pois sabem que os assuntos mais comentados ganham mais destaque. Assim, a ideia de replicar a hashtag, marcar ‘*mutuals*’, que é a linguagem da Internet para designar quem se

segue na rede, dar *like*, comentar são formas de fazer com que o algoritmo perceba a relevância do assunto e coloque ele em lugar de destaque, mostrando o conteúdo para mais pessoas.

Figura 22 - Exemplo de Tweet Classe 1

mutuals ajudem com a tag [#justicapormariferer](#) pfv

3:58 PM · 10 de set de 2020 · Twitter for Android

Fonte: captura de tela do Twitter (2022)

Figura 23 - Exemplo de Tweet Classe 1

[#justicapormariferer](#)

@_ . ji @ε i@ 1@_ -

Manas, podem continuar?

Fonte: captura de tela do Twitter (2022)

Além disso, é uma expressão também da solidariedade envolvida nesse tipo de manifestação. São os laços fracos que constroem uma rede de apoio. Com uma atitude simples, o usuário já pode demonstrar seu posicionamento. É aqui também que pode haver a expressão do ‘ativismo de sofá’, em que as pessoas envolvidas acreditam que esse tipo de ação é suficiente para apoiar todo um movimento organizado, como se isso fosse o suficiente para participar da vida política. Ainda assim, é um ato de identificação com uma causa e seu apoio público.

A Classe 2 representa a categoria de retweets, que são o compartilhamento de postagens, representam também mais táticas de comunicação nas redes, como forma de espalhar ainda mais os conteúdos sobre o caso. Os usuários utilizam a própria lógica das redes para ‘burlar’ o algoritmo da plataforma e fazer com que o caso se torne relevante, ainda que boa parte dos comentários seja com pessoas replicando a hashtag e marcando outras pessoas. Também em uma linguagem típica da Internet, o ‘*up*’ significa que os usuários devem ‘subir’ a hashtag, ou seja, colocá-la no topo de assuntos mais comentados, não importa a forma. Mais pessoas comentando significa mais visibilidade para Mariana.

Figura 24 - Exemplo de Tweet Classe 2

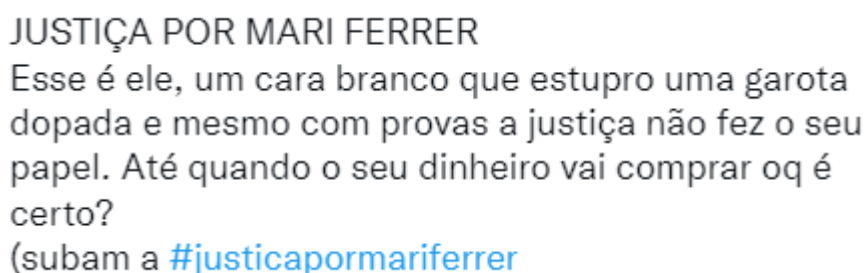


#justicapormaribferrer up
#justicapormariferrer up
8:21 PM · 12 de set de 2020 · Twitter for iPhone

Fonte: captura de tela do Twitter (2022)

Já com a Classe 3, a categoria une os comentários dos manifestantes que não concordam com a absolvição do réu. Pedem por justiça e não acreditam na alegação de falta de provas. Nesse sentido, é colocado em questão os personagens e o que representam: o réu, um homem branco, hétero e de classe média alta, sendo acusado por uma mulher. As mulheres não confiam na justiça porque sabem que, historicamente, ela tende a favorecer homens com as características do acusado, em detrimento de ouvir uma voz feminina.

Figura 25 - Exemplo de Tweet Classe 3



JUSTIÇA POR MARI FERRER
Esse é ele, um cara branco que estupro uma garota dopada e mesmo com provas a justiça não fez o seu papel. Até quando o seu dinheiro vai comprar oq é certo?
(subam a #justicapormariferrer

Fonte: captura de tela do Twitter (2022)

Assim, há alegações de que o resultado do julgamento só foi esse por conta do dinheiro e influência. Como toda narrativa, confusa e cheia de controvérsias, não há nada que prove que alguém tenha sido subornado no processo. Contudo, o histórico de violências que as mulheres sofrem na sociedade é o que causa revolta e faz com que as justificativas contra o processo sejam consideradas, ainda que sem embasamento concreto. Não é necessário ter provas cabais para que se saiba que muitas vezes homens favorecem homens através de meios ilícitos.

Figura 26 - Exemplo de Tweet Classe 3

Nós mulheres não somos mercadorias, onde qualquer dinheiro compre nossas vidas e nossa saúde. O poder que um homem rico tem sobre a Justiça me assusta! Isso dificulta para que mais mulheres denunciem, pois quem deveria ceder apoio, nos põe culpa e medo.
[#justicapormariferrer](#)

Fonte: captura de tela do Twitter (2022)

Existem também comentários que demonstram como os participantes se colocam no lugar da vítima, se unindo à sua história. Há a consciência de coletivo, pois a narrativa de Mariana passa a representar de alguma forma todas as mulheres. Assim, quando se utiliza termos no plural, como ‘nós mulheres’, não é necessariamente um movimento social organizado, mas de um senso de coletividade que permeia as redes. Existe um olhar holístico sobre a sociedade, com a história de Ferrer revelando a realidade de várias outras que sofrem no país.

Figura 27 - Exemplo de Tweet Classe 3

o olhar de desamparo e sofrimento me rasga por dentro

acuada diante de quatro homens
exposta - mais uma vez
vulnerável - mais uma vez

ser mulher no Brasil é desesperador.

[#JUSTIÇAPORMARIFERRER](#)

Fonte: captura de tela do Twitter (2022)

Mais uma vez, há um descontentamento, uma sensação de desamparo por parte do governo. O andamento do caso revela ainda mais aspectos de revitimização, com homens expondo a jovem e constantemente a fazendo reviver os momentos ruins, além de questionarem constantemente sua índole. Assim, faz-se uma leitura do que é ser mulher no país, com uma sensação de impunidade e que não é possível confiar na Justiça em casos de

violência sexual, pois se a vítima não é a ‘vítima perfeita’, ela não ganha crédito algum.

5.3 A CRISE

Por fim, o último período levado em consideração foi entre os dias 1 e 8 de novembro de 2020, janela de tempo em que ocorreu a publicação da matéria do portal The Intercept Brasil com o título contendo o termo ‘estupro culposo’, até culminar nos protestos que ocorreram em todo o país nos dias 7 e 8. O volume de *tweets*, *retweets* e *likes* nesses dias é consideravelmente maior do que se comparado a todo o restante do período da análise. Essa disparidade tão grande aponta para uma maior relevância do ocorrido durante esses dias, configura como um ponto chave de uma história que já estava sendo construída há muito tempo.

Figura 28 – Reportagem do The Intercept Brasil



Fonte: captura de tela de The Intercept Brasil (2020).⁶⁹

Esta janela de tempo representa a principal crise/conflito do movimento, uma vez que é neste ponto que há um número de engajamento muito maior que os períodos anteriores. Somente após esse fato o movimento ganhou força o suficiente para conseguir invadir as ruas de todo o país. É durante esse período que o número de publicações explodem e diversos

⁶⁹ Disponível em: <https://theintercept.com/2020/11/03/influencer-mariana-ferrer-estupro-culposo/>. Acesso em: 10 set 2021.

movimentos começam a ser organizados em vários locais do Brasil.

Ainda que não seja o foco do trabalho, é importante ressaltar como os veículos jornalísticos influenciaram a repercussão do caso entre o público. Como mostra o estudo de Immig, De Carvalho e Amaral (2021), o caso de Mari Ferrer circulou a partir do seu enquadramento na mídia, de forma que os sentidos predominantes tiveram forte influência midiática. De fato, como mostra a análise dos tweets ao longo do tempo, os momentos de maior engajamento nas redes sociais foram também os momentos em que o caso foi noticiado por diferentes portais, com destaque para a matéria do The Intercept. O circuito que a notícia percorre faz com que a narrativa seja transformada quando o público tem acesso ao conhecimento. Além disso, houve um momento em que a narrativa da abordagem que o The Intercept deu para a matéria foi tão comentada quanto a notícia em si. Dessa forma, da mesma forma que os leitores exercem influência na produção da notícia, os sentidos produzidos nos receptores geram diferentes desdobramentos, que são determinantes para a produção de novos sentidos (IMMIG; DE CARVALHO; AMARAL, 2021).

O momento da crise é o mais crucial, é quando os atores competem pela interpretação da situação, quando reivindicam suas definições sobre o que desencadeia um protesto. Durante o momento da crise, o que ressoa nas redes é vital para que se formem protestos, por isso é uma fase que merece ser observada com mais atenção e cuidado. Assim como uma boa peça dramática, a capacidade de mudanças depende das muitas possibilidades que existem entre os atores dramáticos e seus públicos. No nível de crise, os atores contestam os significados sociais. No caso estudado, o estopim foi o ‘estupro culposo’, que causou revolta e fez com que diversas pessoas passassem a questionar a Justiça e a resolução do caso. Essa crise foi o que mobilizou pessoas para irem até as ruas por Mariana Ferrer e assim, a mobilização que antes estava nas redes digitais se tornou um protesto visível nas ruas.

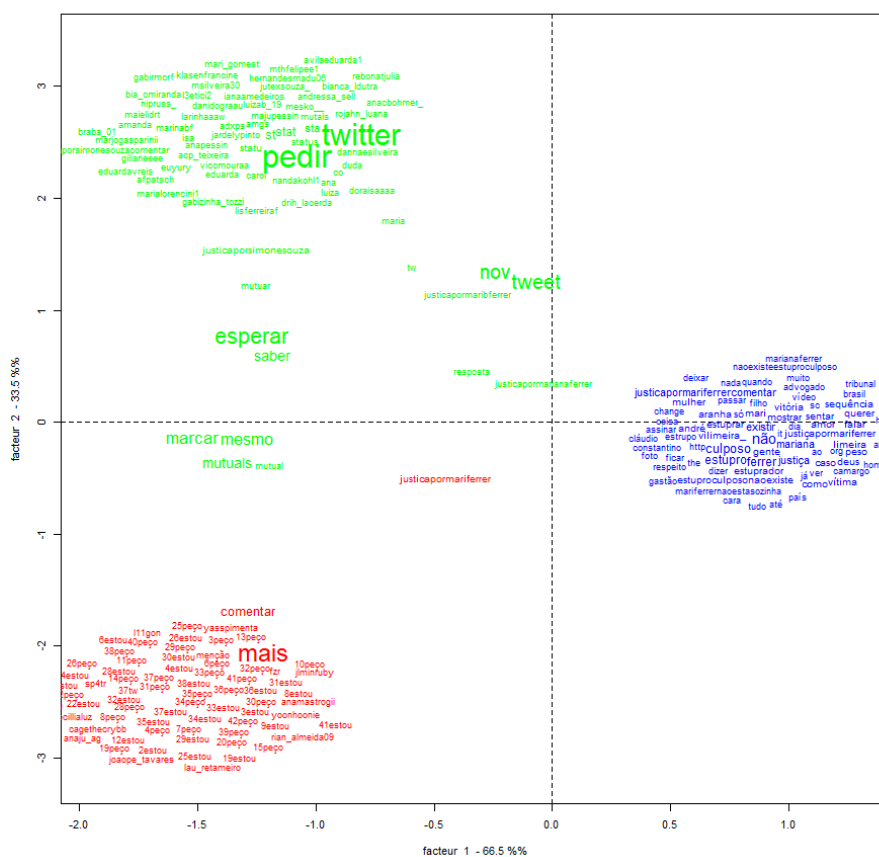
5.3.1 Novembro de 2020: ‘Estupro Culposo’ e protestos

Em novembro de 2020, o caso então ganha uma nova dimensão após a publicação da matéria do The Intercept, ressaltando a influência que os portais midiáticos ainda exercem na recepção e circulação de informações e notícias. Além da grande movimentação nas redes sociais, esse foi o momento em que protestos ocorreram em todo o Brasil, sendo então que os comentários nas redes giraram tanto em torno da reportagem noticiada quanto das

as diversas negativas que envolvem o caso: ‘estuproculposonãoeexiste’, não ‘merecer’ a violência, mas também a suposta não ‘intenção’ de cometer um estupro. Por fim, a triste realidade de ser mulher no brasil, representada pelo nó que é rodeado por palavras como ‘violência’, ‘país’, ‘respeito’.

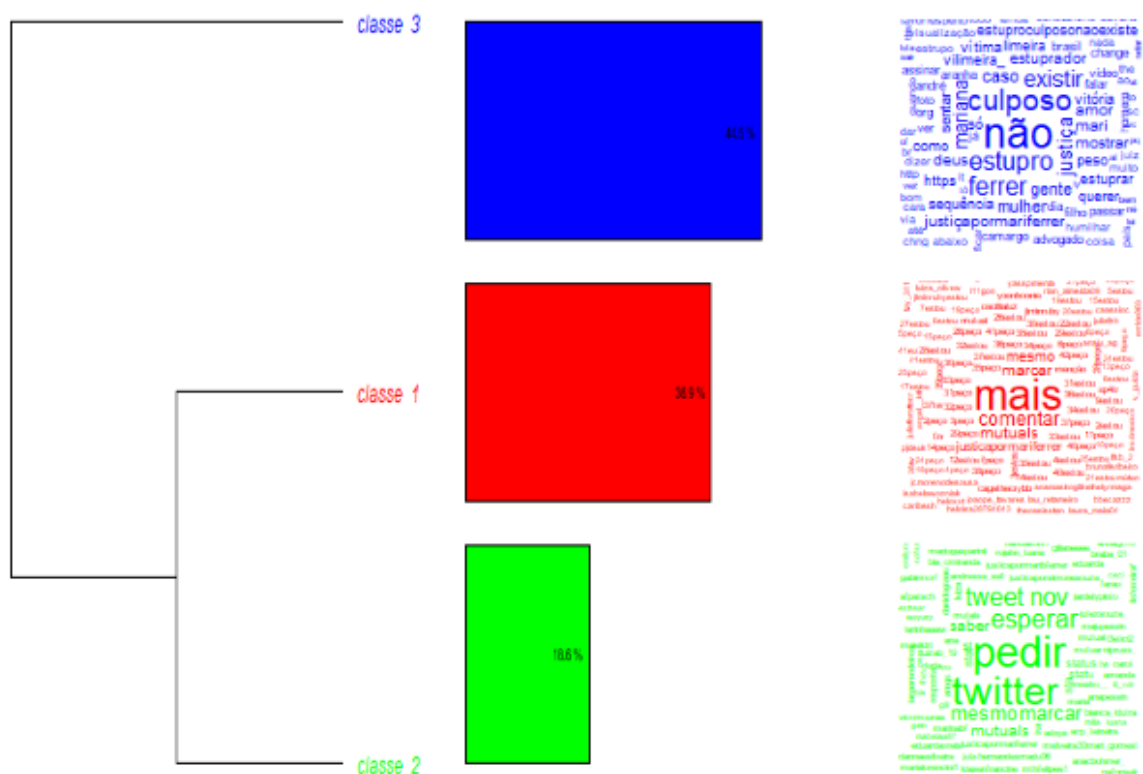
Para compreender identificar as categorias do mês de novembro, realizamos uma nova análise pelo Iramuteq com a Classificação Hierárquica Descendente. No corpus do mês de novembro, também foram identificadas três classes distintas. Foi obtida uma retenção de 98,94% (68.004 tweets) dos segmentos textuais, índice considerado eficiente conforme definição do método proposto por Reinert (1990). As figuras seguintes exemplificam como foram obtidos os resultados das classes por meio do software.

Figura 31 - Classificação Hierárquica do corpus textual



Fonte: tweets publicados em novembro de 2020 Iramuteq (2022)

Figura 32 - Dendograma do corpus textual



Fonte: tweets publicados em novembro de 2020 Iramuteq (2022)

De forma semelhante ao mês de setembro de 2020, o método identificou três classes distintas, sendo que a Classe 1 e a Classe 2 estão correlacionadas. Já a Classe 3 foi obtida em um outro momento, representando o maior volume de segmentos de texto. Assim, após a segmentação das Classes, é possível buscar compreender os códigos e sua significação (BARDIN, 2011). O quadro seguinte indica a descrição interpretativa de cada uma das classes obtidas

Quadro 6 - Interpretação das classes

| Identificação | Quantidade de tweets | Descrição Interpretativa da classe |
|---------------------|----------------------|--|
| Classe 1 (vermelho) | 12.784 | Tweets formando uma corrente de solicitação para comentar sobre o caso |
| Classe 2 (verde) | 25.362 | retweets |
| Classe 3 (azul) | 30.586 | Tweets que expressam indignação ao fato, mantendo a luta pela justiça mas, principalmente, instituindo a expressão “ estupro culposo não existe ” |

Fonte: elaborado pela autora (2022)

Conforme a investigação, a Classe 1, vermelho, mais uma vez representa a ação das pessoas convidarem umas as outras a comentarem sobre o caso utilizando a hashtag, tática utilizada para levar a hashtag aos assuntos mais comentados da rede. A Classe 2, verde, também se repete, indicando os retweets, mais uma ação para que a hashtag seja compartilhada e alcance mais pessoas. A Classe 3, representada pela cor azul, dessa vez se concentra nos comentários referentes ao termo utilizado pela matéria do The Intercept, estupro culposo, revelando o impacto causado pela escolha de tal expressão. Novamente, há o pedido por justiça, revelando a indignação com o caso e reforçando a luta das mulheres para se sentirem representadas pelo sistema que deveria protegê-las. No quadro exemplificamos alguns tweets que representam as diferentes classes.

Quadro 7 - Exemplos de tweets publicados por classe

| Classe | Tweet |
|--------|--|
| 1 | @ e @ marcando cinco mutuals comentar justicapormariferer podem fazer o mesmo |
| 1 | marcando cinco mutuals para comentar justicapormariferer podem fazer o mesmo |
| 2 | nós pedimos justicapormariferer sei que as pessoas que eu marcar nesse tweet irão pedir pelo mesmo e marcar mais 3 pessoas para pedir justiça |
| 2 | ooi queria pedir pra vcs meus mutuals ou vc que viu isso comentar o tweet |
| 3 | bem vindo a lei brasileira onde estupro culposo existe por dinheiro branco sujo culposo preto limpo culpado roupa curta é sinal de provocação ser mulher é uma provocação até onde vamos viver com medo bem vindo a merda do brasil #justicapormariferer |
| 3 | não existe estupro culposo chega de passar pano pra criminoso o que existe é a clara intenção de não condenar um estuprador que dor cara que triste que frustrante justicapormariferer |
| 3 | não deixem a #justicapormariferer de lado levantem ela gritem para todos ouvirem não existe estupro culposo |
| 3 | estupro culposo não existe e é preciso que a sentença do caso marianaferer seja revista de acordo com a legislação brasileira |
| 3 | não existe estupro culposo mariana merece respeito cada dia mais difícil e mais assustador ser mulher nesse país andré de camargo aranha é um estuprador estupro culposo não existe |

Fonte: elaborado pela autora (2022)

Os pedidos para marcar, comentar e o alto número de compartilhamento das Classes 1 e 2 demonstram a importância da tática de engajamento da hashtag na rede. Quanto mais pessoas se envolvem com ela de alguma maneira, mais ela ganha destaque, o que gera mais

comoção. Assim, atitudes simples se tornam armas poderosas nesse tipo de movimento, pois são formas de dar espaço e voz ao ocorrido, à vítima e conseqüentemente, às mulheres. Já na Classe 3, diversas vozes se unem para dizer que não existe estupro culposos, ou seja, não é possível que ocorra um estupro sem a intenção, revelando que o termo utilizado pelo portal para interpretar a sentença fez com que diversas mulheres questionassem a justiça brasileira.

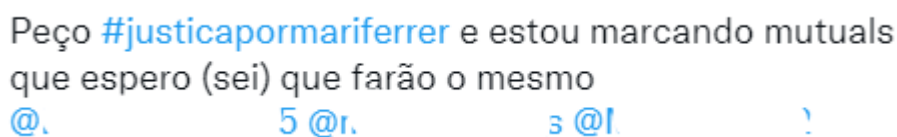
A Classe 1, mais uma vez, representa a categoria das táticas do ciberfeminismo no Twitter. Como Malini (2020) expõe, as narrativas digitais são reproduzidas por um grupo de perfis que buscam enfatizar uma versão dos fatos e emplacar uma viralização, para assim buscar o domínio do fluxo da conversação pública. Replicar a hashtag tantas vezes pode parecer um ato vazio olhando de forma isolada, mas ao pensar no volume de postagens com a mesma hashtag, é como se diversas vozes estivessem entoando o slogan da manifestação, pedindo por justiça para Mariana Ferrer.

Figura 33 - Exemplo de Tweet Classe 1



Fonte: captura de tela do Twitter (2022)

Figura 34 - Exemplo de Tweet Classe 1



Fonte: captura de tela do Twitter (2022)

É interessante notar como há uma expectativa subentendida que os usuários marcados faram a mesma ação. Dessa forma, há a expectativa de solidariedade, em uma rede que se multiplica progressivamente. É o que Neves (2018) chama de ‘compaixão conectada’, a forma pelo qual as hashtags unem nós de reciprocidade, de pessoas em prol de uma mesma causa, pois se identificam com a história e partilham da dor da vítima. Assim, a expectativa de ajuda

na viralização da hashtag é a expectativa de que todos podem ajudar de alguma forma, com uma atitude simples, mas que auxilia a ganhar a hegemonia da narrativa.

A Classe 2 também se repete, evidenciando que há um padrão nas táticas narrativas dos movimentos ativistas em rede, especialmente do feminismo por hashtag. Da mesma forma que marcar outras pessoas contribui para a viralização da hashtag, o ato de *retweetar* também ajuda a hackear a narrativa, compartilhando para cada vez mais pessoas e incentivando a fazerem o mesmo. Se torna uma corrente sem fim, de *retweet* em cima de *retweet*, como forma de evidenciar que o engajamento está ocorrendo por parte de vários usuários, impelindo outros a também entrarem na discussão e participarem de alguma forma, nem que seja através do seu perfil da rede social. É como se a pessoa não pudesse se manter neutra, já que é uma atitude tão simples, ela deve se posicionar e auxiliar o movimento.

Figura 35 - Exemplo de Tweet Classe 2



Fonte: captura de tela do Twitter (2022)

A Classe 3 representa a grande desestabilização na narrativa e tem como centro a discussão em torno do termo 'estupro culposo'. A maior parte dos tweets são comentando a matéria do The Intercept, ainda que não haja plena consciência de que o jornal utilizou um recurso linguístico. Mas, afinal, qual o problema de 'estupro culposo' e porque ele foi o estopim para que as manifestações se intensificassem, ao ponto de gerar protestos em ruas de todo o Brasil? Mais uma vez, é importante reforçar que o termo em si nunca foi utilizado no

processo, contudo, foi uma interpretação jornalística para dar ênfase nas alegações finais do promotor, que acabaram por absolver André de Camargo Aranha. Contudo, ainda que tenha sido utilizado tal recurso, isso não altera as diversas controvérsias no caso, reveladas pelo The Intercept, que levaram tantas pessoas a se revoltarem.

Nos termos jurídicos, ‘culposo’ designa um crime praticado sem a intenção, como por exemplo, um acidente em que alguém morre, o causador do acidente pode ser indiciado por homicídio culposo. Já o doloso, é quando um crime for cometido intencionalmente. No caso de Mariana, o promotor Thiago Carriço de Oliveira, em suas alegações finais, traz a tese de que o acusado, André, não teria conhecimento da incapacidade da vítima. Dessa forma, não seria possível afirmar que há dolo, ou seja, intenção. O estupro de vulnerável é o dolo constituído da vontade consciente, sabendo as ‘condições’ da vítima. No caso das referências utilizadas pelo promotor, essa consciência se aplicaria ao conhecimento do sujeito ativo que a vítima seria menor de 14 anos ou que possui alguma deficiência mental, sendo que nessas condições, a vítima não teria entendimento suficiente para a prática do ato. Assim, o promotor expõe: “Se a confusão acerca da idade pode eliminar o dolo, por que não se aplicar a mesma interpretação com aquele que mantém relação com a pessoa maior de idade, cuja suposta incapacidade não é de seu conhecimento?”⁷⁰ Ante a ausência da modalidade culposa, não haveria crime.

Assim, mesmo que ‘estupro culposo’ não tenha sido utilizado, abre brechas para a interpretação que o acusado não teria culpa por não saber que a vítima não estava em plenas condições. Nesse sentido, a fala da vítima acaba sendo descredibilizada. É justamente essa ideia de que alguém pode cometer o crime de estupro sem a intenção que causa a revolta de tantas mulheres, pois abre precedentes para que outros possam alegar coisas semelhantes. Mais uma vez, a culpa recai mais sobre a vítima, por “não ter deixado claro que não queria” ou que não estava consciente, do que sobre quem consuma a violência.

Esse é mais um dos sintomas da Cultura do Estupro, evidenciando os mecanismos sistêmicos e culturais que protegem o estuprador e anulam os direitos da vítima. Tal situação se agrava ainda mais quando a vítima, Mariana Ferrer, é constantemente questionada pelo advogado Cláudio Gastão da Rosa Filho sobre suas fotos no Instagram, suas roupas, sua

70

forma de se portar. Segundo Sousa (2017), essa é uma das características da Cultura do Estupro, revitimizando a mulher por colocar-se em uma ‘situação de risco’ ou não seguir as chamadas regras de conduta. É a imagem da ‘vítima perfeita’, pois para uma mulher receber crédito, todo seu histórico é apurado. Se por acaso algum comportamento dela foge da ideia da castidade, da perfeição, tudo o que ela fala é contestado.

Desse modo, ser vítima de estupro é um status social condicionado à reputação e que corresponde a muito além do que apenas sofrer a violência sexual - é receber da sociedade o aval de quem realmente é inocente com relação ao ocorrido (SOUSA, p.16, 2017).

Assim, a crise do movimento se dá pela disputa da interpretação de quem é a vítima, de o que é estupro. Mulheres se revoltam pois não se conformam com a narrativa posta pelas autoridades, de que é possível considerar que alguém estuprou sem intenção. Se revoltam, pois, acreditam na vítima e se reconhecem nela, entendendo que o que ocorreu com ela, poderia ocorrer com qualquer uma. É uma revolta generalizada, que não tem necessidade de ir tão fundo nos fatos e autos do processo para sentir indignação, pois a simples ideia de que uma injustiça tenha sido realizada, já causa tamanha indignação que dá a força suficiente para que saia das discussões das redes sociais e tome as ruas. É importante ressaltar que, antes, já havia saído a notícia da absolvição do acusado. Apesar de algumas pessoas se manifestarem, nada chegou perto da revolta causada pelo ‘estupro culposo’, pois essa é a clara demonstração da disputa de narrativas, significados e sentidos. Mulheres saem as ruas para gritar que a cultura de estupro é real e faz constantemente com que as vítimas não tenham justiça.

Figura 36 - Exemplo de Tweet Classe 3

Estupro Culposo não existe!

Hoje estamos nas ruas para nos manifestarmos contra a cultura do estupro! Vamos fortalecer a luta por justiça por Mari Ferrer e todas as mulheres vítimas de violência sexual 🙌💪♀️

[#JustiçaPorMariFerrer](#)
[#JustiçaParaMariFerrer](#)
[#EstuproCulposoNãoExiste](#)

2:53 PM · 8 de nov de 2020 · Twitter for Android

2 Retweets · 1 Tweet com comentário · 17 Curtidas

Fonte: captura de tela do Twitter (2022)

A luta é por Mari Ferrer, mas também por todas as outras mulheres que tenham sofrido violência sexual. É por todas as mulheres que sabem como é ser descredibilizada, viver com medo e com culpa, sentindo que os agressores nunca serão punidos. Assim, a hashtag #JustiçaPorMariFerrer não é apenas sobre uma história pessoal, mas também uma condutora de solidariedade, reconhecimento e indignação. A hashtag passa a ser política pois constrói uma narrativa que une uma pluralidade de vozes que denunciam um mesmo problema enfrentado pela sociedade. A dor não é só de Mariana, mas é também de todas as mulheres que sentem a angústia com ela e sabem que poderiam estar no mesmo lugar que a vítima.

Figura 37 - Exemplo de Tweet Classe 3

Nada que eu poste da direto a qualquer tipo de falta de respeito, e estupro culposo é o crl! Sejamós nós, donas dos nossos corpos e da nossa vida, estejamos sempre unidas e enfie vc seu machismo onde bem entender! Sororidade e respeito é o caminho ❤️
[#justiçapormariferrer](#)

Fonte: captura de tela do Twitter (2022).

Dessa forma, as mulheres também vão contra a narrativa de que a vítima pode ser julgada pelos seus antecedentes, por sua reputação, questionando o ideal da vítima perfeita.

Campanhas anteriores como #EuNãoMereçoSerEstuprada⁷¹, #MeuCorpoMinhasRegras⁷², #NãoÉNão⁷³ ressoam aqui, reforçando o que Clark (2016) aponta, que hashtags feministas de sucesso tornam-se quadros de referência duradouros para interpretar e responder a fenômenos sociais atuais e futuros. Assim, os ideais que uma vez já foram debatidos nas redes sociais, ganham destaque mais uma vez e reforçam a campanha, defendendo que a mulher deve ter o controle de seu corpo e que nada justifica uma violência sexual.

Figura 38 - Exemplo de Tweet Classe 3

Não importa como me visto, como escolho estar, se bêbada, se sóbria, se vestida ou nua.
NÃO IMPORTA porq NÃO É NÃO
Chega de assédio, de agressão e de desrespeito
ESTUPRO CULPOSO NÃO EXISTE, o q existe é
VERGONHA #justiçapormariferer
#estuproculposonãoexiste #NÃOIMPORTA
#NÃOÉNÃO

Fonte: captura de tela do Twitter (2022)

Mulheres, então, passam a se unir para serem ouvidas e continuarem a construir narrativas que vão contra a estrutura machista da sociedade. A faísca que inicia a mobilização é o caso de Mariana, mas o que mantém a chama acesa são as milhares de mulheres que sabem de todas as injustiças e dificuldades do que é ser mulher. As reivindicações são amplas: chega de assédio, chega de agressão, chega de desrespeito. Essas mulheres não querem neste momento propor um projeto de lei, não querem seguir apenas uma liderança, não querem necessariamente se afiliar a um movimento. Contudo, como Castells (2017) aponta, a principal luta e mudança é na mente das pessoas. A crise se dá por atores que competem pela

⁷¹ Campanha que surgiu em 2014 quando pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) indicou que 58,5% dos entrevistados concordaram totalmente ou parcialmente com a frase "se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros". A campanha foi lançada quando a jornalista Nana Queiroz postou uma foto com os dizeres 'não mereço ser estuprada', o que levou a criação da hashtag.

⁷² Slogan feminista muito utilizado ao redor do mundo e que reverbera em diversas manifestações com a hashtag.

⁷³ Coletivo criado em 2017 por um grupo de amigas para conscientizar sobre os assédios ocorridos no carnaval. A campanha teve diversas manifestações, inclusive com mulheres postando fotos com a hashtag. Mais informações sobre o coletivo em: <https://naoena.com.br/>. Acesso em 10 jun 2022.

interpretação da situação.

5.4 A REINTEGRAÇÃO

Por fim, o drama social passa por uma fase de reintegração. Clark (2016) aponta que este período pode ter vários resultados: um quadro interpretativo pode dominar o outro, os atores podem negociar uma solução mutuamente aceitável, pelo menos temporariamente, ou ainda, a cisma pode permanecer sem solução. Independentemente do resultado, a fase da reintegração tem implicações significativas na vida social, uma vez que abre precedentes para próximos conflitos. Os participantes podem invocar uma memória coletiva das narrativas passadas, olhando para os aspectos que moldaram manifestações anteriores como uma lente histórica, através da qual é possível compreender o presente. Assim, quando situações semelhantes surgem no futuro, o registro do passado segue nas redes e na memória das pessoas.

No caso estudado, não é possível dizer que houve uma solução. Isso também não quer dizer que ‘não deu em nada’. Como explicitado em outros momentos do trabalho, a mudança mais significativa que esses movimentos trazem é na mente das pessoas que participam da narrativa. Assim, até onde se sabe, nenhuma das manifestações – seja na rua ou nas redes – teve um impacto direto na resolução do julgamento do acusado André Aranha. Contudo, o feminismo por meio de hashtags, em sua forma, conteúdo e processo de produção capacita seus participantes a assumir o controle das narrativas socioculturais associadas às suas identidades e experiências subjetivas (CLARK, 2016).

Ainda que a maior parte das manifestações sejam a favor da vítima, é importante observar os efeitos negativos que também são gerados. Segundo estudo de Neves, Castro e Lima (2021), existe um processo de revitimização midiática, que pode ser observado, por exemplo, a partir dos comentários deixados por internautas na publicação das redes sociais no jornal *The Intercept*, na chamada para a reportagem de Mariana. Através da análise realizada pelos autores, ficou evidente que Ferrer foi submetida a múltiplas violências em vários espaços sociais e que são violências muitas vezes naturalizadas. Internautas evocam estereótipos para desqualificar a mulher, questionam o comportamento da vítima, utilizam o

termo *fake news*⁷⁴ para falsamente descredibilizar toda a matéria. Tais atitudes mais uma vez colocam as mulheres como responsáveis pela violência sofrida. Frente a isso,

o ato de narrar é, de fato, um ato que produz efeitos, e as narrativas produzidas diariamente pelos jornais são capazes de endossar discursos das mais diversas ordens, como o discurso machista, o discurso da culpabilização e, por consequência, instalar o processo de revitimização midiática em mulheres vítimas de violência (NEVES; CASTRO; LIMA, 2021, p. 288).

Com isso, os internautas que expressam comentários questionando a qualidade da produção jornalística estão, na realidade, procurando deslegitimar a jovem. Assim, ocorre mais um tipo de vitimização, a midiática-digital, em que os usuários se sentem convocados a manifestar sua opinião sem a necessidade de mostrar o rosto, sem a necessidade de provar (NEVES; CASTRO; LIMA, 2021). É o que pode ser observado também em tweets com a hashtag #MariFerrerMentiu, ou ainda vídeos no YouTube dedicados a analisar o caso e ‘desmascarar’ a vítima.

Figura 39 – Capa de vídeo de canal no YouTube



Fonte: Captura de tela de vídeo do canal Manas & Manos⁷⁵

Tais exemplos demonstram as controvérsias dos movimentos em rede que, ao mesmo tempo que permite que mulheres possam se unir para dar voz a um caso e reivindicar por direitos, também abre espaço para que tantos outros comecem a questionar a vítima e os acontecimentos envolvidos, disseminando uma série de informações e opiniões que podem reforçar atos de violência e machismo. Mais uma vez a guerra de narrativas se mostra evidente, com tantos ‘especialistas’ analisando os fatos por conta própria e tomando suas

⁷⁴ Conceito que se tornou popular nos últimos anos, utilizado para designar informações falsas que enganam seus leitores pelo seu formato jornalístico.

⁷⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EZ4wMB-YGEE>. Acesso em: 22 jul 2022.

próprias conclusões, seja a favor de Mariana ou contra ela.

Figura 40 – Tweet com a hashtag #mariferrermentiu

Mari Ferrer mentiu e o feminismo não defende mulheres que de verdade passam por problemas reais!
[#mariferrermentiu](#)

Fonte: captura de tela do Twitter (2022)

Figura 41 – Tweet contra #mariferrermentiu

Se ela tiver mentindo eu estarei defendendo uma mentirosa, agora se ele estiver mentindo, vcs estão defendendo um ESTUPRADOR. Não é pq ela achou q foi dopada e na vdd não foi, q prova a inocência dele, mas vcs não perdem uma oportunidade de defender homem
[#justicapormariferrer](#)

Fonte: captura de tela do Twitter (2022)

Contudo, se ainda há pessoas que discordem dos efeitos de tais manifestações, é importante ressaltar que no dia 31 de março de 2022, pouco mais de um ano desde o ocorrido, foi sancionada a Lei Mari Ferrer (LEI N° 14.321), que pune com até um ano de prisão agentes públicos, promotores e juízes, que causarem sofrimento desnecessário a vítimas de crimes de violência sexual. A lei acrescenta à Lei de Abuso de Autoridade o crime de violência institucional contra vítimas de crimes violentos. Assim, esta medida é um grande passo para resguardar mulheres para que não continuem a ser violentadas em seu processo, para que não revivam a dor de forma desnecessária, para que não sejam humilhadas ou acusadas com ‘provas’ que em nada tem a ver com o caso, como uma foto pessoal no Instagram.

Retomando mais uma vez a pergunta inicial que principia o trabalho, busca-se compreender como as narrativas ciberfeministas funcionam como enfrentamento da violência contra a mulher e uma nova forma de exercer a cidadania. Por mais que existam pesquisadores que encarem tal tipo de movimento como um ‘ativismo de sofá’, defende-se aqui a importância de narrativas conectivas, que criam uma rede de solidariedade, dão suporte para que outras mulheres se manifestem e permitem com que mais atores expressem sua opinião sobre um tema e participem, da forma que preferirem, da vida política.

Assim, a rede de apoio que se cria através da hashtag #JustiçaPorMariFerrer é também uma narrativa política. Como Young (2002) aponta, as narrativas possuem funções importantes para a comunicação democrática. Segundo a autora, as narrativas possuem cinco

funções políticas, que podem ser identificadas também em movimentos de narrativas conectivas em rede, como no caso estudado.

Em primeiro lugar, são uma *resposta à diferença*. Muitas vezes, mulheres são injustiçadas por não conseguirem se expressar, por nem saberem ao certo quais violências sofreram. No caso de Mariana, ela conta sua história pois não sabe a quem mais recorrer, não sabe o que fazer. Ela torna pública sua dor para expor as injustiças que sofre, enquanto outras mulheres se juntam a ela por saberem que algo não está certo. Os atores não precisam ser especialistas em Direito para identificarem anormalidades, contudo, por falta de conhecimento específico, podem ser facilmente descredibilizadas pelas instituições oficiais. Assim, os discursos que emergem funcionam como ponte semântica para contar o sofrimento que sentem. Não importa tanto que existam argumentos super elaborados, mas sim que através das histórias, os atores consigam ressaltar toda carga e efeitos dramáticos que carregam.

Também funcionam como uma *facilitação de públicos locais e articulação de afinidades coletivas*. Talvez sozinha, Mariana não teria força para continuar a lutar por justiça. Talvez individualmente, a indignação com o resultado do julgamento e a forma com que o processo se deu não teria invadido as ruas. Narrar as histórias publicamente e em rede faz com que públicos dispersos se unam, ainda que temporariamente, e se reúnam para gerar manifestações maiores. Assim, a #JustiçaPorMariFerrer forma um nó conectivo nas redes que une diferentes pessoas em prol de uma mesma causa. As pessoas passam a se identificar, com base em suas afinidades e identidades. Dessa forma, laços são criados, ainda que sejam fracos, mas conseguem criar comunidades engajadas.

As narrativas também são formas de *compreender a experiência dos outros e reagir a pré-entendimentos*. Ao olhar o que ocorreu com Mariana, outras mulheres puderam entender o que ela passou e se reconhecer na mesma história. Somente através do compartilhamento de experiências as pessoas podem passar a compreender mais a realidade do outro e a sua própria. Dessa forma, quando Mariana fala da violência que sofreu, outras mulheres podem identificar situações semelhantes. Por isso, quando o resultado do julgamento é a favor do acusado, as mulheres que já se viram na mesma situação que Mariana ou sentem que poderiam ter passado pela mesma experiências, se sentem também injustiçadas, como se o resultado também fosse contra elas. A história se torna coletiva.

Ainda, elas *revelam a fonte de valores, prioridades ou significados culturais*. A história de Mariana só ganha força porque tantas mulheres compartilham de sua dor. Assim, as postagens que são conectadas pela hashtag #JustiçaPorMariFerrer revelam os valores que perpassam a manifestação, valores estes que são compartilhados. As histórias formadas servem para contar o porquê de tantas mulheres se revoltarem com a situação. Serve para reafirmar suas crenças e compartilhar com outros que talvez não sintam a mesma dor por não haver o mesmo tipo de reconhecimento. Talvez, uma pessoa que não sofre as violências de ser mulher não teria se solidarizado com a história de Mariana. Então, contar que se pede por justiça para alguém é também fazer com que outros públicos compreendam a gravidade da situação, que sem a força do engajamento de tantos, poderia passar despercebida. Dessa forma, a hashtag se torna uma memória coletiva nas redes, que auxilia a evitar o apagamento de uma mulher e, conseqüentemente, de outras tantas. A hashtag se torna um marcador de identidades.

Por fim, narrativas *auxiliam na constituição do conhecimento social que amplia o entendimento*. A hashtag nasce com história de Mariana Ferrer, mas se torna um agregador de várias outras histórias de diversos atores. Dessa forma, ao olhar para as postagens que compõe o movimento, estamos olhando para as tessituras de um movimento que compõe a sociedade, revelando os seus valores e prenunciando tendências gerais. É criada uma ‘sabedoria coletiva’ sobre o mesmo tema, como é possível de se observar com as classes analisadas, por exemplo. Assim, é possível identificar a crescente perda de confiança nas instituições democráticas e uma solidariedade, que nasce do sentimento de repúdio à cultura do estupro e do reconhecimento do sofrimento com a vítima.

Assim, além do feminismo por hashtag possuir um formato narrativo, que se assemelha a uma performance dramática, com início, crise e fim, seu conteúdo também é narrativo, pois une histórias e perspectivas pessoais em uma grande narrativa, agregada pela hashtag. Ainda segundo Polletta (1998) as narrativas são proeminentes nos processos interpretativos dos movimentos e protestos pois possui uma capacidade temporal, integrando eventos passados presentes e futuros e alinhando identidades individuais e coletivas em períodos de mudança. Assim, a história contada pela hashtag une o que ocorreu com Mariana a diversas histórias de outras pessoas e momentos, alinhando assim as identidades de todos os que participam dos protestos. A identificação narrativa fornece incentivos poderosos para as

peças participarem de manifestações, pois não se torna apenas um ato político em prol do coletivo, mas é também uma expressão pessoal. Como Polletta (1998, p. 154, tradução nossa)⁷⁶ mostra, “movimentos em que o objetivo é a autotransformação tanto quanto a reforma política podem ver a narrativa pessoal como ativismo. As narrativas, sem dúvida, figuram mais na tomada de decisão do movimento do que os modelos racionais clássicos nos fazem acreditar”.

Dessa forma, mulheres contam suas histórias em um ato de coragem, para não se calarem mais. Ao longo dos anos, diversas mulheres têm se desafiado e desafiado o sistema para exporem o que pensam. Infelizmente, nem todas são ouvidas. Ainda existem muitas histórias nunca contadas, que são vividas, contudo, silenciosamente. São muitas as histórias de abuso, de violência, de injustiças que não conseguem ter força para se propagar. Por isso, a união de diversas pessoas faz com que mais histórias sejam conhecidas e com isso, existam para todos. São nesses momentos que o *status quo* pode ser desafiado para aí, talvez, ganhar um final diferente.

Fotografia 3 – Protestos em São Paulo



Fonte: Richard Arapiraca - Acervo Pessoal (2020).

⁷⁶ Movements in which the goal is self-transformation as much as political reform may see personal story-telling as activism. Narratives undoubtedly figure more in movement decision making than classical rational models would have us believe (POLLETTA, 1998, p. 154).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É realmente fascinante perceber que histórias são quase universais. Claro, cada uma com sua estrutura, personagens, moral. Mas, todos os povos passam por gerações contando histórias de quem são, suas crenças e acontecimentos. Narrativas são poderosas pois organizam um sistema de significados e podem perdurar por gerações. Narrativas são poderosas porque são democráticas. Da criança ao idoso, todos gostam de ouvir uma boa história. Mais ainda, de fazer parte dela. As identidades são construídas com base nas histórias que vivemos e nas que contamos de quem somos. Assim, a resistência também se constrói com a ousadia de desafiar a narrativa dominante.

A história de resistência das mulheres é bem anterior ao surgimento da Internet, porém, inevitavelmente elas começam a se fundir. Desde os primórdios do movimento feminista, as mulheres compreenderam a importância do discurso e de se fazerem ouvidas. Protestos, grupos de conversa, folhetins sempre foram formas notórias de compartilhar a resistência e difundir um pensamento contrário às narrativas dominantes. É somente quando as mulheres passam a contar suas histórias umas às outras que elas começam a reconhecer as violências que sofriam dentro de suas casas e perceber um problema sistêmico. Dessa forma,

o ato de compartilhar vivências, além de ter a capacidade de criar laços, é também uma forma poderosa de reconhecimento. Assim, quando a frase ‘o pessoal é político’ é bradada, ela não apenas denunciava a dor de tantas mulheres, mas também prenunciava as novas formas de participar da vida política, que seriam ainda mais alargadas pela sociedade em rede, digitalmente conectada.

Assim, a idealização da Internet surge em um ambiente militarizado e primordialmente masculino. Contudo, sua expansão e desenvolvimento não poderiam ter ocorrido sem a cultura hacker e sem a invasão de tantos públicos subalternizados. Da mesma forma que Ada Lovelace escreve o primeiro algoritmo a ser processado por uma máquina, ficando conhecida como a primeira programadora do mundo, logo outras mulheres passam a utilizar o meio digital como uma forma de explorar vivências e formas de resistência.

A Internet como conhecemos hoje não seria possível sem que pessoas ambiciosas tivessem desafiado o oligopólio da tecnologia, com coragem para arriscar, experimentar e compartilhar. Dessa forma, o meio digital tem por natureza um lado subversivo, sem, contudo, ter em si a controvérsia de sua gênese: militar, controladora, vigilante. Por isso, ao mesmo tempo que a Internet foi povoada com grupos minoritários de resistência, com hackers de narrativas, não é possível ser ingênuo e minimizar todos seus efeitos colaterais e desigualdades. Ainda assim, a penetrabilidade da Internet nas sociedades alcançou níveis tão grandes que é necessário olhar com cautela todos os efeitos das redes digitais, especialmente quando passa a ser frequente o uso das ferramentas cibernéticas por ativistas.

Dessa forma, as vivências, performances e discursos de resistências passam a ganhar novas possibilidades e camadas em um mundo que não é mais tomado por apenas meios de comunicação de massa, mas sim por um conglomerado de oportunidades de se expressar e também de ouvir. Mais que isso, a vida passa a ter mais uma dimensão. As redes e a virtualidade são fenômenos independentes da Internet. A Sociedade em Rede, como posta por Castells (2003) são formações sociais que já ocorriam, assim como o conceito de virtualidade desde a escola escolástica de filosofia está relacionado ao que existe em potência, não em ato, como uma semente, que tem o poder de um dia frutificar e se tornar uma bela árvore, mas quando se constitui uma semente, ainda não é. Como Lévy (2003) mostra, o virtual não é o oposto de real, mas sim de atual e então, é uma nova maneira de ser, que quebra barreiras. Contudo, a Internet traz uma nova dimensão para a Sociedade em Rede e para o que se

compreende como mundo virtual. Assim, dizer que o que ocorre na Internet não é real, é ignorar suas potências. Mais que isso,

a virtualização não é uma desrealização (a transformação da realidade num conjunto de possíveis), mas uma mutação de identidade, um deslocamento do centro de gravidade ontológico do objeto considerado: em vez de se definir principalmente por sua atualidade (uma “solução”), a entidade passa a encontrar sua consistência essencial num campo problemático (LÉVY, 2007, p. 18).

Assim, a virtualização das vivências femininas passa a encontrar uma nova essência, com mais questionamentos e possibilidades. Se viver em um corpo feminilizado já é por si só um ato de resistência, levar os marcadores de feminilidade para a Internet é também ampliar os significados do que é resistir. Assim, seja em atos performáticos, artísticos e provocadores, como as experimentações da VNS Matrix, ou através da produção intelectual com a tecnologia, mulheres no mundo todo passaram a também hackear o mundo digital, como antes já hackeavam as narrativas dominantes, que insistem em dizer como uma mulher deve ser e como deve se portar. Por isso mesmo, a existência de vozes femininas é política e quando contam histórias de si, estão também performando atos políticos.

Por conseguinte, teorias políticas de forma geral devem ser observadas com cautela, pois muitas vezes sua origem esquece de levar em consideração vivências que sejam diferentes do clássico cidadão grego: homens. Se grande parte da teoria democrática que tantos países vivem hoje foi inspirada na democracia grega, não é nenhuma surpresa que por tantas vezes minorias sejam ignoradas, sejam elas mulheres, crianças, imigrantes, pessoas racializadas, pessoas com sexualidades desviantes. Por isso mesmo a teórica Nancy Fraser critica a clássica Esfera Pública habermesiana, pois ela se apoia em um entendimento elitista e burguês e não leva em consideração as disparidades sociais, excluindo mulheres e outros públicos, ainda que seja importante destacar que Habermas já revisitou e reformou seus conceitos diversas vezes. Mesmo assim, dizer que o procedimento deliberativo deve ser composto apenas por uma suposta racionalidade e por assuntos de ‘interesse público’ é ignorar que afetos fazem parte da constituição humana e que, mais uma vez, o pessoal também é político, especialmente quando isso significa viver como uma pessoa que é constantemente posta à margem da sociedade e tem seus direitos como cidadão constantemente revogados.

A Internet, então, adiciona ainda mais camadas na discussão, por deixar a linha entre público e privado ainda mais tênue. Vivemos na era da espetacularização da vida privada (SIBILIA, 2008), com pessoas constantemente narrando a si mesmas, seja em blogs, seja em

comentários de redes sociais, seja com *selfies* e fotos do seu dia a dia, ou até mesmo com seus pseudônimos em perfis falsos. A Internet possibilita que cada uma escolha qual aspecto contar de si mesmo, e isso por si só já diz muito sobre as identidades de cada um. A virtualização da vida é a criação de identidades cada vez mais efêmeras, em constante mutação e cheia de controvérsias. Como resultado, a participação na política é também cada vez mais sustentada por laços fracos, que se dissolvem com rapidez. É como se cada ator escolhesse quando e como quer participar de uma manifestação, de acordo com o que lhe parece mais conveniente, sem ter a necessidade de criar laços fortes, que possam comprometer suas escolhas pessoais. Por isso, os movimentos em rede se dissolvem com o tempo, mas se repetem em diversos locais inúmeras vezes.

A desconfiança crescente com as instituições oficiais, a falta de lideranças formais, faz com que os ativismos em rede sejam pouco ou nada pragmáticos, o que pode gerar certa desconfiança e insatisfação com esse tipo de manifestação. Contudo, ao mesmo tempo que tais características possam prejudicar que eles perdurem no tempo como organizações formais, o impacto que gera na mente e memória das pessoas é duradouro. Além disso, sua forma de participação, que requer pouco comprometimento, faz com que mais pessoas possam ser alcançadas pelo discurso e possam participar da vida política. Outra característica são os elementos dramáticos que perpassam esse tipo de movimento: a faísca de indignação é tão grande e o afeto envolvido é tão presente que muitos se sentem impelidos a engajar e participar de tal rede, ainda que, passado alguns dias, os participantes não tenham mais qualquer relação entre si. São laços fracos que criam esses movimentos porque são superficiais e efêmeros, mas isso não significa que não possuem uma grande força de mobilização. O impacto simbólico causado por tais manifestações afeta toda a sociedade.

Assim, narrativas de resistência começam a se criar na Internet, conectadas por nós de afeto e solidariedade, *hiperlinks* que abrem espaço para diversas histórias serem vistas, de diferentes pontos de vistas. Não é possível falar mais de apenas uma história oficial, uma versão dos fatos. Como Bruner (1987) aponta, nós não temos outra forma de descrever o tempo vivido se não na forma narrativa. E a verdade é que, cada pessoa vivencia os acontecimentos de uma forma, sendo impossível determinar qual é forma ‘correta’. É uma ilusão dizer que é possível ser imparcial, uma vez que sempre enxergamos a realidade conforme nossos valores. Por isso, vive-se numa constante guerra de narrativas, em que a

narrativa que obtém a confiança da opinião pública é a vitoriosa (MALINI; ANTOUN, 2013). Assim, quando sentidos começam a ser disputados, as pessoas querem expressar sua opinião, querem contar suas histórias e fazer parte da história que ganha a qualidade de verídica, confiável, ainda que no fundo, isso seja ilusório.

Neste cenário, a hashtag se torna o dispositivo ideal para mediar e acoplar diferentes narrativas umas nas outras, concatenando sentidos e disputas: seu uso é simples, basta inserir o símbolo ‘#’ para que a palavra seguinte se torne um *hiperlink*; qualquer pessoa pode utilizar e entrar na discussão; seu uso remonta a utilização de slogans e palavras de ordem em movimentos sociais, agregando em si os valores de uma manifestação. Além disso, a plataforma em que nasceu, o Twitter, favorece os debates. Os usuários podem ver os assuntos mais comentados na plataforma através dos *Trend Topics* e, com poucos caracteres, expor seu ponto de vista. Dessa forma, opiniões diversas sobre um mesmo tema são reunidas pelo uso de um mesmo termo, uma ou várias hashtags, que simbolizam as crenças de uma comunidade que se manifesta em prol ou contra uma causa. Além disso, essas manifestações só conseguem alcançar destaque por conta de seu formato narrativo, como Clark (2016) expõe: se iniciam com uma história que gera um certo reconhecimento e solidariedade, entram em crise quando passam a disputar sentidos, por uma fagulha de indignação, e terminam quando ocorre a reintegração, sendo que não necessariamente chegam a uma resolução.

Não é possível, porém, ser ingênuo e ignorar que a plataforma ainda é uma empresa e seus mecanismos e linhas de código são escritos conforme os valores de seus fundadores. Assim, as plataformas de redes sociais não são neutras. Mesmo que a Internet possibilite que existam muitos emissores e que cada um possa contar sua história, ainda existe muita desigualdade, tanto de acesso às tecnologias como também de reconhecimento nas redes. Quando um público é muito pequeno ou uma história não possui apelo suficiente para gerar engajamento, talvez ela nunca cruze fronteiras. Por isso, mesmo quando grupos minoritários, como as mulheres, consigam ter voz, ainda assim, muitas vezes são através de discursos genéricos e que deixam de levar em consideração as várias intersecções. As participações políticas através da Internet podem dar a falsa impressão para seus atores de pleno engajamento político, quando na realidade, é apenas uma parte e uma forma de manifestação. Assim, movimentos como o feminismo de hashtag não substituem e nem são movimentos sociais organizados, como o feminismo em si. Na realidade, são novas formas de engajamento

que não devem ser confundidas, ainda que na prática isso seja difícil de acontecer. Por isso, há o aspecto de que os movimentos em rede podem acelerar o processo de despolitização, ou seja, ao invés de fazer com que mais pessoas façam parte da vida política, pode ter o efeito contrário de afastar as pessoas cada vez mais das instituições democráticas.

Ainda assim, as hashtags revelam a constituição dos seres em rede. Cada hashtag é também um marcador simbólico, um marcador de identidade. Como Polletta (2009) mostra, as histórias que uma pessoa conta de si alinham suas ações com quem ela é e como se vê, ainda que existam ambiguidades e controvérsias. Dessa forma, os pontos de vista pessoais concatenados através de hashtags constituem parte de uma identidade coletiva, que pode fluir e se alterar com o tempo. Uma mesma pessoa pode participar de diversas manifestações diferentes e cada uma delas conta um pouco do sujeito. Por isso também o afeto é tão importante em tais movimentos, pois é ele que dá a força suficiente para que os indivíduos se reconheçam e se sintam impelidos a participar. É o que sustenta os movimentos em rede e faz com que públicos se formem e produzam interrupções das narrativas dominantes. Por conseguinte, é impossível separar tais movimentos de suas características de afeto e emoção, pois elas são parte intrínseca das manifestações. Por conta dessa característica, existe um afastamento dos protocolos deliberativos das esferas públicas, baseada em uma suposta racionalidade. Mais uma vez, essa concepção parte de uma visão delimitada por um discurso dominante burguês, excluindo outras formas de expressão e participação política. Dizer que é possível deixar as emoções de lado nas deliberações políticas é também uma ilusão, ainda o método cartesiano seja visto como a forma correta de se pensar a sociedade.

Chegamos, então, na história de Mariana, uma jovem que tem sua dignidade roubada, que é violentada de uma das formas mais cruéis, com um estupro. Infelizmente, a história de Mariana não é um caso isolado. Vivemos em uma cultura do estupro (SOUSA, 2017), em que existem sistemas que corroboram para a perpetuação do machismo e da violência sexual, não punindo agressores e desconfiando frequentemente da vítima. Vivemos em uma sociedade em que corpos feminizados são constantemente violentados de diferentes formas. Estar em uma sociedade que toda e qualquer mulher pode ser uma potencial vítima de estupro é viver em um constante medo e por isso, é um assunto tão sensível e caro ao movimento feminista. Dessa forma, quando uma mulher possui a coragem de contar sua história de violência, ela está sendo corajosa de diferentes formas e enfrentando diferentes dificuldades. Essa mulher

em primeiro lugar enfrenta sua própria vergonha, de ter sido violada de uma maneira tão íntima. Em uma sociedade que culpa as mulheres por terem sofrido a violência, ela é questionada se estava utilizando as roupas adequadas, se estava no lugar correto, se seu comportamento foi ‘vulgar’. Por muitas vezes ser um crime que é difícil de ter provas cabais, ela precisava contar o que aconteceu diversas vezes, revivendo momentos traumáticos e ainda assim, constantemente ser questionada se está dizendo a verdade.

As mulheres possuem a consciência de que todas poderiam ser Mariana. Por isso mesmo, existe a solidariedade. Não é necessário conhecer a jovem, nem ao menos saber todos os detalhes do processo, para saber que a história de violência pode ter acontecido, por ser tão comum, e que qualquer uma poderia estar em seu lugar. Por isso também, quando sentenciam que o agressor ‘estuprou sem intenção’, isso é uma afronta a todas as mulheres, representa um retrocesso e reforça a falta de confiança em instituições que deveriam proteger os cidadãos. Por isso mesmo, mulheres lutam tanto para serem de fato cidadãs, pois ainda sofrem diversas violências em sistemas que deveriam trabalhar para o bem da comunidade, mas que na realidade, continuam a priorizar a versão do homem, branco e rico. Assim, quando surge a hashtag #JustiçaPorMariFerrer, ela é um pedido de justiça por todas as mulheres. Ela é uma forma de diferentes pessoas se juntarem e darem voz a uma causa, que talvez sem a Internet, não teria ganhado espaço nem o mesmo engajamento. Assim, o feminismo de hashtag se faz presente disputando sentidos sobre o que é estupro, disputando a narrativa oficial, dando uma versão diferente da que foi decretada pela Justiça.

Dessa forma, estudar tal caso é compreender mais sobre como as mulheres se manifestam na atualidade, quais suas reivindicações e como as redes sociais digitais afetam as vivências e participação política. É captar mais aspectos da Sociedade em Rede, se aprofundando em tendências de comportamento e entendendo mais os valores que perpassam expressões do movimento feminista da atualidade e dos movimentos em rede, de forma geral. É compreender que as histórias que contamos revelam sobre nossa identidade e sobre como enxergamos o mundo. O ativismo em rede é formado por múltiplas histórias, opiniões pessoais que se concatenam em uma grande narrativa, que guerreia por espaço e por reconhecimento. Essas narrativas só se constroem pois há o elemento do afeto, da identificação, do reconhecimento, da solidariedade, que é momentânea, mas é poderosa. Assim, se formam narrativas conectivas que, apesar de não necessariamente serem coletivas,

expressam valores em comum.

Por meio das categorias que identificamos, é possível se aprofundar mais em quais são as tendências dos públicos que se formam, captando os contextos semânticos e os conhecimentos do senso comum que perpassam esse tipo de manifestação. Como Bardin (2011) expõe, os polos de análise passam pela própria mensagem, pelo plano do código e da significação. Assim, tais códigos estruturam uma significação da mensagem, que perpassa por mitos, símbolos e valores. O processo proposto pela metodologia do KDD nos auxilia a lidar com um grande volume de dados com mais precisão, tomando cuidado com o rigor científico e metodológico, sendo que neste processo, utilizamos as máquinas e os códigos para estudar outros códigos, em uma metalinguagem que nos permite capturar aspectos importantes da sociedade em rede. Dessa forma, é possível unir tanto a perspectiva mais positivista da análise, muito característica da Análise de Conteúdo, contudo, sem perder o empirismo ao observar diferentes aspectos do movimento.

O objetivo desse estudo, assim, não é de forma alguma esgotar as análises. Diferentes métodos, com diferentes referenciais teóricos e diferentes períodos de análise podem indicar outros aspectos que não conseguiram ser tão ressaltados no presente trabalho. Ainda, o estudo não consegue capturar tópicos que fogem do campo de discussão proposto, como os o viés jurídico. Nem mesmo é possível determinar características estanques do feminismo na atualidade ou do ativismo em rede. Como Papacharissi (2015) mostra, cada público deixa rastros únicos, que apontam para tendências. Dessa forma, a provocação para futuros trabalhos e para outros pesquisadores é para apresentar diferentes processos metodológicos, explorando diferentes teorias. Além disso, como pistas que não puderam ser mais extensivamente discutidas no trabalho, fica o aspecto da despolitização, que como o autor Marco Aurélio Nogueira (2003, p. 189) expõe, é um processo no qual há uma “desvalorização do político e uma recusa à política institucionalizada, ou seja, com uma despolitização da política e da cidadania”, fazendo então com que a sociedade civil tenha menos consciência das ferramentas disponíveis para lutar pelos seus direitos e construir sua realidade, sua narrativa. Isso ocorre com o esvaziamento de significados, como pode ocorrer, por exemplo, com o movimento feminista. Retomamos ao que Maia (2018) expõe, que apesar de ser importante estratégias para aumentar o interesse político da população, sem um envolvimento mais profundo a participação nunca será plena.

Como conclusão, fica evidente que a internet proporcionou um novo campo de experimentação para diferentes identidades; identidades estas que se apropriaram de diferentes plataformas digitais para ter a possibilidade de reescrever suas histórias. Mesmo sendo necessário ter uma visão crítica da tecnologia, sem ignorar suas desigualdades e seus próprios dispositivos de manutenção de poder, ainda assim, os *hackers* de narrativas continuam a operar de forma contracultural, sempre encontrando espaços para subverter a lógica de dominação e exclusão. Dessa forma, uma mulher consegue ser alcançada por outras, que se unem para denunciar, para compartilhar, para se ajudar. Nós de compaixão e solidariedade se formam. Histórias nunca se concluem, apenas possuem um ponto final temporário, que quem conta a história escolhe dar. E, diante da violência, mulheres de todo o mundo se recusam a deixar que o ponto final seja dado por seus agressores. E seguem lutando para que cada vez mais possamos ouvir finais felizes, ou ao menos, justos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Schirlei. **Julgamento de influencer Mariana Ferrer termina com sentença inédita de ‘estupro culposo’ e advogado humilhando jovem.** The Intercept Brasil, 3 de novembro de 2020. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/11/03/influencer-mariana-ferrer-estupro-culposo/>. Acesso em: 10 de dezembro de 2020.

ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. **Corpo feminino e violência de gênero: fenômeno persistente e atualizado em escala mundial.** Sociedade e Estado, v. 29, p. 329-340, 2014.

AMARAL, Fernando. **Introdução à ciência de dados: mineração de dados e big data.** Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.

ANTONAKIS-NASHIF, Anna. Hashtagging the invisible: Bringing private experiences into public debate. **Hashtag publics. The power and politics of discursive networks**, p. 101-113, 2015.

BAPTISTA, Érica Anita; ORLANDINI, Maiara Garcia; CARRARO, Gabriela. **Ativismo feminista online: análise das estratégias discursivas da hashtag# primeiroassédio.** Fronteiras-estudos midiáticos, v. 22, n. 3, p. 106-120, 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

BENNETT, W. Lance; SEGERBERG, Alexandra. **The logic of connective action: Digital media and the personalization of contentious politics.** Cambridge University Press, 2013.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil.** Boitempo Editorial, 2018.

BOBBIO, N. NOGUEIRA. MA (1997) O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo. **Rio de Janeiro: Paz e Terra**, 1997.

BRAGA, José Luiz. A prática da pesquisa em comunicação-abordagem metodológica como tomada de decisões. In: **E-Compós**. 2011.

BRANDÃO, Elizabeth Pazito et al. Conceito de comunicação pública. **Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público**, v. 2, p. 01-33, 2007.

BRUNER, Jerome. Life as narrative. **Social research**, p. 11-32, 1987.

CAMILO, Cássio Oliveira; SILVA, João Carlos da. Mineração de dados: Conceitos, tarefas, métodos e ferramentas. **Universidade Federal de Goiás (UFG)**, v. 1, n. 1, p. 1-29, 2009.

CAMARGO, B. V. (2005). **ALCESTE: Um programa informático de análise quantitativa de dados textuais.** In A. S. P. Moreira, B. V. Camargo, J. C. Jesuíno, & S. M. Nóbrega (Eds.), *Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais* (pp. 511-539). João Pessoa, PB: Editora da Universidade Federal da Paraíba.

CAMARGO, Brigido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. **Tutorial para uso do software de análise textual IRAMUTEQ.** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

Caso Mari Ferrer: Menos de 1% dos tuítes sobre julgamento foram a favor de sentença. Internetlab, 8 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://www.internetlab.org.br/pt/desigualdades-e-identidades/caso-mari-ferrer-menos-de-1-dos-tuites-sobre-julgamento-foram-a-favor-da-sentenca/>. Acesso em: 10 de dezembro de 2020.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia Internet: reflexões sobre a Internet, negócios e a sociedade.** Zahar, 2003.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** Editora Paz e Terra, 2018.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet.** Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2017.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 15, p. 679-684, 2006.

CARVALHO, Aline Torres Sousa. **Relações teórico-metodológicas entre a AD e a Narrativa de Vida.** Estudos sobre narrativas em diferentes materialidades discursivas na

visão da Análise do Discurso [recurso eletrônico] / Ida Lucia Machado, Mônica Santos de Souza Melo (Orgs.) – Belo Horizonte : Núcleo de Análise de Discurso, FALE/UFMG, 2016.

CALHOUN, Craig J. **Social theory and the politics of identity**. 1994.

CLARK, Rosemary. “Hope in a hashtag”: The discursive activism of# WhyIStayed. **Feminist media studies**, v. 16, n. 5, p. 788-804, 2016.

CLARK, Rosemary. #NotBuyingIt: Hashtag feminists expand the commercial media conversation. **Feminist media studies**, v. 14, n. 6, p. 1108-1110, 2014.

CORTINA, Adela. **Ciudadanos del mundo: hacia una teoría de la ciudadanía**. Madrid: Alianza, 1998

DAWSON, Paul. Hashtag narrative: Emergent storytelling and affective publics in the digital age. **International Journal of Cultural Studies**, v. 23, n. 6, p. 968-983, 2020.

DE ABREU, Carla. Narrativas digifeministas: arte, ativismo e posicionamentos políticos na Internet. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto) Biográfica**, v. 2, n. 4, p. 134-152, 2017.

DE CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Civilização Brasileira, 2021.

DI FELICE, Massimo. **Net-ativismo: da ação social para o ato conectivo**. Pia Sociedade de São Paulo-Editora Paulus, 2018.

FAYYAD, Usama M. et al. **Advances in knowledge discovery & data mining**. 1. ed. American Association for Artificial Intelligence: Menlo Park, Califórnia, 1996.

FRASER, Nancy. What's critical about critical theory? The case of Habermas and gender. **New german critique**, n. 35, p. 97-131, 1985.

FRASER, Nancy. **Rethinking the public sphere: A contribution to the critique of actually existing democracy**. Social text, n. 25/26, p. 56-80, 1990.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo**. Claridade, 2018.

GONÇALVES, Anderson Tiago Peixoto. **Análise de conteúdo, análise do discurso e análise de conversação: estudo preliminar sobre diferenças conceituais e teórico-metodológicas**. Administração: Ensino e Pesquisa, v. 17, n. 2, p. 275-300, 2016.

GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão?. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 22, p. 201-209, 2006.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. Edições Loyola, 1997.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue. **Antropologia do ciborgue. Belo Horizonte: Autêntica**, 2000.

IMMIG, Thais Eduarda; DE CARVALHO, Gabrielle Pillon; AMARAL, Márcia Franz. **Caso Mari Ferrer**: da construção do acontecimento ao circuito da notícia1. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – VIRTUAL, 2021.

JAVA, Akshay et al. **Why we twitter**: understanding microblogging usage and communities. In: Proceedings of the 9th WebKDD and 1st SNA-KDD 2007 workshop on Web mining and social network analysis. 2007. p. 56-65.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. Aleph, 2015.

JIMENO, Myriam. **Emoções e política**: a vítima e a construção de comunidades emocionais. Mana, v. 16, p. 99-121, 2010.

KRIPPENDORFF, Klaus. **Content Analysis: An Introduction to Its Methodology**. Sage Publications, 2012.

LANGMAN, Lauren. From virtual public spheres to global justice: A critical theory of internetworked social movements. **Sociological theory**, v. 23, n. 1, p. 42-74, 2005.

LÉVY, Pierre. **O Que é o Virtual?**. Editora 34, 2003.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, v. 10, p. 37-45, 2007.

LOSH, Elizabeth. **Hashtag**. New York: Bloomsbury Academic, 2019.

LUBENOW, Jorge Adriano. Esfera pública e democracia deliberativa em Habermas: modelo teórico e discursos críticos. **Kriterion: Revista de Filosofia**, v. 51, p. 227-258, 2010.

MAIA, Rousiley CM. Democracia e a Internet como Esfera Pública Virtual: aproximação às condições de deliberação. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley CM. **Comunicação e democracia**: problemas e perspectivas. São Paulo: Paulus, p. 327-345, 2008.

MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. **A internet e a rua**: ciberativismo e mobilização nas redes sociais. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MALINI, Fábio. Narrativas no Twitter: o fenômeno no Brasil e as suas implicações na produção da verdade. ISSN-1415-8604 **1. Meios de Comunicação-Brasil-Periódicos. 2. Política e Cultura-Periódicos. I Universidade Federal do Rio de Janeiro. Laboratório Território e Comunicação. LABTeC/ESS. CDD 302.23**, p. 121, 2012.

MALINI, Fábio. **Quando tudo parecia ser tão distante daqui: a eclosão das narrativas sobre covid-19**. Disponível em: <https://www.labic.net/cartografia/quando-tudo-parecia-ser-distante-daqui/>. Acesso em: 20 mar 2021.

Mapa da Violência Contra a Mulher. Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, 2018. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/comissao-de-defesa-dos-direitos-da-mulher-cmulher/arquivos-de-audio-e-video/MapadaViolenciaatualizado200219.pdf>. Acesso em: 10 set 2021.

MARTINO, Luis Mauro Sá. Teoria das Mídias Sociais. **Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda**, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de S.; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade?. **Cadernos de saúde pública**, v. 9, p. 237-248, 1993.

MOUFFE, Chantal. Por um modelo agonístico de democracia. **Revista de Sociologia e Política**, p. 11-23, 2005.

NEVES, Ana Paula de Castro; CASTRO, Luciano Rodrigues; LIMA, Angelita Prereira. **Da revitimização jurídica à revitimização midiático-digital: uma análise ao caso Mariana Ferrer.**, p. 281-302. Performances da recepção [E-book] / organizadores, Lara Satler, Ricardo Pavan, Vânia de Oliveira. – Goiânia : Cegraf UFG, 2022.

NEVES, Gláucia Salvador. **Narrativas pessoais como ação política nas redes sociais: o caso hashtag #PrimeiroAssédio**. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Comunicação Social. Rio de Janeiro, 2018.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Sociedade civil, entre o político-estatal e o universo gerencial**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 18, p. 185-202, 2003.

ORLANDINI, Maiara Garcia. **Ativismo de sofá ou participação política?** Os processos de politização do ativismo por hashtag. Revista Mediação, v. 22, n. 29, p. 133-151, 2019.

PAPACHARISSI, Zizi. **Affective publics: Sentiment, technology, and politics**. Oxford University Press, 2015.

PAPACHARISSI, Zizi. **A private sphere: Democracy in a digital age**. Polity, 2010.

PAPACHARISSI, Zizi. **Affective publics and structures of storytelling: Sentiment, events and mediality**. Information, communication & society, v. 19, n. 3, p. 307-324, 2016

PAPACHARISSI, Zizi. **The virtual sphere: The internet as a public sphere**. New media & society, v. 4, n. 1, p. 9-27, 2002.

PEREIRA, Marcus Abílio. **Movimentos sociais e democracia: a tensão necessária**. Opinião Pública, v. 18, p. 68-87, 2012.

PINTO, Celi Regina J. **Uma história do feminismo no Brasil**. Fundação Perseu Abramo, 2003.

POLLETTA, Francesca. “**It was like a fever...**” narrative and identity in social protest. *Social problems*, v. 45, n. 2, p. 137-159, 1998.

POLLETTA, Francesca. **It was like a fever: Storytelling in protest and politics**. University of Chicago Press, 2009.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Van. Luc. **Manual de investigação em Ciências Sociais**, v. 4, 2005.

RECUERO, Raquel da Cunha. **Teoria das redes e redes sociais na internet**: considerações sobre o Orkut, os Weblogs e os Fotologs. IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da XXVII Intercom, Porto Alegre/RS, 2004.

REINERT, Max. **Alceste, une méthodologie d’analyse des données textuelles et une application**: Aurelia de Gerard de Nerval. *Bulletin de Methodologie Sociologique*, [S. l.], v. 26, p. 24-54, 1990.

REIS, J. **Feminismo por hashtags**: as potencialidades e riscos tecidos pela rede. Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero. Florianópolis, p. 1-13, 2017.

SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar. O pessoal é político: conscientização feminista e empoderamento de mulheres. **Inclusão Social**, v. 11, n. 2, 2018.

SARTI, Cynthia A. **Feminismo no Brasil**: uma trajetória particular. *Cadernos de pesquisa*, n. 64, p. 38-47, 1988.

SHAPP, Allison. **Variation in the Use of Twitter Hashtags**. New York University, 2014.

SIBILIA, Paula. **O show do eu**: a intimidade como espetáculo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SIGNATES, Luiz; MORAES, Ângela. A cidadania como comunicação: estudo sobre a especificidade comunicacional do conceito de cidadania. **Cidadania comunicacional**: teoria, epistemologia e pesquisa. Goiânia: Gráfica UFG, 2016.

SILVA, Raquel. 2012. **Twitter e ciberativismo. O movimento social da hashtag “#ForaMicarla” em Natal-RN**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2012.

SIQUEIRA, Jessica Câmara. A noção de documento digital: uma abordagem terminológica. **Em Questão**, v. 18, n. 1, p. 125-140, 2012.

SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristovão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista brasileira de história & ciências sociais**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009.

SOUSA, Renata Floriano de. **Cultura do estupro**: prática e incitação à violência sexual contra mulheres. *Revista Estudos Feministas*, v. 25, p. 9-29, 2017.

YANG, Guobin. **Narrative agency in hashtag activism**: The case of# BlackLivesMatter. *Media and communication*, v. 4, n. 4, p. 13, 2016.

YOUNG, Iris Marion. **Inclusion and democracy**. Oxford University press on demand, 2002.

JULGAMENTO DE INFLUENCER MARIANA FERRER TERMINA COM TESE INÉDITA DE 'ESTUPRO CULPOSO' E ADVOGADO HUMILHANDO JOVEM

Imagens inéditas da audiência mostram defesa do réu usando fotos sensuais da jovem para questionar acusação de estupro.

Schirlei Alves

3 de Novembro de 2020, 2h04

ATUALIZAÇÃO: a Lei Mari Ferrer, que pune agentes públicos que causarem sofrimento desnecessário a vítimas de crimes de violência sexual, foi sancionada em 31 de março de 2022.

Fomos obrigados a editar esta reportagem por uma ordem judicial provisória proferida pela juíza Cleni Serly Rauen Vieira, juíza substituta da 3ª Vara Cível da Comarca de Florianópolis, nos autos dos processos judiciais nº 5080008-63.2020.8.24.0023 e 5080469-35.2020.8.24.0023. Saiba mais [aqui](#) sobre a decisão da justiça catarinense e a atuação do promotor e do juiz na audiência de instrução e julgamento em que Mariana Ferrer é ouvida.

Na segunda semana de setembro, a hashtag #justiçapormariferer alcançou aos trend topics do Twitter. O motivo: chegava ao fim o julgamento do empresário André de Camargo Aranha, acusado de estuprar a jovem promotor catarinense Mariana Ferrer, de 23 anos, durante uma festa em 2018. Ele foi considerado inocente.

Segundo o promotor responsável pelo caso, não havia como o empresário saber, durante o ato sexual, que a jovem não estava em condições de consentir a relação, não existindo portanto intenção de estuprar – ou seja, uma espécie de ‘estupro culposo’. A expressão não foi citada ou criada nas alegações finais subscritas pelo promotor Thiago Carriço de Oliveira, nem foi citada ou tampouco foi fundamento da sentença criminal proferida pelo juiz Rudson Marcos na ação penal n. 0004733-33.2019.8.24.0023

A excrecência jurídica, até então inédita, foi a cereja do bolo de um processo marcado por troca de delegados e promotores, sumiço de imagens e mudança de versão do acusado. Imagens da audiência as quais o **Intercept** teve acesso mostram Mariana sendo humilhada pelo advogado de defesa de Aranha. A audiência de instrução e julgamento foi dividida em dois atos, realizados respectivamente nos dias 20 e 27 de julho de 2020, tendo o segundo dia a duração de 3 horas e 11 segundos, dos quais 45 minutos se destinaram à oitiva da vítima e são o foco desta reportagem.



EXCLUSIVO: O LIVRO DA VAZA JATO

Compre agora. Tiragem limitada.

A defesa do empresário mostrou cópias de fotos sensuais produzidas pela jovem enquanto modelo profissional antes do crime como reforço ao argumento de que a relação foi consensual. O advogado Cláudio Gastão da Rosa Filho analisou as imagens, que definiu como “gi-

necológicas”, sem ser questionado sobre a relação delas com o caso, e afirma que “jamais teria uma filha” do “nível” de Mariana. Ele também repreende o choro de Mariana: “não adianta vir com esse teu choro dissimulado, falso e essa lábia de crocodilo”.

A jovem reclamou do interrogatório para o juiz. “Excelentíssimo, eu tô implorando por respeito, nem os acusados são tratados do jeito que estou sendo tratada, pelo amor de Deus, gente. O que é isso?”, diz. As poucas interferências do juiz, Rudson Marcos, da 3ª Vara Criminal de Florianópolis, ocorrem após as falas de Gastão. Em uma das situações, o juiz avisa Mariana que vai parar a gravação para que ela possa se recompor e tomar água e pede para o advogado manter um “bom nível”. O promotor Oliveira, no exercício de sua função como representante do Ministério Público no ato, durante a audiência de instrução e julgamento em que se realizou a oitiva da vítima, pedindo a palavra ao juiz presidente, realizou esclarecimentos e fez intervenções. Na qualidade de juiz da causa e presidente do ato da audiência de instrução e julgamento em que ocorreu a oitiva da vítima, o juiz Rudson realizou várias intervenções para manutenção da ordem, esclarecimentos à vítima e advertências ao advogado de defesa, fatos esses que foram omitidos no vídeo com duração de 4 minutos e 8 segundos divulgado, que tem como foco a atuação do advogado de defesa de Aranha.

2019-4-12



Filho do advogado Luiz de Camargo Aranha Neto, que já representou a rede Globo em processos judiciais, Aranha é empresário de jogadores e é visto com frequência ao lado de figuras como o ex-jogador de futebol Ronaldo Nazário e Gabriel Jesus. Foto: Reprodução

Apesar do processo correr em segredo de justiça, foi a própria Mariana que tornou seu caso público pelas redes sociais, em maio de 2019. Segundo ela, foi uma forma de pressionar a investigação que considerava parada devido à influência de Aranha. Filho do advogado Luiz de Camargo Aranha Neto, que já representou a rede Globo em processos judiciais, Aranha é empresário de jogadores e é visto com frequência ao lado de figuras como o ex-jogador de futebol Ronaldo Nazário e Gabriel Jesus. Na festa em que Mariana afirma ter sido estuprada, por exemplo, ele estava acompanhado de Roberto Marinho Neto, um dos herdeiros da Globo.

O perfil de Mariana no Instagram, em que ela compartilhava detalhes do caso, foi removido pela rede social em agosto deste ano. Na ocasião, a página contava com mais de 850 mil seguidores. Pelo [Twitter](#), ela compartilhou um print em que a plataforma justifica que a conta

foi removida “devido a um processo judicial”. Segundo Mariana, Aranha teria solicitado a remoção do conteúdo na justiça.



O perfil de Mariana no Instagram, em que ela compartilhava detalhes do caso, foi removido pela rede social em agosto.

Aranha é defendido no processo por Cláudio Gastão da Rosa Filho, um dos advogados [mais caros de Santa Catarina](#). Ele já representou Olavo de Carvalho em uma ação movida contra o historiador Marco Antonio Villa e chegou a defender a ativista antiaborto Sara Winter quando ela foi presa pela Polícia Federal por manifestações contra o STF.

O estupro, segundo Mariana, teria ocorrido na noite de 15 de dezembro de 2018, na festa de abertura do verão Music Sunset do beach club Café de la Musique, em Jurerê Internacional, em Florianópolis, praia conhecida por ser point de ricos e famosos. Os ingressos para os eventos no local variam entre R\$ 100 e R\$ 1,5 mil, dependendo da festa. O passaporte de acesso aos camarotes pode custar muito mais.

Apoie o Intercept

Fazemos jornalismo independente e sem rabo preso com os poderosos – e existimos graças a nossos apoiadores.

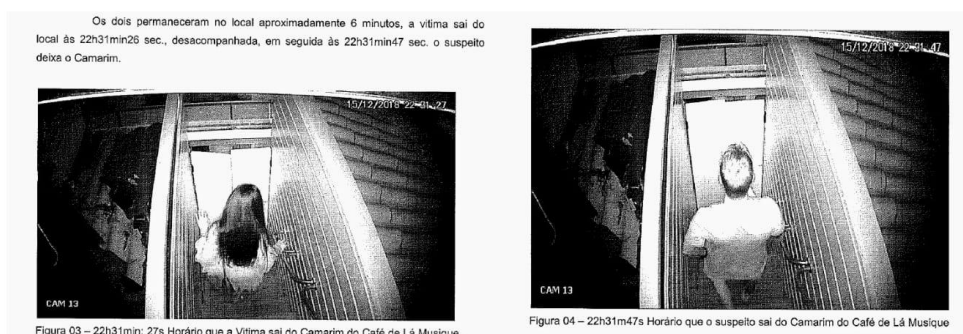
Ao me cadastrar, aceito receber e-mails concordo com a [Política de Privacidade](#) e os [Termos de Uso](#) do Intercept.

Mariana, na ocasião com 21 anos, trabalhava como promotora do evento, responsável por divulgar a festa nas redes sociais. Um vídeo, que mostra Mariana grogue subindo uma escada com a ajuda de Aranha em direção a um camarim restrito da casa, foi vazado na internet. Eles sobem os degraus às 22h25. Seis minutos depois, ela desce, seguida de Aranha. A polícia só solicitou o material de forma oficial ao beach club meses depois do início das investigações, e a boate alegou que o dispositivo de armazenamento exclui as imagens após quatro dias. Por isso, apesar de a boate ter 37 câmeras de segurança, não foi possível recuperar imagens do resto da noite. Mesmo assim, o vídeo vazado na internet foi incluído no processo.

Em seu depoimento à polícia, Mariana afirmou que teve um lapso de memória entre o momento em que uma amiga a puxou pelo braço e a levou para um dos camarotes do Café em que o empresário Aranha estava e a hora em que “desce uma escada escura”. Ela acredita ter

sido dopada. A única bebida alcoólica anotada na comanda do bar em seu nome foi uma dose de gim. Mariana era virgem até então, o que foi constatado pelo exame pericial.

Tanto a virgindade dela quanto a sua manifestação nas redes sociais foram usadas pelo advogado do empresário, que alega que ela manipulou os fatos. “Tu vive disso? Esse é teu criadouro, né, Mariana, a verdade é essa, né? É teu ganha pão a desgraça dos outros? Manipular essa história de virgem?”, disse Cláudio Gastão durante a audiência de instrução e julgamento.



Um vídeo, que mostra Mariana grogue subindo uma escada com a ajuda de Aranha em direção a um camarim restrito da casa, foi vazado na internet.

Como ‘estupro de vulnerável’ virou ‘estupro culposo’

Em julho de 2019, o primeiro promotor a assumir o caso, Alexandre Piazza, denunciou André de Camargo Aranha por estupro de vulnerável, quando a vítima está sob efeito de álcool ou de algum entorpecente e não é capaz de demonstrar consentimento ou de se defender. Ele também pediu a prisão preventiva de Aranha, aceita pela justiça e depois **derrubada em liminar na segunda instância** pela defesa do empresário. Aranha cumpriu apenas medidas cautelares como a apreensão do passaporte.

Na denúncia a que tivemos acesso, Piazza considerou como prova o material genético colhido na roupa de Mariana e um copo no qual Aranha bebeu água durante interrogatório na delegacia. O promotor também levou em conta “as mensagens desconexas encaminhadas pela vítima aos seus colegas” após descer as escadas do camarim onde o crime ocorreu, além dos depoimentos de Mariana, de sua mãe e do motorista de Uber que a levou até em casa.

Luciane Aparecida Borges, a mãe de Mariana, contou ter sentido um cheiro forte de esperma quando a filha chegou em casa após a festa. Segundo ela, Mariana não costumava beber e nunca havia chegado em casa naquele estado. O motorista citado pelo promotor na denúncia disse que a jovem passou a viagem chorando e falando com a mãe ao telefone. Para ele, ela parecia estar sob o efeito de drogas.

Também foram anexados ao processo áudios enviados por Mariana a pelo menos três amigos após descer as escadas do camarim. Em um deles, ela diz: “amiga, pelo amor de Deus, me atende, eu tô indo sozinha, não aguento mais esse cara do meu lado, pelo amor de Deus”. O promotor pediu ainda que fosse averiguada a conduta do primeiro delegado que atendeu a ocorrência e não solicitou as imagens das 37 câmeras de segurança do clube.

O entendimento do Ministério Público sobre o que aconteceu naquela noite, porém, mudou completamente na apresentação das alegações finais. O promotor Piazza deixou o caso para, segundo o MP, assumir outra promotoria, e quem pegou o processo foi Thiago Carriço de Oliveira. É nas alegações finais de Oliveira que aparece a tese do estupro sem intenção.

4. Análise jurídica do caso

Sobre a constatação do erro sobre elemento constitutivo do tipo legal, a matéria é pacífica e bem explanada por João Paulo Orsini Martinelli e Leonardo Schmitt de Bem:

"A primeira espécie de erro está prevista no *caput* do art. 20 do Código Penal: **O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposo**, se previsto em lei. Trata-se do erro de tipo, que denominaremos *erro de tipo incriminador*, pois recai sobre os elementos de uma norma incriminadora. Nessa espécie, o agente, sem saber, pratica uma conduta que se enquadra no tipo penal. **É uma conduta onde há vontade, mas não há plena consciência** (portanto, falta o dolo). [...] No erro de tipo incriminador, o agente nem sequer avalia o caráter jurídico de seu comportamento, pois há falsa percepção de elementos típicos" (MARTINELLI, João Paulo Orsini; BEM, Leonardo Schmitt de. Lições fundamentais de Direito Penal. 3. Ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. p. 646).

Especificamente quanto ao crime de estupro de vulnerável, embora em relação a outra causa de vulnerabilidade, ensina Guilherme de Souza Nucci:

"Além do debate acerca da vulnerabilidade – se absoluta ou relativa –, é preciso considerar a hipótese de ocorrência do erro de tipo. Muitas pessoas, embora menores de 14 anos, podem aparentar a terceiros já ter atingido a referida idade. Há as que possuem um corpo físico avantajado ou se maquiam em excesso; outras, pelas suas atitudes [...], parecem ter mais idade do que realmente têm; enfim, **a confusão com o elemento do tipo menor de 14 anos pode eliminar o dolo** (não se pune a título de culpa)" (NUCCI, Guilherme de Souza. Curso de Direito Penal. Volume III. 3. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. *E-book*. p. 168).

Se a confusão acerca da idade pode eliminar o dolo, por que não aplicar-se a mesma interpretação com aquele que mantém relação com pessoa maior de idade, cuja suposta incapacidade não é do seu conhecimento?

No mesmo sentido, expõe Cezar Roberto Bitencourt:

"O elemento subjetivo do crime de estupro de vulnerável é o dolo constituído pela vontade consciente de ter conjunção carnal, com a vítima vulnerável, ou praticar outro ato libidinoso (diverso da conjunção carnal). Equipara-se à prática das mesmas condutas com alguém que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência. No particular, o sujeito ativo deve ter conhecimento (ou consciência) de que se trata de menor de quatorze anos ou de alguém que, em razão de sua deficiência mental, não tem o necessário entendimento para a prática do ato.

[...] o dolo somente se completa com a presença simultânea da consciência e da vontade de todos os elementos constitutivos do tipo penal. Com efeito, quando o processo intelectual-volitivo não abrange qualquer dos requisitos da ação descrita na lei, não se pode falar em dolo, configurando-se o erro de tipo, e sem dolo não há crime, ante a ausência de previsão da modalidade culposa" (BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal. Volume IV. 13. Ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. *E-book*. p. 187-189).

O tema também se revela consolidado na jurisprudência pátria:

Apelação Criminal. Crime contra a dignidade sexual e contra a criança e o adolescente. Estupro de vulnerável e fornecimento / entrega de BEBIDA ALCOÓLICA (ART. 217-A, CAPUT, DO CÓDIGO PENAL E ART. 243 DO ECA). SENTENÇA CONDENATÓRIA. RECURSO DA DEFESA. [...] ESTUPRO DE VULNERÁVEL. CONJUNÇÃO CARNAL CONSENTIDA. PLEITO ABSOLUTÓRIO. POSSIBILIDADE. AUTORIA E MATERIALIDADE DELINEADAS NOS AUTOS. NO ENTANTO, ERRO DE TIPO ESSENCIAL VENCÍVEL CONFIGURADO. RELATIVIZAÇÃO DA PRESUNÇÃO DE VULNERABILIDADE APLICÁVEL AO CASO. DÚVIDAS ACERCA DO CONHECIMENTO DA REAL IDADE DA VÍTIMA (TREZE ANOS. PRESTES A COMPLETAR CATORZE). ACUSADO QUE DIZ NÃO SABER A IDADE VERDADEIRA DA OFENDIDA. MÍDIA QUE DEMONSTRA COMPLEIÇÃO FÍSICA E DESENVOLVURA ATÍPICA PARA A IDADE. [...] DOLO EXCLUÍDO. AUSÊNCIA DE PUNIÇÃO A TÍTULO DE CULPA. ABSOLVIÇÃO QUE SE IMPÕE. [...] RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. (TJSC,

Trecho das alegações finais do Ministério Público apresentadas pelo promotor Thiago Carriço de Oliveira.

Para o novo promotor, não foi possível comprovar que Mariana não tinha capacidade para consentir com o ato sexual, desqualificando assim o crime de estupro de vulnerável descrito na denúncia pelo seu colega. Ele se baseia principalmente nos exames toxicológicos que não reconheceram nem álcool nem drogas no sangue de Mariana naquela noite e na aparente sobriedade indicada pela postura de Mariana ao sair do Café de la Musique e se deslocar até outro beach club em busca das amigas captada pelas câmeras da rua, da Polícia Militar.

No seu primeiro depoimento, em maio de 2019, ainda na delegacia, André de Camargo Aranha negou que tivesse tido contato com Mariana. No ano seguinte, quando prestou depoimento em juízo, mudou sua versão e afirmou ter feito apenas sexo oral nela.

Segundo o empresário, Mariana teria se aproximado dele no momento em que ele foi pagar a conta no bar e teria feito um carinho em seu cabelo. Em seguida, segundo Aranha, ela teria pedido para ir ao banheiro – momento em que subiram as escadas para usar o banheiro do camarim restrito. Ele teria então feito sexo oral e logo deixado o local por decisão de Aranha.

Ao aceitar o pedido de absolvição, o juiz Rudson Marcos concordou com a tese do promotor e afirmou que é “melhor absolver 100 culpados do que condenar um inocente”. A defesa de Mariana recorreu da decisão.

Para a promotora Valéria Scarance, coordenadora do Núcleo de Gênero do Ministério Público de São Paulo, a tese jurídica da condição “culposa” para casos de estupro abre precedente para dificultar a demonstração desses crimes. Ela destaca que os tribunais costumam ter posicionamento firme pela consideração da palavra da vítima como

prova de estupro e que os laudos periciais desses casos costumam ser negativos porque os vestígios desaparecem em poucas horas. Ela avalia que o rompimento do hímen e a presença de esperma, detectados pelo exame de corpo de delito, porém, são provas contundentes. “Denunciei centenas de processos de estupro, mas em nenhum dos meus casos me deparei com uma alegação como essa, é bastante diferente do que acontece nos processos de estupro”.

A delegada Bárbara Camargo Alves, da Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande, considera a tese de estupro culposo perigosa, uma vez que esses crimes costumam ocorrer entre quatro paredes e a única prova acaba sendo a palavra da vítima. “[A tese] está dando para o homem o ensinamento diverso daquele que a gente está tentando mostrar, de que não é não. Se a pessoa não está completamente capacitada para consentir, ele não deve manter a relação sexual. E não importa se ela está bêbada porque quis se embriagar ou porque foi dopada. Não é esse o tipo de resposta que a gente espera do poder Judiciário. Se não tem como provar que ele sabia ou não que ela estava bêbada, vai absolver?”, disse.

Conversei com a OAB de Santa Catarina, que confirmou que teve acesso à cópia do processo judicial e informou que oficiou o advogado Cláudio Gastão da Rosa Filho para que preste esclarecimentos sobre sua conduta na audiência do caso. A instituição não deu mais detalhes porque o processo ético disciplinar corre em sigilo e qualquer divulgação de informação pode anular o procedimento. Ao ser questionado sobre suas ações durante o interrogatório, o advogado informou que não iria comentar um processo sob sigilo de justiça, “principalmente em face de indagações descontextualizadas que revelam má fé e parcialidade”.

O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos também disse que remeteu ofícios às corregedorias do Tribunal de Justiça de Santa Catarina e do Ministério Público de Santa Catarina, à Ordem dos Advogados do Brasil, Conselho Nacional de Justiça e Conselho Na-

cional do Ministério Público para que esses órgãos investigassem as condutas dos profissionais que estavam presentes na audiência. O Conselho Nacional do MP, o Conselho Nacional de Justiça e o Tribunal de Justiça catarinense, porém, afirmam não ter recebido nenhuma notificação ou denúncia sobre o caso.

Atualização, 3 de novembro, 21h54

A expressão 'estupro culposo' foi usada pelo Intercept para resumir o caso e explicá-lo para o público leigo. O artifício é usual ao jornalismo. Em nenhum momento o Intercept declarou que a expressão foi usada no processo.

Atualização, 4 de novembro, 18h19

O texto foi atualizado para acrescentar uma cópia de um trecho das alegações finais apresentadas pelo promotor Thiago Carriço de Oliveira.

Retificação por ordem judicial, 20 de dezembro, 13h45

Esta reportagem foi retificada por ordem judicial atendendo à decisão liminar da juíza Cleni Serly Rauen Vieira, juíza substituta da 3ª Vara Cível da Comarca de Florianópolis. Leia mais sobre [a decisão e a atuação do promotor e do juiz durante a audiência de instrução e julgamento em que Mariana Ferrer foi ouvida como testemunha aqui](#).